# Agroecologia em Assentamentos da Baixada Fluminense:

## resistência camponesa nas margens da metrópole

Igor Simoni Homem de Carvalho

EDUR
UFRRJ

# Agroecologia em Assentamentos da Baixada Fluminense:

## resistência camponesa nas margens da metrópole

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**Reitor**
*Roberto de Souza Rodrigues*

**Vice-Reitor**
*César Augusto Da Ros*

**Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação**
*José Luis Fernando Luque Alejos*

**Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação**
*Leandro Dias de Oliveira*

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL
RURAL DO RIO DE JANEIRO

**Conselho Editorial**
*Rodrigo de Sousa Gonçalves (Coordenador)*
*Aparecida Maria Abranches*
*Cláudia Bezerra da Silva*
*Fabiane Frota da Rocha Morgado*
*Fábio Koifman*
*Karina Yoshie Martins Kato*
*Kelly Maia Cordeiro*
*Márcio Rufino Silva*
*Marisa Fernandes Mendes*

**Coordenação Administrativa**
*Wallace Lucas Magalhães*

**Vice-Coordenação Administrativa**
*Mariangela de Campos Dias*

Igor Simoni Homem de Carvalho

# Agroecologia em Assentamentos da Baixada Fluminense:

# resistência camponesa nas margens da metrópole

EDITORA DA UNIVERSIDADE RURAL
Seropédica
2025

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem autorização expressa da Editora.

**Preparador de originais** *Wallace Lucas Magalhães*

**Projeto, diagramação e capa** *Theo Moraes da Silva*

**Supervisor de revisão** *Wallace Lucas Magalhães*

**Revisão** *Tiago José dos Santos*

**Leitura de prova** *Wallace Lucas Magalhães*

**UFRRJ / Biblioteca Central / Seção de Processamentos Técnicos**
**Bibliotecária: Eliane Maricá Soares (CRB-7 5876)**

C331a Carvalho, Igor Simoni Homem de, 1980-
Agroecologia em assentamentos da Baixada Fluminense [recurso eletrônico]: resistência camponesa nas margens da metrópole / Igor Simoni Homem de Carvalho. - Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2025.

1.933 KB; PDF
Modo de acesso: internet
Bibliografia: p. 65-72.
ISBN 978-65-86859-52-2 .

1. Assentamentos humanos - Baixada Fluminense (RJ). 2. Posse da terra - Baixada Fluminense (RJ) . 3. Ecologia agrícola - Baixada Fluminense (RJ). I. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. II. Título.

CDD 333.318153

EDUR
Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
BR 465, Km. 7, Seropédica – RJ - CEP: 23.897-000
Telefone: (21) 2681-4711
Site: https://editora.ufrrj.br/
E-mail: edur@ufrrj.br

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

# RESUMO

A Baixada Fluminense se caracteriza por abrigar grande parte da região metropolitana do Rio de Janeiro, e costuma aparecer na grande mídia, em geral, como local de violência e pobreza. Este livro tem como objetivo central mostrar uma faceta menos conhecida da Baixada: sua história de luta pela terra e seus Assentamentos de Reforma Agrária. Foram compiladas pesquisas e estudos referentes a quatro assentamentos da Baixada (e seus respectivos municípios): Mutirão Eldorado e Mutirão Sol da Manhã (Seropédica), Campo Alegre (Nova Iguaçu e Queimados) e Assentamento Terra Prometida (Duque de Caxias e Nova Iguaçu). Tais assentamentos se configuram como localidades de grande interesse para a realização de atividades de campo e desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos de extensão por parte de estudantes de graduação e de pós-graduação e de docentes da UFRRJ – e também de outras universidades e instituições. Busquei ainda identificar experiências agroecológicas nestes assentamentos, sendo possível aprofundar na obtenção de informações sobre uma delas: a do Coletivo Terra, do Assentamento Terra Prometida. Realizei ainda uma revisão histórica e conceitual sobre a agroecologia, e levantei informações sobre os seguintes tópicos: as lutas e desafios de famílias agricultoras dos Assentamentos; experiências de comercialização de produtos agrícolas da Baixada; e outras práticas agroecológicas nestes Assentamentos. Ao fim, busquei indicar caminhos e possibilidades para o fortalecimento da agroecologia nos Assentamentos de Reforma Agrária da Baixada Fluminense.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamentos da Reforma Agrária; Baixada Fluminense.

# DEDICATÓRIA

Aos povos que lutam por terra

Sejam camponeses ou trabalhadores urbanos

Sejam do campo, do mar ou da floresta

Que todos e todas tenham, garantido, seu sagrado direito à terra

E que possam fazer, da terra, espaço sagrado de reprodução da vida

**SUMÁRIO**

Prefácio....9

Apresentação....11

Introdução - Agroecologia: Ciência, Prática e Movimento....14

A agroecologia enquanto ciência....14

A agroecologia enquanto prática....17

A agroecologia enquanto movimento político....20

Capítulo I - A baixada fluminense....24

1.1. A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense....24

Capítulo II - Assentamentos da baixada fluminense....35

2.1. Assentamentos de Seropédica....37

2.1.1. O Mutirão Eldorado....38

2.1.2. O Mutirão Sol da Manhã....43

2.2. Campo Alegre....44

2.2.1. Projeto de Assentamento Municipal (PAM) de Marapicu....47

2.3. O Assentamento Terra Prometida....48

2.3.1. O Assentamento Terra Prometida hoje....50

2.3.2. O Coletivo Terra....53

Considerações finais....62

Referências bibliográficas....65

# PREFÁCIO

O Rio de Janeiro é o estado mais urbanizado do país com mais de 97% de população urbana e sua região metropolitana concentra cerca de 75% da população e parcela similar das atividades econômicas. Além disso, o estado do Rio é conhecido basicamente pelas belezas naturais de sua capital e outras regiões litorâneas, pela violência urbana, pelo samba, carnaval e futebol. Como já cantava o poeta "São Paulo dá café, Minas dá leite e (o Rio) a Vila Isabel dá samba".

Assim, quase nada se fala de agricultura e de áreas rurais no estado do Rio de Janeiro, muito menos em sua região metropolitana. É desta realidade praticamente invisível da agricultura no Rio de Janeiro, mais precisamente na Baixada Fluminense, parte da região metropolitana, que o presente livro trata.

Resultado da pesquisa de Pós-Doutorado de Igor Simoni Homem de Carvalho, realizada sob minha supervisão, o livro resgata a história da luta pela terra na Baixada Fluminense entre a segunda metade do século XX e as primeiras décadas do século XXI e lança luz sobre a situação atual de alguns dos assentamentos rurais criados na Baixada a partir dessas lutas.

Mostra que o latifúndio e o capital imobiliário se aliaram para expulsar do campo as famílias camponesas que produziam alimentos para abastecer o Grande Rio. E assim contribuíram para que o estado do Rio tivesse elevados índices de urbanização, mas também de insegurança alimentar, uma vez que a produção de alimentos foi cada vez mais reduzida. Mas que também houve resistências que resultaram na criação de assentamentos rurais, nos quais a produção de alimentos segue sendo feita, mesmo sem praticamente nenhum apoio.

Também mergulha no debate sobre a agroecologia entendida como ciência, movimento e prática/práxis, demonstrando como esta é central para a resistência travada pelos movimentos sociais do campo.

Aponta ainda a continuidade das pressões da especulação imobiliária sobre estas áreas rurais da Baixada, em articulação com o Estado nas suas diversas esferas, seja quando altera legislações para favorecer o avanço do capital sobre as área rurais (como no caso dos planos diretores que eliminam áreas rurais dos municípios ou do projeto que transforma toda a área cortada pelo Arco Metropolitano em área de expansão industrial e urbana), seja quando impulsiona grandes obras (como o Aterro Sanitário de Seropédica ou o próprio Arco Metropolitano).

A partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas como professor da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o autor nos apresenta algumas das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros de âmbito local – nas últimas décadas para manter a agricultura na Baixada, apesar de todas as pressões contrárias do Estado e do capital. Destaca ainda a contribuição da Comissão Pastoral da Terra (CPT) para essas resistências, bem como de algumas professoras e alguns professores de universidades e escolas públicas do Grande Rio.

Por fim, nos traz as ações desenvolvidas pelo Coletivo Terra durante a pandemia de covid-19, articulando agroecologia e solidariedade com as parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora, brutalmente afetadas pela política genocida levada a cabo pelo governo federal no período pandêmico.

Portanto, o leitor tem em mãos um precioso material, que permite ir além das imagens estereotipadas do Rio de Janeiro, possibilitando uma compreensão mais profunda da realidade invisibilizada da luta pela terra, da agricultura e das áreas rurais da Baixada Fluminense. Tal compreensão é fundamental para perceber que há uma expressiva população nas áreas rurais do estado do Rio de Janeiro, mas que esta carece de apoio para se manter nestas áreas e seguir produzindo alimentos.

Em um contexto em que no Brasil há 33 milhões de pessoas passando fome e destes quase 3 milhões estão no estado do Rio de Janeiro, além de mais da metade da população em situação de insegurança alimentar, precisamos valorizar e apoiar os que produzem alimentos, em especial os que produzem alimentos saudáveis, a partir da agroecologia.

Para isso é urgente a retomada da reforma agrária como política estrutural que acabe com o latifúndio e altere as relações de produção no campo, incentivando a agroecologia como base para a produção massiva de alimentos saudáveis para a população brasileira (e fluminense), condição para superarmos as históricas desigualdades que perpetuam a fome e a miséria no campo e na cidade no Brasil.

**Paulo Alentejano**

Professor Associado do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DGeo/FFP/UERJ) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da FFP/UERJ e em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe da Unesp, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF. Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgrária). Integrante do Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros das Seções Rio e Niterói (GTAgrária/AGB) e da Diretoria da AGB-Rio.

# APRESENTAÇÃO

Em outubro de 2015, assumi a cadeira da área de Agroecologia e Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para lecionar no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC). Vinha então de dez anos de pesquisas e trabalhos no Norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha, onde me dediquei a contribuir, especialmente, na luta dos Geraizeiros, camponeses que vivem nas áreas de Cerrado da porção norte do imenso estado de Minas Gerais.

Ao me mudar para o estado do Rio de Janeiro, passei a buscar e conhecer suas comunidades rurais e suas experiências agroecológicas, além de me articular com suas organizações em agroecologia e com os movimentos sociais do campo atuantes no estado. A Licenciatura em Educação do Campo, de imediato, me proporcionou conhecer moradores de locais como o quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis, e o assentamento Josué de Castro, em Campos dos Goytacazes. Posteriormente, conheci comunidades quilombolas do município do Rio de Janeiro (Cafundá Astrogilda), de Paraty (Campinho) e Valença (São José); assentamentos em Mangaratiba (Rubião) e Piraí (Roseli Nunes); e comunidades rurais em Nova Friburgo e Guapimirim. Fui percebendo então a riqueza camponesa do estado do Rio de Janeiro, e também suas dificuldades e suas lutas.

Percebia também, no entanto, que grande parte dos(as) estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, e também alguns(algumas) estudantes do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), ao qual eu me integrei como docente em 2017, eram moradores(as) dessa imensa malha urbana: a região metropolitana do Rio de Janeiro, uma das maiores do mundo, com seus doze milhões de habitantes. Tal metrópole se expande para cerca de 20 municípios de entorno do Rio, sendo a maioria deles pertencentes à Baixada Fluminense. E a Baixada é o local de moradia de grande parte dos estudantes da LEC, muitos dos quais tem pouco ou nenhum contato com o campo. Mas... existe "campo" na Baixada Fluminense? O rural segue vivo nessa região aparentemente "engolida" pela urbe?

Esta pergunta ia sendo respondida pouco a pouco, na medida em que eu ia descobrindo esse "campo" nas brechas da metrópole. Conheci agricultores urbanos que plantam em lotes na periferia de Seropédica. Visitei a comunidade Pedra Lisa, em Japeri, símbolo da resistência camponesa contra a ditadura empresarial militar (1964-1985). Me aproximei das famílias do acampamento Marli Pereira, em Paracambi, que fundaram o interessantíssimo Coletivo de Mulheres Empório da Chaya[1]. Conheci os "mutirões"[2] Eldorado e Sol da Manhã, de Seropédica; o assentamento Terra Prometida, em Duque de Caxias e; e o enorme território de Campo Alegre, dividido entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, com suas diversas regionais – Chapadão, Fazendinha, Mato Grosso, Acampamento, Marapicu. A maior parte destas visitas foram saídas de campo das disciplinas da Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, ou referentes ao Tempo Comunidade[3] do mesmo curso, ou de atividades de extensão.

---

1 A história desse coletivo é contada em detalhes na publicação "Coletivo de Mulheres Empório da Chaya: memórias, histórias e receitas", lançada em janeiro de 2022 pela AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia junto ao próprio Coletivo Empório da Chaya, sob a coordenação editorial de Mariana Portilho. A chaya (*Cnidoscolus aconitifolius*) é uma planta originária do México, de grande rusticidade e valor nutricional.

2 Nos anos 1980, era comum os coletivos camponeses que ocupavam terras para fins de assentamento autointitularem-se "mutirão" (AMARO JR., 2020).

3 A Licenciatura em Educação do Campo adota a Pedagogia da Alternância (ou alternância pedagógica), na qual o período é dividido em dois tempos pedagógicos: o Tempo Escola, no qual as atividades são realizadas no espaço da universidade; e o Tempo Comunidade, no qual as atividades são realizadas fora do espaço universitário.

Na medida em que conhecia o "campo" da Baixada, ia percebendo a necessidade de proporcionar, aos estudantes da LEC, oportunidades de ter contato com esse campo, com o rural, pois muitos deles não o tinham. Afinal, como formar "Educadores do Campo" sem contato com o campo? Adicionalmente, dada a escassez de recursos da Universidade para a realização de incursões a campo com os estudantes, tornava-se uma possibilidade mais realista as saídas para locais próximos do *campus* de Seropédica, onde pudéssemos fazer visitas de uma tarde, por exemplo, dentro do horário de expediente dos motoristas da UFRRJ.

Assim crescia meu interesse pela Baixada e seu campo. A partir de 2017, tive a oportunidade de me integrar ao projeto de extensão "Formação Política e Técnica dos Assentados da Reforma Agrária do Mutirão Campo Alegre", proposto pela Escola de Serviço Social (ESS) e integrado ao projeto "Centro de Cidadania da Praia Vermelha", da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e composto pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação Campo Alegre e UFRRJ. Neste projeto, pude conhecer famílias moradoras e agricultoras da regional Chapadão de Campo Alegre – mais conhecida localmente como bairro Santo Expedito de Queimados. Tive a oportunidade de realizar atividades de campo em alguns dos lotes da agricultura familiar local, inclusive levando estudantes da LEC em três oportunidades. Posteriormente, passei a acompanhar a articulação da Associação Geral de Campo Alegre, que inclui todas as regionais dessa histórica ocupação. Visitei lotes nas regionais Mato Grosso e Marapicu, e presenciei reuniões na sede da Associação, na regional conhecida como Acampamento.

Em 2018 e 2019, integrei a equipe do projeto de extensão "Formação continuada de educadores(as) de Escolas do Campo de Queimados", proposto pelo Departamento de Educação do Campo, Movimentos Sociais e Diversidade da UFRRJ, e através do qual tive a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre a realidade rural e periurbana desse município.

Entre 2016 e 2021 conheci também diversas experiências de comercialização de produtos da reforma agrária e da agricultura camponesa no Rio de Janeiro: Terra Crioula e Armazém do Campo, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Raízes do Brasil, ligado ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Feira da Roça de Queimados e Feira da Roça de Nova Iguaçu; Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ; e experiências ligadas à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). Tais espaços me proporcionaram contato com famílias que produzem de forma agroecológica em diversas localidades da Baixada Fluminense. Tive a oportunidade, inclusive, de apoiar uma articulação que inseriu famílias de Campo Alegre no espaço de comercialização Raízes do Brasil, do MPA, localizado no bairro de Santa Tereza, no Rio.

Já em 2018, pisei pela primeira vez no assentamento Terra Prometida, ao visitar sua sede em Duque de Caxias, conhecendo aí o Coletivo Terra e seu trabalho agroecológico. De todas as experiências de produção e comercialização que venho conhecendo, me chamou atenção a força e a capacidade de articulação do Coletivo Terra. Não à toa, a experiência deste Coletivo é a que será apresentada com a maior riqueza de detalhes neste trabalho, incluindo depoimentos das agricultoras e agricultores diretamente envolvidos em seus processos e articulação política.

O livro ora apresentado é fruto da pesquisa de pós-doutorado "Agroecologia em Assentamentos da Baixada Fluminense: territórios e resistências camponesas", realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), supervisionada pelo Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano, e integrada ao Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Geografia Agrária (GeoAgraria), da UERJ. A pesquisa teve, como objetivo central, suprir uma lacuna de trabalhos que agreguem os diferentes estudos já realizados em assentamentos da Baixada Fluminense. A maioria destes estudos são teses ou dissertações, muitas delas não publicadas, que

focam geralmente em um ou outro assentamento, como: as teses de Elisa Guaraná de Castro (2013), que trata do Mutirão Eldorado, e de Márcio Vianna (2017), que trata do Mutirão Sol da Manhã, em Seropédica; e as dissertações de Marcelo Durão D'Oliveira (2016), sobre o Assentamento Terra Prometida, e de Taís Côgo Ferreira (2020) e Jurandir Amaro Jr. (2020), sobre Campo Alegre e Marapicu. Realizei ainda uma revisão bibliográfica sobre a Agroecologia e sobre a história da Baixada Fluminense, com destaque para luta pela terra neste território, valendo destacar o livro "Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro", organizado por Leonilde Servolo de Medeiros (2018).

Foi possível obter uma riqueza maior de informações sobre o Assentamento Terra Prometida devido à presença frequente do Coletivo Terra (grupo organizado deste Assentamento) nas redes sociais nos anos de 2020 e 2021, com vídeos postados no *YouTube* e *Facebook*, incluindo entrevistas, rodas de conversa e registros de imagens. Desses vídeos, foi possível extrair depoimentos de seis assentados(as) do Terra Prometida, sendo cinco deles membros do Coletivo Terra. Uma dessas assentadas, que é também uma das principais lideranças do Coletivo Terra, manteve contato comigo por *WhatsApp* ao longo de 2021, respondendo, em geral, por áudio, às minhas perguntas relativas à pesquisa. Tais depoimentos e informações foram de grande importância para conhecer melhor a realidade do Terra Prometida e sobre as ações do Coletivo Terra, incluindo aspectos de sua produção e comercialização. Além desse contato remoto, tive a oportunidade de visitar o Assentamento duas vezes durante a pandemia: uma em outubro de 2020 (antes da segunda e pior onda da COVID-19) e outra em novembro de 2021 (antes da onda da variante ômicron) – em ambos os casos, foram eventos organizados pelo próprio Coletivo Terra, nos quais foram convidados parceiros e amigos do Coletivo.

Espero que este trabalho possa servir de referência para estudantes, pesquisadores, extensionistas, assessores e público em geral, particularmente aqueles vinculados diretamente aos assentamentos da Baixada Fluminense, suas organizações de assessoria e instâncias do poder público da região, como prefeituras, sindicatos e universidades, e em especial aos estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – da LEC, do PPGEA e de outros cursos e programas.

# INTRODUÇÃO –AGROECOLOGIA: CIÊNCIA, PRÁTICA E MOVIMENTO

Há algumas décadas, cientistas e ativistas vêm advertindo que a agricultura industrial, baseada na utilização de insumos químicos, de maquinário pesado e totalmente dependente dos combustíveis fósseis, é ecologicamente insustentável. As mudanças climáticas globais apenas confirmam isso: este modelo de agricultura é, ao mesmo tempo, um dos principais emissores de gases de efeito estufa e uma das atividades econômicas mais vulneráveis às mesmas mudanças no clima. A pandemia da COVID-19 pode ter sido somente a ponta do *iceberg* de uma cascata de catástrofes que recairão sobre a humanidade caso os atuais padrões de exploração e de consumo persistam. A agroecologia, junto à democratização do acesso às terras e aos recursos naturais disponíveis, oferece caminhos para construir uma agricultura ambiental, econômica e socialmente sustentável, mais territorializada e descentralizada, e com capacidade para evitar interrupções generalizadas de abastecimento de alimentos no futuro (ALTIERI; NICHOLLS, 2020; ALENTEJANO, 2020).

Embora seu uso seja cada vez mais difundido, o significado da palavra "*agroecologia*" nem sempre é esclarecido, e tampouco consensual. Wezel *et al*. (2009) revisaram o uso histórico que se faz do termo, com raízes que remetem ao fim dos anos 1920 – em suas primeiras décadas de uso, *agroecologia* designava exclusivamente um campo científico. A partir dos anos 1960, o termo foi sendo incorporado nos discursos contra o sistema alimentar industrial, sendo consolidado, nas décadas seguintes, no seio dos movimentos camponeses e ambientalistas. A partir dos anos 1990, consolidou-se o "movimento agroecológico" que, desde então, sse expandiu continuamente, atuando em diferentes partes do globo por mudanças no sistema agroalimentar mundial, em defesa de camponeses, indígenas e de práticas agrícolas mais justas e ecológicas (WEZEL *et al*., 2009; ALTIERI; TOLEDO, 2011; GLIESSMAN, 2018).

Nesta pesquisa, adoto a definição de agroecologia como movimento, prática[4] e ciência, proposta por Wezel *et al*. (2009), corroborada por Gliessman (2018), e cada vez mais adotada no âmbito acadêmico e institucional – por exemplo, pela Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (Socla), pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Molina *et al*. (2023) ressaltam, entretanto, que a Agroecologia não é somente a soma destes três enfoques, de forma independente – ela se se afirma, justamente, ao combinar sinergicamente estas três dimensões. Gliessman (2018) corrobora afirmando que abordar a agroecologia nestas três frentes, de forma simultânea e integrada, é o que fornece as bases para transformar o sistema agroalimentar mundial em prol da equidade socioeconômica e da sustentabilidade ambiental.

## A agroecologia enquanto ciência

O termo "agroecologia" foi utilizado pela primeira vez em 1928, pelo agrônomo russo B.M. Bensin, cujo significado consiste na " aplicação da ecologia na agricultura" (WEZEL *et al*., 2009). Mas o reconhecimento da sofisticação de práticas agrícolas tradicionais camponesas começou ainda em finais do século XIX. Em 1893, J.A.Voelcker, da Real Sociedade para a

4 Alguns autores têm preferido, em vez de "prática", adotar o termo "práxis" – "a articulação entre a teoria e prática" (ver, por exemplo, DIAS *et al*., 2021:20). Embora reconheça que o termo "práxis" potencialmente se adéqua melhor à ideia que se quer transmitir, manterei o termo "prática" ao longo do texto, pelo fato de estar relativamente mais consolidado na literatura e nas organizações de agroecologia.

Agricultura da Inglaterra, publicou um relatório descrevendo, com detalhes, as destrezas da agricultura camponesa hindu, após uma missão de quatro anos de estudos agronômicos na Índia. Mesmo sendo um renomado cientista em seu país, seu relatório não teve grande repercussão. Em 1911, o diretor da Divisão de Solos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, F.H.King, publicou *Farmers of Forty Centuries*: permanent agriculture in China, Korea and Japan[5], revelando ao mundo a impressionante agricultura camponesa do leste asiático, que, àquela época, alimentava cerca de 500 milhões de pessoas, ocupando uma superfície menor que toda a área agrícola dos Estados Unidos, e utilizando os mesmos solos há pelo menos quatro mil anos (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015):

> De acordo com King, naquela época os camponeses chineses produziam três vezes mais cereais por unidade de superfície que os agricultores norte-americanos; o que ocorria de forma similar na Coreia e no Japão. A diversidade de técnicas e estratégias utilizadas pelos camponeses desses países incluía um complexo sistema de canais e áreas de irrigação, fertilização orgânica (como restos de culturas, adubos verdes, resíduos domésticos, esterco, compostos e cinzas), bem como variedades de cereais bem adaptadas às condições dessas regiões. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015:89)

Contudo, nesse período, a imensa maioria das investigações científicas estava devotada a atender as demandas impostas pela "necessidade" de expansão da agricultura industrial: desenvolvimento de variedades de alto rendimento, de agroquímicos e de maquinaria agrícola movida por energia fóssil. Segundo Molina *et al*. (2023:17):

> A injeção de grandes quantidades de energia proveniente dos combustíveis fósseis e suas tecnologias associadas alterou radicalmente o cenário agrícola mundial durante o século XX. Funções econômicas básicas que no passado eram reproduzidas por meio de processos ecológicos locais e para as quais dedicava-se parte significativa dos territórios agrícolas desapareceram. (MOLINA *et al*., 2023:17).

Conforme apontam Toledo e Barrera-Bassols (2015:89), "essa tendência atingiu sua máxima expressão com a consolidação do modelo de agricultura industrializada representada pela chamada *Revolução Verde*". Até a década de 1950, poucas eram as vozes dissonantes no meio científico – dentre as exceções, Toledo e Barrera-Bassols (*ibid*) identificam a contestação pioneira do geógrafo norte-americano Carl Sauer, e do agrônomo mexicano Efrain Hernández-Xolocotzi.

Mas foi somente o lançamento do livro *Primavera Silenciosa*, da bióloga estadunidense Rachel Carson, em 1962, que ligou o alarme mundial para os perigos dos agroquímicos e demais malefícios da agricultura industrial. A partir daí, parte da comunidade científica passa a criticar este modelo de agricultura; no entanto, tal modelo não parou de se expandir mundo afora, gerando impactos desastrosos no Brasil e em diversos outros países. Nos anos 1980, são lançadas várias obras que consolidam, no meio científico, a atenção sobre a riqueza dos sistemas agrícolas tradicionais camponeses e indígenas em diversas partes do globo (em especial na América Latina, África e Ásia), evidenciando seu potencial em contribuir para a construção de um novo paradigma do sistema agroalimentar, com sustentabilidade ambiental e equidade social e econômica (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Embora nas décadas de 1980 e 1990 o uso do termo "agroecologia" tenha se tornado cada vez mais comum fora do ambiente acadêmico, até o trabalho de Wezel *et al*. (2009), nota-se um predomínio de sua definição enquanto ciência ou disciplina científica. Miguel Altieri e Clara

5 "Agricultores de quarenta séculos: a agricultura permanente na China, Coréia e Japão".

Nicholls (2000:14), por exemplo, no livro *Agroecologia*: teoria e prática para uma agricultura sustentável, a definiram como "a disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura desde uma perspectiva ecológica (...), um marco teórico cuja finalidade é analisar os processos agrícolas de maneira mais ampla". Já Stephen Gliessman (2002:13), em seu livro *Agroecologia*: processos ecológicos em agricultura sustentável, a define como "a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis". No Brasil, Caporal e Costabeber (2004:6-12) definiram a agroecologia como a "ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável", ou "um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis" – os autores enfatizam o aspecto científico da agroecologia criticando o uso que se faz do termo para se referir a um "modelo de agricultura", a um "equilíbrio nas relações homem e natureza" ou outras definições "não-científicas".

A maioria destes autores salienta o caráter interdisciplinar, ou transdisciplinar, da agroecologia, na medida em que ela abriga contribuições de disciplinas tradicionais como agronomia, ecologia, sociologia e economia, de disciplinas híbridas como ecologia política, economia ecológica e etnoecologia, bem como de conhecimentos tradicionais e populares (DALGAARD *et al*., 2003; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2006; CAPORAL, 2009; ALTIERI; TOLEDO, 2011). Para Altieri e Nicholls (2000:14), "o enfoque agroecológico considera os ecossistemas agrícolas como as unidades fundamentais de estudo; e nestes sistemas, os ciclos minerais, as transformações da energia, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo". Para Dalgaard *et al* (2003), a agroecologia é definida como uma disciplina integrativa, que inclui elementos da agronomia, ecologia, sociologia e economia, com vistas ao estudo das interações entre plantas, animais, humanos e o ambiente dentro de sistemas agrícolas. Gliessman *et al* (2007) sustentam que a agroecologia requer uma base interdisciplinar para avaliar impactos dos sistemas agrícolas, integrando os múltiplos aspectos políticos, econômicos e sociais relacionados aos agroecossistemas. Podemos dizer que, para além da *inter*disciplinaridade, a agroecologia deve se posicionar na *trans*disciplinaridade, dado que os saberes e experiências de fora da academia são imprescindíveis. Conforme defendem Barrios *et al* (2020), um dos pilares da agroecologia deve ser a co-criação e o compartilhamento de conhecimentos, envolvendo não somente as diferentes disciplinas e especialidades, mas também os conhecimentos tradicionais, camponeses e indígenas, e os processos de educação formal e não formal. Norgaard & Sikor (1999) buscam diferenciar as premissas filosóficas da agroecologia com as da ciência agronômica moderna. Para eles:

> Os agrônomos convencionais (...) assumem que a agricultura pode ser entendida de forma atomística, ou em pequenas partes. Por isso, se dividem em disciplinas e subdisciplinas estudando as propriedades físicas do solo separadamente das propriedades biológicas e da vida que ele sustenta. Examinam a toxicidade de diferentes elementos químicos sobre os insetos, sem considerar a forma como os insetos interagem entre si e com as plantas. Estas suposições distintas levam ao desenvolvimento de tecnologias isoladas para nutrição de plantas e manejo de pragas. (...) As tecnologias derivadas separada e individualmente têm frequentemente efeitos inesperados quando utilizadas numa exploração agrícola, especialmente quando utilizadas em combinação. O efeito cumulativo das tecnologias agrícolas convencionais, quando utilizadas por todos os agricultores em conjunto, tem por vezes impactos ecológicos e econômicos devastadores. (Norgaard & Sikor, 1999:31)

Dalgaard *et al*. (2003) sustentam que a agroecologia começou dentro de disciplinas como fisiologia vegetal (de espécies cultivadas), entomologia e ecologia. Contudo o termo passou a ser adotado por um movimento que promove o desenvolvimento da agricultura sustentável por meio da integração de ideias e métodos de outras disciplinas. Assim, a agroecologia pode ser aceita como uma disciplina científica própria, com origem interdisciplinar e capaz de promover a interação de pesquisadores de diferentes áreas, mas oferecendo uma visão crítica a respeito da ciência ocidental moderna.

Segundo Wezel *et al*. (2009), o debate sobre sustentabilidade na agricultura recebe crescente influência da ciência agroecológica. A partir dos anos 1990, surgiram vários livros didáticos, pesquisas acadêmicas e programas educativos com abordagem agroecológica. Enquanto disciplina científica, a agroecologia passou a incorporar, além da escala do agroecossistema, um foco mais abrangente em todo o sistema agroalimentar, ou seja, a rede global de produção, distribuição e de consumo humano (GLIESSMAN, 2007 *apud* WEZEL *et al*., 2009), além das já mencionadas práticas dos sistemas agrícolas camponeses e indígenas.

Nas décadas recentes, a agroecologia se consolidou como uma disciplina científica, credenciando departamentos e cursos em universidades de diferentes países (DALGAARD *et al*., 2003). No Brasil, ela é reconhecida por diferentes órgãos ligados à pesquisa científica, como, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que em 2006 lançou a publicação *Marco referencial em agroecologia* (MATTOS *et al*. 2006). Associações e comunidades científicas vêm sendo criadas em nome da agroecologia, valendo mencionar a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2004, e a Sociedade Científica Latinoamericana de Agroecologia (Socla), que tem como objetivo promover a agroecologia como "base científica de uma estratégia de desenvolvimento na América Latina, que enfatiza a soberania alimentar, a conservação dos recursos naturais e a agrobiodiversidade, e fortalece os movimentos sociais rurais" (SOCLA, 2007 *apud* WEZEL *et al*., 2009:6). Em 2003, a ABA realizou o primeiro Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) – desde então, o CBA acontece a cada dois anos, tendo já sido sediado em todas as regiões do Brasil, nas cidades de Porto Alegre – RS, Florianópolis –SC, Belo Horizonte – MG, Guarapari – ES, Curitiba – PR, Fortaleza – CE, Belém – PA, Brasília – DF, Aracaju – SE e Rio de Janeiro – RJ.

## A agroecologia enquanto prática

Além de ser uma ciência, a agroecologia é também reconhecida como prática agrícola; ou podemos ainda afirmar: a ciência agroecológica *reconhece* uma diversidade de práticas agrícolas (e pecuárias) como práticas *agroecológicas*. Dentre tais práticas, muitas são centenárias ou milenares, desenvolvidas por indígenas e camponeses de todo o mundo; outras são recentes, desenvolvidas em centros de pesquisa, ou por agricultores/as modernos e integrados ao mercado. Assim, a agroecologia reconhece e valoriza os conhecimentos local e empírico de camponeses e indígenas e, ao mesmo tempo, busca inovação e eficiência para satisfazer nossas necessidades alimentares no presente e no futuro (GLIESSMAN, 2018).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, em consonância com a emergência da consciência ambiental advinda de publicações como *Primavera silenciosa*, agricultores em diferentes partes do mundo passaram a buscar respostas produtivas à dita *revolução verde*, aplicando princípios da ecologia à produção agropecuária, conforme mostram os trabalhos de Altieri (1999, 2002) e Gliessman (2002), por exemplo. Paralelamente, o aumento de pesquisas sobre sistemas agrícolas tradicionais, principalmente nos países tropicais e subtropicais, começou a mostrar para o mundo que muitas práticas anteriormente tidas como "primitivas" ou "simplórias" eram,

na realidade, partes de sistemas complexos e sofisticados, vinculados a conhecimentos finos sobre os ecossistemas nos quais tais práticas se desenvolveram (por exemplo: ALCORN, 1993; BERKES *et a*l, 2000; TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Como afirma Susanna Hecht (1999:15), "a ciência e a prática da agroecologia são tão antigas como as origens da agricultura".

A partir da valorização e da disseminação de práticas agrícolas e pecuárias mais amigáveis ao meio ambiente, surgiram diversas expressões que podem ser abrigadas sob o "conceito guarda-chuva" da agroecologia. Dentre elas, estão a agricultura orgânica, a agricultura biológica, a agricultura biodinâmica, a permacultura, os sistemas agroflorestais, a agricultura sintrópica, dentre outras. É importante diferenciar, no entanto, iniciativas que de fato buscam uma maior equidade socioeconômica com sustentabilidade ambiental, daquelas que visam simplesmente a ocupação de nichos de mercado, que levam a um maior controle do capital sobre os meios de produção e distribuição de alimentos e a uma elitização do consumo de alimentos saudáveis, impelindo os extratos mais pobres da sociedade ao consumo de alimentos industrializados, contaminados e de baixo teor nutritivo (ver, por exemplo, MARRERO, 2003).

Nas práticas agroecológicas, se preconiza uma elevada diversidade de cultivos e criações, que podem ser associadas no tempo (rotação) e/ou espaço (consórcios). A esta diversidade de cultivos e criações, suas diferentes variedades e raças, suas complexas interações e manejo, e os conhecimentos a elas associados, se dá o nome de *agrobiodiversidade* (MATTOS *et al*. 2006). Uma elevada agrobiodiversidade é fundamental para um controle mais eficiente de potenciais pragas (insetos, fungos etc.) e para a manutenção da fertilidade dos solos (ALTIERI, 1999).

Nos sistemas agroecológicos, estimula-se a produção de variedades *crioulas*, ou seja, variedades de cultivos selecionadas pelos próprios camponeses, em seu processo empírico de experimentação, que leva ao desenvolvimento de variedades adaptadas às condições locais (solo, temperatura, umidade, pluviosidade, possíveis pragas etc.). De modo semelhante às variedades crioulas, as criações animais também passam por processos de seleção pelos camponeses, resultando em "raças" bem adaptadas às condições locais. Além dos cultivos e criações, espécies da biodiversidade nativa também fazem parte da agrobiodiversidade dos sistemas agroecológicos, provendo complemento ao sustento e renda de muitas comunidades camponesas na obtenção de alimentos, remédios, fibras, madeira etc.

O fato de a agroecologia exaltar as variedades *crioulas* não significa que suas práticas ignorem as variedades e raças desenvolvidas pela ciência moderna. Tais variedades e raças podem sim ser incorporadas aos sistemas produtivos agroecológicos, desde que não utilizem a tecnologia da transgenia e nem sejam dependentes de insumos químicos. Conforme veremos adiante, o movimento agroecológico se posiciona contrariamente aos transgênicos e agrotóxicos, mas reconhece a importância de variedades, raças e técnicas de cultivo e criação desenvolvidas nos centros de pesquisa modernos, admitindo sua adoção em sistemas agroecológicos.

Outro conceito utilizado na agroecologia é o de "agroecossistema". Gliessman (2002), por exemplo, define a própria agroecologia como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Segundo Wezel *et al*. (2009:3), o conceito-chave de "agroecossistema" surgiu na década de 1970 como significado de "ecossistemas domesticados", intermediários entre os ecossistemas naturais e aqueles produzidos pelo ser humano. Desde o começo da década de 1980, a agroecologia emergiu como "uma estrutura conceitual com métodos holísticos para o estudo de agroecossistemas" (WEZEL *et al*., 2009:3).

A análise ou implantação de um agroecossistema considera centrais os ciclos naturais (dos nutrientes, do solo, da água), de forma que haja uma reposição dos recursos utilizados. Os insumos utilizados – adubos, defensivos – devem ser, preferencialmente, produzidos a partir de

recursos de dentro do próprio agroecossistema. Em geral, quanto maior a agrobiodiversidade de um agroecossistema, melhor será a conservação dos *serviços ecossistêmicos*, e melhor será a proteção dos cultivos de pragas e eventos climáticos extremos, como enxurradas, insolação e ventanias. Segundo Conway (1987 *apud* WEZEL *et al*., 2009), as principais propriedades de um agroecossistema são: produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade. Para Sevilla-Guzmán e Molina (2006), a agroecologia supõe o manejo dos recursos naturais vinculado às identidades dos agroecossistemas locais.

Uma prática agroecológica que tem sido bastante difundida no Brasil e em outros países são os sistemas agroflorestais (SAFs), ou simplesmente *agroflorestas*. Pode-se afirmar que estes são sistemas de uso da terra que combinam, em uma mesma área, ao mesmo tempo: espécies arbóreas, arbustivas, herbáceas e trepadeiras; espécies nativas e exóticas; cultivos anuais e perenes; produção de bens diversos – alimentícios, madeireiros, medicinais e outros. Elevitch, Mazaroli e Ragone (2018) definem os SAFs como sistemas holísticos de produção de alimentos que abarcam objetivos sociais, ecológicos e econômicos, destacando seu potencial de regeneração dos ecossistemas. Denise Amador (2003) atesta que os SAFs variam em relação aos níveis de complexificação e diversificação, podendo ser simples consórcios de espécies agrícolas com arbóreas, sem a preocupação com a dinâmica da sucessão e do ecossistema local, até sistemas complexos com dinâmicas e diversidade similares às das florestas naturais.

Apesar de o termo *agrofloresta* ter sido cunhado nos anos 1970, e sua popularização ser bastante recente, seus princípios e métodos têm sido aplicados por milênios em todo o mundo, tanto em regiões temperadas quanto tropicais (NAIR, 1993; AMADOR, 2003; ELEVITCH *et al*, 2018; ICRAF, 2021). Se considerarmos que o conceito de SAF abarca as roças-de-toco (também conhecidas como sistemas de pousio, de coivara ou de derrubada-queimada), nas quais espécies anuais são cultivadas junto a espécies florestais, podemos afirmar que as agroflorestas começaram a ser praticadas no neolítico, ou seja, há cerca de dez mil anos (MAZOYER; ROUDART, 2010), e são praticadas até hoje por povos indígenas e camponeses em diversas regiões do planeta (NAIR, 1993).

As técnicas utilizadas nos sistemas agroflorestais vêm passando por um grande desenvolvimento, valendo mencionar as *agroflorestas sucessionais biodiversas*, definidas como um tipo de sistema agroflorestal regido pela sucessão ecológica, cujo manejo busca imitar a sucessão de uma floresta nativa (GUIMARÃES E MENDONÇA, 2019). Tal sistema passou também a ser popularizado sob o nome de *agricultura sintrópica* a partir de meados da década de 2010 (GUIMARÃES E MENDONÇA, 2019), mas seus princípios já vêm sendo sistematizados há mais tempo (ver, por exemplo, PENEIREIRO, 1999; AMADOR, 2003).

Em suma, podemos afirmar que a agroecologia, enquanto uma agricultura que respeita os ciclos naturais e os ecossistemas, e que não depende de insumos externos, é praticada há milênios – ou seja, sua origem prática pode ser considerada a origem da própria agricultura. Muitas práticas milenares ou centenárias seguem sendo utilizadas por povos indígenas e camponeses em todo o mundo, sendo reconhecidas pela agroecologia como dotadas de valor – pelos conhecimentos associados, pelo potencial de sustentabilidade, pelas identidades cultural ou territorial. Mas o desenvolvimento das práticas agroecológicas não cessa! Algumas bebem na fonte dos conhecimentos produzidos por instituições de pesquisa, enquanto outras seguem evoluindo a partir das experiências empíricas de agricultores e agricultoras, estabelecendo relações com os movimentos sociais, com as políticas públicas, travando disputas de projetos políticos, econômicos ou na defesa dos territórios. Assim, além de ser prática e ciência, a agroecologia é também um movimento político.

## A Agroecologia enquanto movimento político

Conforme dito, a contestação ao modelo de agricultura industrial, dependente de insumos químicos, começou a partir dos anos 1960, sendo um marco importante a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, em 1962, pela bióloga estadunidense Rachel Carson. A partir deste período, começa o que podemos chamar de o "despertar" da consciência ecológica no mundo, no qual os limites planetários e os impactos da industrialização começam a ser identificados com clareza, valendo citar a comprovação do aumento progressivo de gases de efeito estufa na atmosfera relacionado a atividades humanas, principalmente a queima de combustíveis fósseis e os grandes desmatamentos. Neste período, o "topo da pirâmide do poder mundial" começa a elaborar algumas tentativas de respostas à crise ambiental emergente, organizando, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente em Estocolmo (1972) e o relatório Meadows (1972) sobre os limites do crescimento econômico.

Conforme aponta Viola (1987), os movimentos ecológicos são parcialmente herdeiros da cultura socialista – particularmente, da crítica marxista à ética utilitarista. Mas, para além da crítica ao utilitarismo nas relações no interior da sociedade, o ambientalismo expande a crítica para as relações entre a sociedade e a natureza também. Já para Martinez-Alier (2009), apesar de Marx ter adotado a noção de *metabolismo* para descrever a circulação de mercadorias e as relações humanas com a natureza, os marxistas não incorporaram devidamente a questão dos fluxos de matéria e energia em suas análises. Por exemplo, Kautsky não teria discutido detalhadamente o uso de energia na agricultura, enquanto Rosa Luxemburgo não teria analisado os fluxos de matéria e energia entre o mundo industrial e o terceiro mundo.

Se o ambientalismo (ou ecologismo) foi um movimento que emergiu dessa "consciência planetária" que nasceu em meados do século XX, precisamos recuar mais na história para identificar aquela que seria a categoria social fundamental para a formação do movimento agroecológico: o campesinato. Os movimentos camponeses protagonizaram lutas sociais e políticas em diversos momentos da história, mas especialmente a partir do início do século XX (WOLF, 1984; BORRAS JR *et al*, 2008). Em finais do século XX, tais movimentos passam a incorporar a bandeira de defesa ambiental, e a estabelecer alianças com movimentos e grupos ecologistas, reivindicando o protagonismo enquanto "guardiões da biodiversidade", produtores de alimentos "limpos" e defensores da justiça ambiental (PICOLOTTO; PICCIN, 2008; MARTÍNEZ-ALIER, 2009). Um dos movimentos sociais transnacionais de maior relevância no mundo, a Via Campesina, nascida em 1993 e composta atualmente por 182 organizações (locais e nacionais) em 81 países diferentes, defende a Agroecologia enquanto modelo para combater a fome, as desigualdades sociais e as mudanças climáticas (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2010; LA VIA CAMPESINA, 2021).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, os conceitos e princípios da agroecologia se expandem para além das ciências acadêmicas, e passam a convergir com as ideias e reivindicações dos movimentos camponeses, indígenas e ambientalistas. A partir de finais da década de 1980, o termo "agroecologia" passa a ser usado explicitamente para descrever um movimento, e com isso expressauma nova maneira de considerar a agricultura e suas relações com a sociedade (WEZEL *et al*., 2009).

Molina et al. (2023) atestam que a inovação tecnológica por si, sem mudanças substanciais nas relações de poder, não será capaz de promover a sustentabilidade dos sistemas alimentares, e complementam afirmando que, apesar do vínculo entre Política e Agroecologia não ser novo,

> (...) esta preocupação está longe de estar generalizada e não se internalizou plenamente na prática dos movimentos agroecológicos. Enquanto isso, algumas correntes acadêmicas e institucionais da Agroecologia, que fomentam um enfoque estritamente "técnico", aumentam sua influência no debate público. Promovem "soluções" tecnológicas, deixando de lado a indispensável mudança institucional necessária ao equacionamento da crise multidimensional gerada pelo regime agroalimentar hegemônico. (MOLINA *et al*., 2023:19)

No Brasil, a fundação do *movimento agroecológico* se deu a partir dos movimentos identificados como de "agricultura alternativa", que partiam de uma avaliação crítica dos efeitos da modernização agrícola, defendendo e promovendo a agricultura camponesa, a autonomia e a soberania alimentar (WEZEL *et al*., 2009). O movimento agroecológico brasileiro é composto pelos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e ainda por diversas organizações da sociedade civil: associações comunitárias, Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), organizações não governamentais diversas, grupos estudantis, núcleos acadêmicos etc[6]. Muitas dessas organizações e movimentos se articulam na Articulação Nacional de Agroecologia e em articulações regionais (como a Articulação do Semiárido - ASA) e estaduais (como a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, Articulação Mineira de Agroecologia e Articulação Capixaba de Agroecologia etc.). Há ainda articulações temáticas como a Marcha das Margaridas, além de encontros de caráter regional, estadual ou nacional, como o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que acontece desde 2001.

Em comum, as organizações e articulações em agroecologia partem da crítica ao modelo predatório e socialmente injusto do agronegócio[7] (e do sistema capitalista em geral) para propor alternativas que sejam baseadas não apenas em formas ecológicas de produção, mas também na soberania alimentar, no cooperativismo, associativismo e sindicalismo, na equidade de gênero e raça, na reforma agrária, na defesa dos territórios dos povos indígenas e tradicionais (WEZEL *et al*., 2009; GLIESSMAN, 2018; ALTIERI; NICHOLLS, 2020).

Uma das principais tarefas do movimento agroecológico tem sido propor e influenciar na formulação e execução de leis e políticas públicas. Conforme aponta o informe do Relator Especial sobre o Direito à Alimentação da Assembleia Geral das Nações Unidas (DE SCHUTTER, 2010), fazem-se necessárias, nos diversos países, políticas públicas que apoiem o conhecimento e a experimentação dos camponeses, em parceria com centros de pesquisas e serviços de extensão. Para De Schutter, são justamente estes camponeses e suas práticas agroecológicas que têm plenas condições de resolver os problemas da fome e das mudanças climáticas, e os governos e agências financiadoras devem cumprir o seu papel de apoiá-los. Por outro lado, as companhias privadas e sua agricultura industrial cada vez mais se mostram incapazes de sair da lógica das monoculturas de larga escala, sementes patenteadas e produtos químicos, e não parecem dispostas a investir tempo e dinheiro em práticas agrícolas que promovam, de fato, a segurança alimentar e o equilíbrio ambiental.

---

6 Para conhecer mais as organizações que compõem o movimento agroecológico, recomendo algumas páginas da internet como agroecologiaemrede.org.br, aba-agroecologia.org.br, agroecologia.gov.br, mst.org.br, mpabrasil.org.br, transformatoriomargaridas.org.br e asabrasil.org.

7 O termo agronegócio, derivado do inglês *agribusiness*, passou a ser utilizado no Brasil a partir dos anos 1990 e significa, resumidamente, o setor econômico integrado à geopolítica de exploração dos recursos naturais e do comércio global de bens agrícolas hegemônica a partir de finais do século XX, e que se ancora fortemente: nos monocultivos de larga escala; na utilização de máquinas agrícolas pesadas; na utilização de grandes quantidades de agrotóxicos e adubos nitrogenados; na exportação de *commodities* (soja, milho, algodão etc.); na expropriação de terras indígenas e camponesas (*landgrabbing*); e na total dependência dos combustíveis fósseis e seus derivados em toda sua cadeia de produção e comercialização (ver, por exemplo: LEITE; MEDEIROS, 2012 e ALENTEJANO; EGGER, 2021).

Por sua vez, Moreira & Carmo (2004:38) acreditam que:

> O processo de construção de uma agricultura realmente sustentável, embora implique a substituição inicial de insumos, não se resume a isso, devendo passar, necessariamente, pelo fortalecimento da agricultura de base familiar, por profundas modificações na estrutura fundiária do País, por políticas públicas consistentes e coerentes com a emancipação de milhões de brasileiros da miséria e pela revisão dos pressupostos epistemológicos e metodológicos que guiam ações de pesquisa e desenvolvimento. (MOREIRA; CARMO, 2004:38)

Schmitt (2016) analisou as dinâmicas recentes de institucionalização da agroecologia em instrumentos de políticas públicas no Brasil, demonstrando que a afirmação das "ideias agroecológicas" nas arenas públicas tem sido lenta, diferenciada e dispersa, e marcada por avanços e recuos. Ademais, a assimilação da perspectiva agroecológica pelos movimentos sociais é um fenômeno relativamente recente, que ganhou maior força a partir de meados da década de 2000. Mesmo assim, o movimento agroecológico logrou alguns avanços, como por exemplo: a criação de linhas de crédito diferenciadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, como o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Floresta e o Pronaf Eco (ainda que tenha rendido, até o momento, resultados limitados); e a criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Segundo a autora, tais avanços "permitem vislumbrar a possibilidade da construção de estratégias capazes de romper com as dinâmicas de fragmentação e especialização que têm caracterizado a incorporação das 'ideias agroecológicas' na trajetória de evolução dos programas e ações direcionados à agricultura familiar" (SCHMITT, 2016:42). Em consonância, CANAVESI *et al* (2016) destacam os avanços da institucionalização da agroecologia nas políticas do Estado, expressas no I Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo, 2013-2015), mas apontam também diversas dificuldades, desafios e lacunas relativas ao seu acesso e à sua execução, como: democratização do acesso à terra e defesa dos territórios de povos e comunidades tradicionais e indígenas; democratização do acesso à água; lançamento e implementação do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara); adequação dos marcos legais (sanitário, fiscal, tributário e ambiental) à realidade da agricultura camponesa e familiar; fortalecimento da gestão e do monitoramento participativo da Pnapo e do Planapo; e a necessidade de uma abordagem mais consistente do tema da agricultura urbana e periurbana. As autoras ressaltam a representatividade, no movimento agroecológico brasileiro, das populações do campo, das florestas e das águas (também denominadas como "agricultura familiar e camponesa"), destacando a importância do protagonismo e participação e social destas populações nas lutas e as disputas no campo da agroecologia e segurança alimentar e nutricional – ainda que sua expressão seja frágil se comparada a representatividade do agronegócio nos diversos escalões de poder.

De fato, a partir da década de 1990 e, principalmente, nas décadas subsequentes, ficou clara a confluência entre os movimentos camponeses e indígenas com a crítica à agricultura industrial e ao modelo extrativista[8] do capitalismo. Assim, a bandeira da agroecologia passa a ser adotada por todos aqueles que lutam em prol de um mundo onde os territórios, conhecimentos, práticas camponesas e indígenas sejam reconhecidos e valorizados; onde o acesso aos recursos naturais, principalmente

8 O extrativismo abarca atividades econômicas de larga escala e de exportação, como a mineração, o agronegócio e a extração de combustíveis fósseis. Tais atividades têm desempenhado papéis chave nas economias nacionais, principalmente de países do Sul Global, estejam eles sendo geridos por governos conservadores de direita ou progressistas de esquerda, como na onda latino-americana dos anos 2000. Não obstante, tais atividades geram enormes impactos sociais, ambientais e econômicos negativos, e contribuem de forma bastante limitada a um genuíno desenvolvimento nacional (GUDYNAS, 2010). O termo extrativismo, entretanto, é também utilizado para definir a atividade de exploração de produtos florestais não-madeireiros, praticada por povos indígenas e camponeses, e frequentemente reconhecidas como práticas ambientalmente sustentáveis e de importância cultural, social e econômica (HIRONAKA, 2000). Nestes casos, têm-se usado frequentemente o termo "agroextrativismo", uma vez que a coleta de produtos florestais não-madeireiros se configura, em geral, como uma atividade complementar a outras atividades agrícolas (cultivos e criações).

às terras e às águas, seja democrático; onde existam políticas públicas voltadas ao atendimento prioritário dos povos e comunidades historicamente excluídos das ações do Estado. A própria Via Campesina, que representa camponeses de todo o mundo, adota a agroecologia como uma de suas principais pautas (VIA CAMPESINA, 2021). No Brasil, o MST (um dos principais componentes da Via Campesina) também adota, conforme descrito por Costa Neto e Canavesi (2002), que registram a evolução da preocupação ambiental desde seu primeiro Congresso Nacional, em 1985. Outros movimentos, como o MPA, têm seguido nesse mesmo fluxo. Cabe lembrar alguns nomes proeminentes da ciência brasileira que contribuíram para este "despertar ambiental", desde os anos 1980, junto aos movimentos sociais do campo, como o de Ana Primavesi e José Lutzemberger. Para Altieri e Toledo (2011), nenhum outro país talvez esteja experimentando uma expansão tão dramática da agroecologia quanto o Brasil. Abrangendo a análise para o nível continental, os mesmos autores afirmam estar em curso, na América Latina, uma "revolução agroecológica". Sevilla-Guzmán e Molina (2006) corroboram, ao afirmar que a matriz sociocultural camponesa latino-americana pode contribuir de maneira essencial no desenvolvimento da agroecologia, dada a configuração de um potencial endógeno humano que tem mobilizado ações sociais coletivas.

Em suma, este é o sentido maior do "movimento agroecológico" mundial: analisar criticamente os sistemas agrícolas dentro do contexto social, econômico e político mais amplo, e fortalecer a luta contra o modelo de produtivo e econômico capitalista, oferecendo alternativas quem promovam o bem-estar social e a sustentabilidade ambiental e econômica. Diversos movimentos sociais, associações e ONGs, do campo e da cidade, que buscam uma mudança mais ampla na sociedade têm na agroecologia uma causa em comum.

# CAPÍTULO I – A BAIXADA FLUMINENSE

O conceito e a delimitação política e geográfica da Baixada Fluminense dependem "da escala de observação, da atuação ou interesses de pesquisadores, instituições ou grupos políticos", que assumem "configurações geográficas, econômicas, políticas e culturais diferenciadas" e tornam, portanto, complexa a tarefa em "conceituá-la e, ainda mais, em delimitá-la geograficamente" (MARQUES, 2006:8). Em trabalhos acadêmicos, na mídia e no imaginário popular, a delimitação conceitual da Baixada Fluminense incorpora elementos relacionados à sua geografia física – uma "planície entre montanhas" – mas também aspectos sociais e econômicos, que se traduzem nas noções de, por exemplo: periferia da metrópole do Rio de Janeiro; área de expansão urbana e industrial; e região pobre e com altos índices de violência (MARQUES, 2006; ALVES, 2020).

Do ponto de vista da Geografia Física, vale ressaltar a estreita associação da região com os recursos hídricos que deram origem aos principais nomes a ela até hoje associados – *flumen* significa "rio" em latim e *iguassu* significa "muita água" em tupi. Essa associação se confirma na relação histórica que as sociedades estabeleceram com a região, desde o período pré-colonial, quando o rio Iguaçu era a principal via de transporte da região (MARQUES, 2006).

Enne (2002 *apud* CASTRO, 2005) apresenta diversas definições do que vem a ser a Baixada Fluminense. Algumas utilizam, como critério, a "Baixada histórica", que tem como "terra mãe" o município Nova Iguaçu, do qual foram emancipados e desmembrados diversos outros municípios; outras, levam em conta a urbanização, a relação com a região metropolitana ou com a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro; outras, com o entorno da Baía da Guanabara, com a região serrana ou outros aspectos da geografia física. Já a Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro (criada em 1894) dividia a Baixada Fluminense em quatro "seções", de acordo com as bacias hidrográficas que as constituem: Baixada de Sepetiba, Baixada Iguassuana, Baixada da Guanabara e Baixada do Campo dos Goytacazes (FERNANDES, 1998:83 *apud* CASTRO, 2005). Dentre os municípios que figuram como pertencentes à Baixada, temos: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Municípios como Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e São Gonçalo são incluídos como parte da Baixada Fluminense em alguns estudos, enquanto Itaguaí, Seropédica, Magé e Guapimirim são excluídos em outros, a depender dos objetivos e do recorte histórico e político de cada análise (ALVES, 2020).

Um dos propósitos deste livro é promover uma maior difusão do conhecimento a respeito da história de luta pela terra neste território, e de experiências contemporâneas em alguns de seus Assentamentos – tanto para estudantes, docentes e extensionistas quanto para agricultores e público em geral.

## 1.1. A questão agrária e a luta pela terra na Baixada Fluminense

Antes da invasão pelos colonizadores europeus, a região hoje conhecida como Baixada Fluminense era habitada pelo povo Tupinambá (assim como grande parte do litoral do Sudeste e Nordeste brasileiros). Rafael Freitas da Silva (2015) traz, no livro "O Rio antes do Rio", informações preciosas sobre as lutas travadas por este povo para defender sua terra e seu território, até infortunadamente serem derrotados pelos invasores portugueses.

Aline Borghoff Maia (2018) nos conta que a região que hoje compreende a maior parte dos municípios[9] pertencentes à Baixada tem sua origem, enquanto divisão política colonial, na sesmaria *Iguassu*, ainda no século XVI. A ocupação da Baixada no período colonial "remonta ao ciclo do açúcar do século XVI, mas define-se, até meados do século XIX, em torno de atividades típicas de zonas intermediárias entre grandes núcleos econômicos", ligadas às "necessidades da circulação do ouro ou do escoamento da produção cafeeira". Tais atividades contribuíram para formar "vilas-entrepostos ao redor dos caminhos que ligavam aos portos fluviais e marítimos" e ensejar "disputas travadas entre os grandes proprietários de terra pela construção e domínio das rotas mais cobiçadas e lucrativas" (MAIA, 2018:98). De fato, as políticas de desenvolvimento da Baixada sempre estiveram relacionadas à satisfação das demandas da cidade do Rio de Janeiro (MAIA, 2018; MACHADO, 2019).

Segundo Leonilde Servolo Medeiros (2018:49-50), muitos conflitos por terras no Rio de Janeiro "têm suas raízes na forma como se procedeu, ainda no período colonial, à distribuição de sesmarias, quer a particulares, quer a ordens religiosas, e à dificuldade de definir os limites da apropriação por parte dos sesmeiros". Machado (2019:31) narra a história da apropriação das terras da Baixada pela família Azeredo Coutinho, desde a sesmaria recebida em 1622 em retribuição aos "serviços prestados a sua Majestade na conquista portuguesa da cidade do Rio de Janeiro das mãos dos franceses" (sesmaria essa "que atravessava as terras das freguesias de N. S. da Conceição de Marapicú e Santo Antônio de Jacutinga") até a expansão de seus domínios territoriais nas terras iguaçuanas ao longo do século XVIII, a partir de aquisições e concessões de terras de sesmarias vizinhas.

A propriedade fundiária plena, após o regime de sesmarias, só teve equacionamento jurídico com a Lei de Terras de 1850, que promoveu a transformação da terra em mercadoria, abrindo oportunidades para a atuação de companhias imobiliárias e grileiros que, através de documentos falsos, se apossavam de áreas devolutas ou ocupadas por posseiros, para revendê-las a fazendeiros ou a loteamentos peri-urbanos (MEDEIROS, 2018).

Na segunda metade do século XIX, o incremento das redes ferroviárias no país foi tornando obsoletas as vias fluviais que justificavam a importância estratégica da Baixada. O descuido com os rios provocou graves epidemias de cólera e de malária, vitimando centenas de pessoas e afugentando outras tantas. Muitos migraram para trabalhar na produção cafeeira no Vale do Paraíba ou canavieira no Norte Fluminense. A Baixada teve, assim, um esvaziamento populacional e uma redução de sua produção agrícola. Mesmo assim, segundo Maia (2018), diversas famílias mantiveram suas posses e engajaram-se em pequenas lavouras. Já Machado (2019:189) ressalta a grande concentração fundiária existente, no século XIX, na Vila de Iguaçu e em regiões vizinhas, como a Vila de Magé, apontando para "uma característica fundamental na formação social da 'elite agrária' fluminense: a concentração de escravos e terras como elemento reprodutor da elite senhorial fluminense". De fato, Pereira (1977 *apud* MACHADO, 2019) indica que, já em 1779, existiam mais de sete mil escravos nas fazendas da Vila de Iguaçu, a maioria deles trabalhando em lavouras de cana-de-açúcar. Já na segunda metade do século XIX, os gêneros que se destacavam eram o café e a farinha de mandioca, como mostra Machado (2019) ao revelar dados da produção agrícola das freguesias de Piedade de Iguaçu, Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicu.

Mas, para que a Baixada se tornasse um local propício à produção agrícola, haveriam de ser implementadas políticas voltadas a este objetivo. Optou-se então pela implementação de obras de saneamento e pela criação de núcleos de colonização, com o objetivo de transformar a região

9 Os territórios dos atuais municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, somados, compunham o território da sesmaria de Iguassu (MAIA, 2018).

em um "cinturão verde" destinado a abastecer a cidade do Rio de Janeiro com diversos bens agrícolas (MAIA, 2018). Em dezembro de 1909 foi criada a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, dando início às obras de retificação, canalização e drenagem nos rios Meriti, Iguaçu, Estrela, Inhomirim, Saracuruna, Suruí, Guapimirim, Magé, Sarapuí e Macacu (SOUZA, 2006). As obras de saneamento contribuíram para reduzir as epidemias que afetavam a população, mas trouxeram impactos ambientais negativos para a Baixada Fluminense e para a baía da Guanabara. Segundo Amador (1992 *apud* SOUZA, 2006:22):

> Os rios naturais com seus canais meândricos de maré, orlados de manguezais e povoados de vida, foram transformados em grandes valas retas e estéreis. As várzeas foram dessecadas e seus férteis sedimentos se perderam na baía. Canais artificiais foram interligados e a natureza dos ecossistemas e da baía foi brutalmente agredida.

Marlúcia Souza (2006) nos apresenta dados da produção agrícola de Nova Iguaçu[10] referentes a 1911, extraídos do relatório do Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola (do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio), no qual é possível identificar uma pequena produção de café, cana e derivados (aguardente e açúcar mascavo e branco), cereais, farinha de mandioca, frutas (laranja, abacate e manga) e ainda criação de bovinos (zebu e caracu), equinos, ovinos e suínos, dos quais eram comercializados carnes, manteiga, queijo, ovos, couro e crias. Castro (2005) recolheu relatos que apontam a presença histórica da pecuária extensiva na região de Seropédica e Itaguaí, seja como atividade produtiva, seja como forma de ocupar a terra, mas sempre associada ao termo fazenda.

Talvez a atividade agrícola mais marcante na história da Baixada tenha sido a citricultura. Letícia Prudente (2017) chama o período compreendido entre 1920 e 1950 como a "fase da citricultura" de Nova Iguaçu, que ficou conhecida neste momento como a "cidade perfumada" ou a "Califórnia brasileira" (SOUZA, 2006). Machado (2019) registra a presença de laranjais na Baixada Fluminense ao longo de todo século XIX; mas aponta que foi no início do século XX que tal cultivo começou a ganhar força na região, atingindo seu ápice nas décadas de 1930 e 1940 (figura 01). Nessa época, havia apenas uma pequena área urbana na sede municipal, e grande parte do território restante foi progressivamente ocupado pelos laranjais. Segundo Prudente (2017):

> A citricultura surgiu, na década de 1920, como uma nova atividade econômica desenvolvida nas grandes propriedades de terras (fazendas) que tinham sido destinadas, primeiramente ao cultivo da cana-de-açúcar, lavouras de subsistência e depois ao cultivo do café e outros produtos agrícolas. Essas grandes propriedades foram fracionadas em parcelas menores, passando de fazendas para chácaras de citricultura, pois essa atividade não necessitava de áreas grandes. Até a II Guerra Mundial, Nova Iguaçu foi destacada no cenário econômico, chegando a ser um dos maiores exportadores de laranja do mundo. (PRUDENTE, 2017:133)

10 Os territórios dos atuais municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, somados, compunham o território da sesmaria de Iguassu (MAIA, 2018).

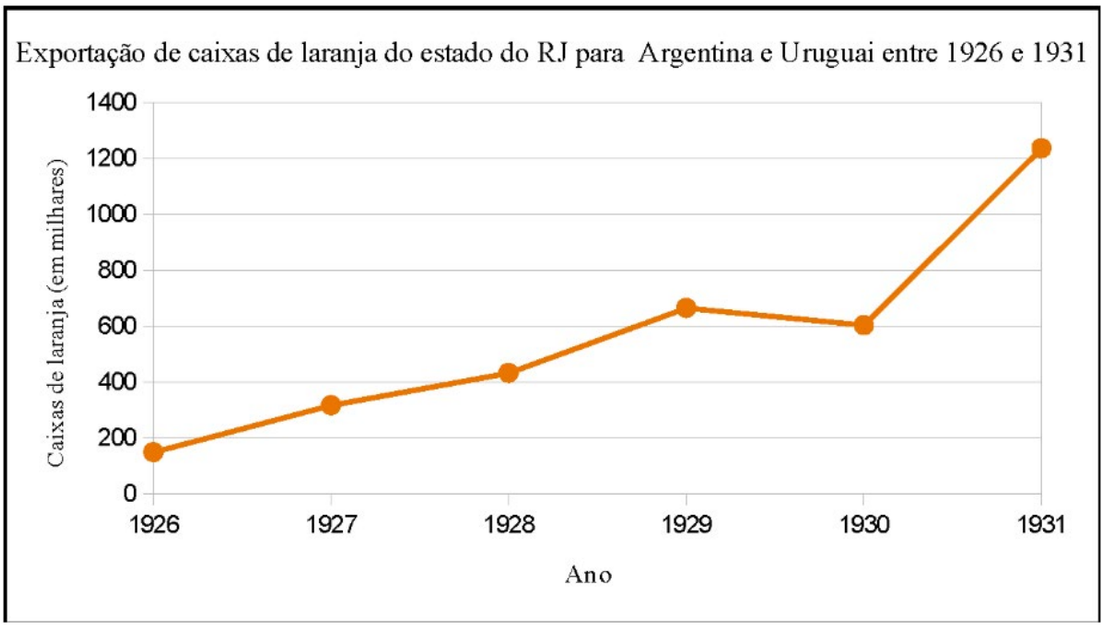


Figura 01. Evolução da exportação de laranjas do estado do Rio de Janeiro com destino a Buenos Aires e Montevidéu, entre 1926 (149.750 caixas) até 1931 (1.236.031 caixas); grandeparte dessas laranjas foi produzida na Baixada Fluminense. (Fonte dos dados: MACHADO, 2019:343).

Alguns fatores contribuíram para este *boom* econômico: declividade ideal (laranja não suporta grande umidade no solo); proximidade da Estrada de Ferro Central do Brasil, que proporcionava rápido escoamento até o porto do Rio de Janeiro; proximidade da capital do país, onde se encontrava grande mercado consumidor e detentores de capital dispostos a investir nos laranjais; e a forte demanda de mercados internacionais próximos, principalmente Argentina e Uruguai. Se em 1910 foram exportadas 500.000 laranjas (aproximadamente 2.500 caixas) para Buenos Aires e Montevidéu, logo esse número começou a crescer, atingindo quase 150 mil caixas em 1926, 317 mil em 1927 e 1,236 milhão de caixas em 1931 – destas, quase 700 mil caixas foram provenientes dos pomares de Nova Iguaçu (MACHADO, 2019). Marlúcia Souza (2006:21) confirma que, neste período, o município tornou-se "a maior produtora e exportadora de laranja do país", salientando que investidores e especuladores, principalmente italianos, controlavam o beneficiamento e a venda da laranja, numa ação combinada entre o capital privado e poder público.

Neste período, grandes áreas foram compradas e loteadas, aumentando a fragmentação de propriedades e a venda de chácaras. Investimentos massivos no beneficiamento da laranja foram implementados, especialmente durante o governo Nilo Peçanha (SOUZA, 2006); grandes barracões de beneficiamento (*packing houses*) foram instalados, e a "fruta do ouro" foi propagandeada pelo Estado, via Companhia de Expansão Territorial (CET), que junto ao slogan "laranja no pé, dinheiro na mão", estimulava a venda de lotes e terrenos, em especial nas terras da maior detentora de laranjais da região:

> a Companhia Normandia S.A., com 82 milhões de árvores (MACHADO, 2019). Neste momento, a Cia. Normandia S.A. replicou a lógica de transformação do domínio agrário em renda, ao desenvolver a política de produção de laranja em uma parcela de suas terras, enquanto fracionava as outras áreas em pequenas chácaras destinadas ao processo de loteamento anunciado nos jornais da capital. (MACHADO, 2019:373)

Prudente (2017:133) também sublinha o grande investimento do poder público na citricultura, destacando que o poder municipal de Nova Iguaçu "propiciou isenções tributárias e o barateamento de fretes, potencializando as exportações de laranjas através do porto situado

na Capital". Dessa forma, a citricultura fez com que um pequeno grupo social enriquecesse em Nova Iguaçu, grupo este que "passou a demandar à Prefeitura investimentos em equipamentos urbanos, como a abertura de estradas, a construção de praças e hospitais, a instalação ou ampliação de tratamento de água e esgoto, a iluminação pública e a ampliação das casas". Contudo, tal desenvolvimento ficou restrito ao pequeno núcleo urbano da sede municipal, enquanto ao restante do território sobrou o crescimento desordenado e os conflitos nas áreas rurais, advindos das mudanças nas relações de trabalho no campo. A autora destaca ainda o enorme crescimento populacional experimentado neste período por Nova Iguaçu – 423% entre as décadas de 1920 e 1930 (RODRIGUES, 2006 *apud* PRUDENTE, 2017), alimentado pela migração da população pobre expulsa da região central da cidade do Rio e por migrantes de diversas regiões do país em busca de melhores condições de vida.

A partir da década de 1920, ganhava vigor o debate sobre as implicações do sistema de grandes propriedades na economia, na sociedade e na política brasileira, e intensificavam-se as críticas à concentração fundiária (MEDEIROS, 2018). A partir de meados da década de 1930, com a redução do preço do café no mercado mundial, devido à superprodução, o Estado e as elites passaram a dar mais importância à produção agrícola voltada ao abastecimento do mercado interno. O crescimento econômico e populacional carioca demandava esforços para garantir seu abastecimento alimentar, mas também impunha a necessidade urgente de absorção da massa trabalhadora expulsa do núcleo urbano principal, que já se mostrava segregacionista (MAIA, 2018; MEDEIROS, 2018).

Foi neste período que se instalaram núcleos coloniais como o da Fazenda São Bento do Iguassu (Duque de Caxias) e o da Fazenda do Tinguá (Nova Iguaçu). Mas os objetivos almejados com a criação destes núcleos não foram alcançados, pois não foram realizados investimentos estatais diretamente na produção agrícola. Ao mesmo tempo, as obras de saneamento e o crescimento da região metropolitana promoveram a valorização das terras e a proliferação de loteamentos urbanos, secundarizando as atividades agrícolas, aumentando as vendas, arrendamentos e grilagem de terras e, por fim, fazendo eclodir disputas e despejos, em especial a partir da década de 1950 (MAIA, 2018). Vale destacar que "parte importante dos conflitos (...) nos anos 1950/1960 ocorreu nas terras desses núcleos ou em sua vizinhança, fruto do aumento populacional e da especulação fundiária que em torno deles se desenvolveu" (MEDEIROS, 2018:51). Mesmo assim, alguns núcleos obtiveram relativo sucesso, como o Núcleo Colonial de Santa Cruz, que se estendia da zona oeste carioca até Itaguaí, e foi instalado em 1930 na Fazenda Nacional Santa Cruz (área da união que estava sendo arrendada para criadores de gado e plantadores de arroz). O Núcleo e chegou a ter 1150 colonos plantando verduras, legumes e frutas, contribuindo bastante para o abastecimento da crescente metrópole carioca (MEDEIROS, 2018).

A partir dos anos 1930, a industrialização e a periferização passam a ser os processos predominantes em grande parte da Baixada Fluminense. A construção de avenidas e de rodovias permitem a expansão urbana da metrópole, atraindo os interesses do capital e do Estado, promovendo a instalação de loteamentos destinados à crescente leva de imigrantes vindos principalmente do interior do estado, do Nordeste, de Minas Gerais e do Espírito Santo (MAIA, 2018; MEDEIROS, 2018). A mercantilização do solo acentuou também processos relacionados à especulação imobiliária:

> a ausência de um cadastro rigoroso de terras e a delimitação controversa das propriedades, por vezes com superposição de limites, criavam dificuldades para a definição do que eram efetivamente as terras da União ou terras devolutas, de quem eram os posseiros e de quem detinha títulos legais de propriedade da terra. (...) Parte

> [dos posseiros] se fixava em terras tidas como 'sem dono' e dedicava-se à produção de alimentos e à extração de madeira. Muitas vezes, aceitavam pagar taxas aos que se diziam proprietários, para poderem permanecer na terra. (MEDEIROS, 2018:58)

A Baixada passou a abrigar "cidades-dormitório", mas também consolidou uma economia própria em torno de empreendimentos industriais como a Refinaria Duque de Caxias. Em 1953, já havia 153 fábricas somente em Duque de Caxias; em 1960, elas somavam 206! Muitas dessas fábricas se estabeleceram em áreas de ocupação eminentemente rurais, o que gerou conflitos com lavradores. Este período é marcado também pela atração massiva de trabalhadores de diversas origens e trajetórias, em busca de trabalho e de moradia (MAIA, 2018).

O cenário passa a ser composto "por atores heterogêneos e conflitos reescritos por novos termos de disputa", ampliando "os polos do antagonismo histórico entre fazendeiros e camponeses", incluindo agora "fábricas, empresas, administradores, arrendatários, políticos, especuladores, operários, lavradores, grileiros e posseiros". Assim, "os trabalhadores ameaçados de despejo por este processo estruturam uma coletividade não uniforme, pois que transitam por variados espaços de trabalho e sociabilidade e se relacionam com a terra de maneiras distintas", sofrendo as múltiplas consequências deste processo de "transição entre uma estrutura agrária tradicional considerada decadente (...) e um solo rural ressignificado pelas dinamizações mercantis e populacionais promovidas pela expansão das fronteiras urbanas" (MAIA, 2018:96 e 104).

As lutas camponesas na Baixada passam a constituir uma dimensão silenciada da luta de classes que acompanha os processos de urbanização. Maia (2018:94) sustenta a hipótese de que "as rápidas transformações pelas quais passou a Baixada Fluminense em virtude de sua incorporação urbana de caráter periférico e industrial constituem-se tanto na origem das situações conflitivas como, em certa medida, em parte das condições que propiciaram a organização das resistências tais como elas se delinearam". As sucessivas tentativas de despejo "mobilizavam os trabalhadores e provocavam resistências, uma vez que (...) os despejados de uma área dificilmente seriam reabsorvidos em outras" (MEDEIROS, 2018:59). A autora considera fundamental chamar a atenção:

> (...) para o papel desempenhado pelo PCB, que estimulou e apoiou a organização dos trabalhadores ameaçados, procurando dar substância às bandeiras de aliança operário-camponesa e reforma agrária. Já na segunda metade da década de 1940 começaram a aparecer as primeiras associações de lavradores, criadas nas áreas onde ocorriam despejos: é o caso de Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e o de Xerém, em Duque de Caxias. (...) pouco tempo depois essa associação tornou-se Associação dos Lavradores Fluminenses (ALF), o que evidencia a intenção de suas lideranças de ter uma representação mais ampla. (MEDEIROS, 2018:59-60)

Nos anos 1950 iniciou-se um processo de organização dos camponeses e trabalhadores rurais no Brasil, intensificando a luta por reforma agrária e direitos nas áreas rurais, e resultando em greves de camponeses, no fortalecimento dos sindicatos e na fundação de organizações como as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (CPDOC/FGV, 2009a; CPDOC/FGV, 2009b; MEDEIROS, 2018). No estado do Rio de Janeiro, foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ) e, em agosto de 1959, foi realizada a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado, em Niterói, com o apoio do governo estadual. Além desse processo organizativo e da resistência na terra, a luta se articulava também de outras formas: recurso à

justiça, manifestações públicas, apelo às autoridades e denúncias nos jornais. A repressão aos movimentos, nesta década, já era grande, especialmente após a cassação do registro do PCB em 1947 (MEDEIROS, 2018).

Também foi na década de 1950 que as ações de desapropriação para fins de reforma agrária tiveram início, ganhando impulso já no final da década, com a chegada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao poder, que permaneceu à frente do governo do estado até 1964:

> Ainda nos anos 1950, começaram a ocorrer intervenções do poder público estadual nesses conflitos, com desapropriação de terras. O primeiro caso de que temos notícia é justamente o de *Pedra Lisa*, considerada como zona conflagrada pelo subdelegado da região. (...) Em agosto de 1956, os policiais tentaram realizar um despejo na área e foram repelidos por lavradores armados de facas, foices, enxadas e espingardas de caça, em ações entendidas pelos trabalhadores como formas de autodefesa. Dada a intensidade do conflito, a localidade foi desapropriada pelo então governador Miguel Couto Filho, do Partido Social Democrático (PSD). (MEDEIROS, 2018:60)

A maior parte das desapropriações ocorreu em áreas de conflito, sendo que algumas dessas áreas já estavam ocupadas por camponeses em luta. Neste período, também o governo federal contribui nas desapropriações. Das áreas desapropriadas, Medeiros (2018) lista: Fazendas São Pedro, Tenente Pacheco, Limeira e Santo Antonio do Mato, em Nova Iguaçu; São Lourenço, Capivari, Penha-Caixão, Mato Grosso e Piranema, em Duque de Caxias; Rio do Ouro, Tocaia, Cachoeiras e Cachoeirinha, em Magé; São José da Boa Morte e Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu; Fazenda Floresta, em Paracambi; e Santa Alice, em Itaguaí. Nesta última, cabe mencionar o terrível episódio no qual o caminhão que transportava lavradores para reocupar suas terras (já que haviam sido despejados anteriormente) foi interceptado e metralhado pela polícia, ferindo dois lavradores e prendendo 50 (GRYNSZPAN, 1987 *apud* MEDEIROS, 2018).

Foi também neste período (1958-1964) que foi criado o Plano Piloto de Ação Agrária, que, transformado em lei, previa a desapropriação de fazendas para venda de lotes de dez a 15 hectares aos lavradores por meio de 180 prestações mensais, beneficiando posseiros e, até mesmo, trabalhadores residentes nas cidades que "desejassem retornar às atividades agrícolas, nela fixando-se definitivamente com sua família" (DOU RJ 05/08/1959 *apud* MEDEIROS, 2018:65). O Plano previa ainda: destinação de terras às margens das rodovias, para facilitar o escoamento da produção; assistência técnica, fornecimento de sementes e facilidades para aquisição de máquinas e implementos; isenção de impostos; e estímulos ao cooperativismo e à ajuda mútua.

Os anos 1960 começaram com a luta camponesa a pleno vapor. Logo em novembro de 1961 foi realizado o I Congresso dos Lavradores e Camponeses sem Terra, em Belo Horizonte, organizado pela Ultab e com apoio do governo federal – o próprio presidente da república, João Goulart, compareceu ao evento. O estado do Rio de Janeiro enviou cerca de 300 delegados para este Congresso, no qual foi lançado o famoso lema "reforma agrária na lei ou na marra" (CPDOC/FGV, 2009a; MEDEIROS, 2018). Já em 1962 foi criada, no âmbito federal, a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), e foi regulamentado o direito à sindicalização (MEDEIROS, 2018).

Havia, nesse momento, uma grande pressão popular por mudanças profundas na estrutura socioeconômica brasileira, que seriam materializadas nas Reformas de Base[11]. Tal pressão encontrava respaldo no governo federal e em alguns governos estaduais e parlamentares, mas também enfrentava forte oposição dos grupos historicamente hegemônicos no poder – ruralistas, militares, industriais, religiosos (BORGES; MEDEIROS, 2009). Dentre as sete Reformas de Base consideradas prioritárias pelo governo João Goulart, a Reforma Agrária era uma das que encontrava mais apoio popular. Afinal, séculos de hegemonia do latifúndio marcavam a história do Brasil, e o número de camponeses e trabalhadores sem terra só aumentava:

> Durante quatro séculos (...) a poderosa classe dos latifundiários, através de seus representantes e aliados no Legislativo e no Executivo, havia conseguido até então preservar no arcabouço jurídico-constitucional do país a plenitude do direito de propriedade, só admitindo a desapropriação de terras mediante pagamento prévio em dinheiro. (BORGES; MEDEIROS, 2009:01)

A desapropriação de grandes latifúndios improdutivos era o centro do impasse. Todas as emendas constitucionais que visavam a possibilidade de pagamento em títulos públicos ou em prestações dos latifúndios desapropriados eram sistematicamente rejeitadas pelo parlamento, com o propósito evidente de impedir a reforma agrária:

> Somente em 1962, no governo João Goulart, após a criação da Superintendência da Política Agrária (Supra), é que se formalizou um projeto de lei de reforma agrária. Encaminhado ao Congresso em março de 1963, esse projeto estabelecia como pré-requisito (...) possibilitar a desapropriação por interesse social com base em indenização em títulos da Dívida Pública resgatáveis no prazo de 20 anos. (BORGES; MEDEIROS, 2009:01)

Mas, em pleno tensionamento da Guerra Fria e do mundo polarizado em capitalismo *versus* comunismo, o golpe militar-empresarial de 1964, com apoio do governo dos Estados Unidos, logrou barrar os avanços progressistas, como bem registra o documentário "O dia que durou 21 anos"[12]. Com o golpe de 1964, conflitos fundiários já existentes se acirraram. Fazendeiros e grileiros se apropriaram do discurso da luta contra a subversão para expulsar lavradores de suas terras. O governo militar percebia que medidas repressivas seriam insuficientes para resolver o problema agrário, pois, apesar de conseguirem desarticular organizações dos trabalhadores, os conflitos continuavam. Dessa forma, os militares avaliaram que seria necessário aprovar o Estatuto da Terra, o que foi feito em novembro de 1964. Borges e Medeiros (2009:01) explicam que:

> O movimento militar de abril de 1964 interrompeu momentaneamente os debates parlamentares (...), mas não tardou que se lograsse dentro do Congresso o consenso necessário para a aprovação da famosa Emenda Constitucional nº 10, imediatamente sancionada, em 9 de novembro de 1964, pelo presidente Castelo Branco. Por ela, a União poderia promover a desapropriação da propriedade territorial rural mediante pagamento de prévia e justa indenização em títulos especiais da Dívida Pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo os índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de 20 anos em parcelas anuais

11 As Reformas de Base foram "propostas de mudanças consideradas necessárias à renovação das instituições socioeconômicas e político-jurídicas brasileiras que tinham como objetivo remover os obstáculos à marcha do processo de desenvolvimento do país. Essas propostas foram a base do programa de governo do presidente João Goulart (1961-1964) (...). As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional)." (MENANDRO, 2009)

12 "O dia que durou 21 anos". Direção: Camilo Galli Tavares. São Paulo: Pequi Filmes, 2013. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=ltawI64zBEo.

> sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento de até 50% do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas.
>
> Não deixa de surpreender a reviravolta no comportamento dos legisladores. Certamente, a convicção de que seria impossível opor um dique à maré montante da revisão constitucional e, mais que tudo, o caráter autoritário do poder militar instaurado no país, levaram os grupos de pressão hostis à reforma agrária a esse recuo tático, optando por embutir no Estatuto da Terra dispositivos que dificultassem ao máximo a política reformista. (BORGES; MEDEIROS, 2009:01)

O Estatuto da Terra regulamentou contratos de arrendamento e parceria e estabeleceu quatro categorias para os imóveis rurais: minifúndios (área inferior a um módulo fiscal[13]); latifúndio por exploração (área entre um e 600 módulos, inexplorada ou mal explorada); latifúndio por dimensão (área superior a 600 módulos); e empresa (área entre 1 e 600 módulos, explorada de acordo com o padrão regional) (MEDEIROS, 2018).

As desapropriações previstas no Estatuto da Terra, contudo, não ocorreram, e as pressões dos setores patronais tiveram muito mais influência sobre o governo, chegando ao ponto de algumas áreas já desapropriadas serem restituídas aos seus antigos donos, como o caso da fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu-RJ. Poucas desapropriações foram iniciadas e raras se consumaram durante o regime militar – dentre as exceções, estão a gleba América Fabril e a fazenda Conceição de Suruí[14], ambas em Magé. Em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – a preocupação maior era a colonização nas regiões de fronteira (MEDEIROS, 2018).

Ao longo da década de 1970, procedeu-se à modernização das atividades agropecuárias e a empresarialização do setor, mas sem alterar a estrutura fundiária; a concepção de desenvolvimento rural cada vez mais foi ganhando o sentido que lhe impunham as forças hegemônicas: modernizar a base técnica e produtiva, mas não os direitos trabalhistas e sociais[15]. Além disso, foram ignoradas a função social da propriedade, a relevância de se formar uma classe média rural, o respeito à legislação trabalhista existente e à preservação ambiental (MEDEIROS, 2018):

> As limitações previstas em lei quanto ao tamanho de terra a ser concedida sem autorização do Senado Federal (três mil hectares) viraram letra morta. A categoria latifúndio por dimensão, passível de desapropriação, foi esquecida e não só foram dados incentivos à sua transformação tecnológica, como também criaram-se condições favoráveis para que os limites ao tamanho da propriedade não fossem considerados nas regiões de fronteira agrícola, onde, por meio de concessões de terras públicas, incentivos fiscais, crédito farto e barato, a concentração impôs-se. Esses estímulos atraíram também grandes empresas do setor industrial e financeiro para o meio rural, interessadas em investimentos especulativos em terras. (MEDEIROS, 2018:76).

Com a atenuação da repressão da ditadura militar, na segunda metade dos anos 1970, os camponeses do Brasil voltam a se organizar, contando com o estímulo de setores da igreja

13 Módulo Fiscal é um dos Índices Básicos Cadastrais utilizados pelo Incra para fixar por município parâmetros de caracterização e classificação do imóvel rural de acordo com a sua dimensão e disposição regional (https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/modulo-fiscal, acesso em 24 de janeiro de 2024).

14 Na página do INCRA não foram encontradas informações sobre a gleba América Fabril e nem sobre a fazenda Conceição de Suruí.

15 Vale mencionar que, em 1971, foi instituída a Previdência Social Rural, que concedia direito à aposentadoria do trabalhador rural, por velhice ou invalidez, além de pensão, auxílio-funeral, serviços de saúde e assistência social. Os benefícios tinham valores menores que os dos trabalhadores urbanos, e foram equiparados somente após a Constituição Federal de 1988 (MEDEIROS, 2018).

católica afinados com a Teologia da Libertação. Em 1975, é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que já no ano seguinte começa a atuar no estado do Rio de Janeiro – primeiro em Paraty, depois em outras regiões.

Nos conflitos por terra na Baixada Fluminense, a CPT esteve presente, estimulando a organização dos trabalhadores e a formação de chapas para disputar os sindicatos. Vale mencionar, aqui, figuras proeminentes como os bispos Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, Dom Mauro Morelli, de Duque de Caxias e Dom Vital Wilderink, de Itaguaí, que, não obstante seus *status* de autoridades religiosas, foram perseguidos pelo regime militar – Dom Adriano chegou inclusive a ser sequestrado em 1976 (MEDEIROS, 2018).

A partir do início da década de 1980, são retomadas as ocupações de terra por camponeses e trabalhadores rurais, enquanto a sociedade civil volta a se mobilizar e se manifestar reivindicando a reforma agrária (MEDEIROS, 2018). A Baixada Fluminense se torna um importante palco da luta pela terra, e Assentamentos Rurais passam a ser criados na região, como resposta dos governantes à pressão popular.

Concomitantemente à retomada das ocupações de terra e das manifestações públicas a partir do final dos anos 1970: sindicatos foram criados (alguns *recriados*); organizações de apoio à luta pela terra foram fundadas, como a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)[16] e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)[17]; campanhas e documentos foram lançadas, como a Campanha Nacional pela Reforma Agrária e o Documento Episcopal "Igreja e problemas da terra"; e, com a anistia de presos e exilados políticos, lideranças históricas puderam retornar ao Brasil e/ou sair da clandestinidade, valendo destacar algumas que atuaram no estado do Rio de Janeiro, como José Pureza, Bráulio Rodrigues, Manoel Ferreira, Laerte Bastos, Francisco Silva e João Correa de Paula. Mas, "embora a perseguição às lideranças tenha se abrandado e novas possibilidades para a ampliação da organização tenham sido abertas, a violência privada sobre os trabalhadores não arrefeceu" (MEDEIROS, 2018:82).

Entretanto, neste momento, o Rio de Janeiro já não era o mesmo. Em 1980, segundo o Censo, 92% da população do estado já era urbana. Com a urbanização intensa, veio também a pressão por áreas de moradia para a classe trabalhadora, recaindo sobre a Baixada Fluminense o crescimento urbano desordenado, uma vez que era onde existiam grandes áreas ainda rurais mais próximas da capital (MEDEIROS, 2018).

A luta pela terra se intensificava na Baixada. Em dezembro de 1980 e junho de 1981, manifestações na sede do Incra, no Rio de Janeiro, davam o tom da determinação dos trabalhadores rurais e dos camponeses sem-terra na retomada de sua luta. Em Cachoeiras de Macacu, a Fazenda São José da Boa Morte, desapropriada em benefício dos camponeses antes do golpe de 1964 e expropriada dos assentados nos anos de chumbo, foi por eles reocupada. E um conflito em Parque Estoril, em Nova Iguaçu, se desdobrou na ocupação de Campo Alegre, com o apoio da CPT e do Núcleo Agrícola Fluminense (NAF).

Em 1982, Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro, enchendo de esperança a classe trabalhadora do estado, e em particular os camponeses, em luta por terra. Em 1983 foi criada a Comissão de Assuntos Fundiários (CAF), e em 1991 foi lançado o Atlas Fundiário do

16 A Associação Brasileira de Reforma Agrária é uma entidade civil sem fins lucrativos criada em 20 de setembro de 1967 no Rio de Janeiro com o objetivo de ajudar a promover a concretização da reforma agrária no Brasil (https://abranacional.wordpress.com, acesso em 12 de novembro de 2023).

17 "A FASE – Solidariedade e Educação foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo." (https://fase.org.br, acesso em 12 de novembro de 2023).

Estado do Rio de Janeiro; ao mesmo tempo, o MST era criado e começava a se expandir pelo Brasil; a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) se fortalecia; e na segunda metade da década de 1980 era lançado o Plano Nacional de Reforma Agrária com a meta de assentar sete milhões de pessoas em 15 anos e o objetivo de realizar verdadeiras transformações fundiárias em algumas regiões. Contudo, a burocracia estatal, a cultura institucional e a falta de compromisso nas estruturas existentes jogaram um balde de água fria nas expectativas de implantação de uma reforma agrária massiva e estruturada. No governo Sarney (1985-1989), foram assentadas apenas 83.687 famílias; em algumas regiões, conflitos se acirraram, culminando, por exemplo, no assassinato da liderança Sebastião Lan, em 1988, em Cabo Frio. O governo Brizola usou instrumentos legais do governo estadual para fazer desapropriações e intervir em áreas de conflito, como a que ocorreu em São Bernardino, Nova Iguaçu. Mas a rápida urbanização da Baixada Fluminense seguia pressionando agricultores a abandonar suas posses, muitas vezes sob a expulsão e expropriação violenta de milícias privadas (MEDEIROS, 2018).

Mais recentemente, um outro elemento vem causando forte impacto na Baixada Fluminense, em especial sobre as famílias agricultoras, principalmente sobre os Assentamentos de Reforma Agrária: o Arco Metropolitano (BR 493), mais especificamente seu trecho oeste, constituído por 75 quilômetros, que cruzam os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí. Segundo Tinoco (2019), o Arco Metropolitano representa um projeto de integração nacional e de interesse logístico para diferentes setores da economia, criado para superar os "gargalos infraestruturais" do Brasil, e tendo como objetivo atrair investimentos e formar um eixo de desenvolvimento que agrega não somente o escoamento de produtos, mas todo um "mercado logístico-industrial" para o espaço metropolitano fluminense, abrindo novas fronteiras mercantis e de serviços". Oliveira e Silva (2017), contudo, atestam que o Arco Metropolitano não tem correspondido às expectativas atribuídas no tocante ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Baixada Fluminense – pelo contrário, tem feito aumentar os casos de violência e a sensação de abandono. Campos (2018) ainda pondera que tal obra não teve como objetivo a busca de soluções para a conexão e o transporte na região, nem mesmo o desenvolvimento econômico regional, mas tão somente atender aos interesses transnacionais do setor extrativo mineral (no caso, da *commodity* petróleo), ligando o complexo Petroquímico da Petrobrás (COMPERJ) ao Porto de Itaguaí. Segundo o autor, tal obra trouxe, para a Baixada Fluminense, impactos negativos nas esferas ambiental, social, econômica, política e simbólica. D'Oliveira (2016) confirma estes impactos negativos no Assentamento Terra Prometida, em especial na gleba Sempre Verde, em Duque de Caxias, relatando a remoção de algumas famílias assentadas para a execução da obra. Vianna (2020) também confirma tais impactos sobre o Assentamento Sol da Manhã, de Seropédica, destacando o impulsionamento da especulação imobiliária no local, que levou muitos agricultores familiares a desistirem da atividade agrícola.

# CAPÍTULO II - ASSENTAMENTOS NA BAIXADA FLUMINENSE

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já criou e reconheceu mais de nove mil projetos de assentamento em todo o país, que são classificados em dois grandes grupos:

* Projetos de Assentamento (PA) *criados* pelo Incra: Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e Projetos Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS);

* e projetos de assentamento *reconhecidos* pelo Incra, mas criados por outras instituições governamentais: Projetos de Colonização (PC), Projetos Integrados de Colonização (PIC), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), Projetos de Assentamento Conjunto (PAC), Projeto de Assentamento Casulo (PCA), Projetos de Assentamento Estadual (PE), Projetos de Assentamento Municipal (PAM) e Projetos de Assentamento Quilombola (PAQ).

A Superintendência Regional do Estado do Rio de Janeiro (SR 07) engloba 82 projetos. Dos municípios que compõem a Baixada Fluminense, só não existem projetos de assentamento em Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Queimados[18] e São João de Meriti. Nos demais municípios, existem 25 projetos reconhecidos pelo INCRA: Duque de Caxias (4), Itaguaí (3), Japeri (4), Magé (4), Nova Iguaçu (4), Paracambi (3) e Seropédica (3). Desses 25, seis são Projetos Integrados de Colonização (PICs), criados entre 1930 e 1972; oito são projetos estaduais (PE), sendo três criados nos anos 1960; e, dentre os outros onze, temos um Projeto de Assentamento Casulo (PCA), um Projeto de Assentamento Conjunto (PAC) e um Projeto de Assentamento Municipal (PAM). Estes assentamentos somam 37,56 mil hectares, com a presença potencial de 3575 famílias agricultoras. A Tabela 01 mostra mais informações sobre estes assentamentos.

Embora não seja oficialmente reconhecido como Assentamento de Reforma Agrária (portanto não está presente na tabela 01), o "mutirão" Campo Alegre está incluído nesta pesquisa, pela sua importância histórica e relevância para os objetivos deste livro. Além de Campo Alegre, realizei uma pesquisa histórica dos Mutirões Eldorado e Sol da Manhã, de Seropédica, utilizando como fonte estudos realizados previamente sobre estes dois assentamentos e a região na qual estão inseridos; e uma pesquisa histórica e atual sobre o Assentamento Terra Prometida, cuja área se divide entre os municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu, utilizando como fontes estudos prévios e também depoimentos de lideranças, agricultores e agricultoras assentadas, disponibilizadas em áudios pessoais e em debates e entrevistas realizadas nos anos de 2020 e 2021 e transmitidas pela internet. Para facilitar a localização dos Assentamentos estudados, foi elaborado um mapa (figura 02).

18 Em Queimados se encontra parte do Assentamento Campo Alegre que, embora não reconhecido oficialmente, está inserido nesta pesquisa.

Tabela 01. Projetos de Assentamento da Baixada Fluminense.

| Município | Assentamento ou Projeto de Colonização | Área (ha) | Capac. Famílias (n.de lotes) | ha/ família | Ato de criação (ano) | Obtenção (ano) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Duque de Caxias e Nova Iguaçu | PAC Terra Prometida | 552,07 | 61 | 9,05 | 2008 | 2010 |
| | PA Morro Grande | 317,80 | 34 | 9,35 | 1989 | 1989 |
| Duque de Caxias | PE São Lourenço | 90,00 | 11 | 8,18 | 1961 | 2005 |
| | PIC Nucleo Colonial Duque de Caxias | 540,95 | 47 | 11,5 | 1941 | 1941 |
| Itaguaí | PA União, Terra e Trabalho | 163,07 | 8 | 20,38 | 2008 | 2014 |
| | PIC Nucleo Colonial Santa Cruz | 11.021,27 | 1.135 | 9,71 | 1930 | 1930 |
| | PIC Grande Rio | 275,52 | 122 | 2,26 | 1972 | 1979 |
| Japeri | PA Boa Esperança | 278,80 | 52 | 5,36 | 1986 | 1986 |
| | PE Fazenda Normandia | 120,03 | 27 | 4,44 | 1960 | 2003 |
| | PE Pedra Lisa | 77,50 | 26 | 2,98 | 1986 | 1997 |
| | PE São Pedro | 1.800,00 | 98 | 18,36 | 1960 | 2005 |
| Magé | PE Fazenda Cachoeira Grande | 327,89 | 156 | 2,10 | 1998 | 2010 |
| | PE Fazenda Pau Grande | 112,80 | 100 | 1,128 | 1998 | 2010 |
| | PA Santa Rosa | 372,75 | 26 | 14,33 | 1986 | 1987 |
| | PE Fazenda Santa Rosa | 30,53 | 11 | 2,77 | 1998 | 2010 |
| Nova Iguaçu | PAM Marapicu | 318,17 | 92 | 3,46 | 2008 | 2009 |
| | PA São Bernardino | 212,00 | 55 | 3,85 | 1987 | 1991 |
| | PIC Núcleo Colonial São Bento[19] | 6.548,87 | 465 | 14,08 | 1963 | 1968 |
| | PIC Núcleo Colonial Tinguá | 2.561,13 | 182 | 14,07 | 1938 | 1938 |
| Paracambi | PA Sabugo | 1.386,36 | 112 | 12,38 | 1985 | 1987 |
| | PE Fazenda Vitoria da União | 527,08 | 84 | 6,27 | 1985 | 1998 |
| | PCA Terra | 432,12 | 20 | 21,60 | 2011 | 2015 |
| Seropédica | PA Casas Altas ('Mutirão do Eldorado') | 586,92 | 71 | 8,26 | 1992 | 1993 |
| | PA Moura Costa ('Mutirão Sol da Manhã') | 271,00 | 52 | 5,21 | 1988 | 1989 |
| | PIC Santa Alice | 8.641,12 | 528 | 16,36 | 1955 | 1963 |
| **TOTAL** | | 37.565,76 | 3575 | 10,5 | - | - |

**Fonte**: Incra, 2021.

19 O Núcleo Colonial São Bento se encontra atualmente no município de Belford Roxo, enquanto o Museu Vivo do São Bento se localiza em Duque de Caxias (fonte: Google Maps, acesso em 13 de novembro de 2023).

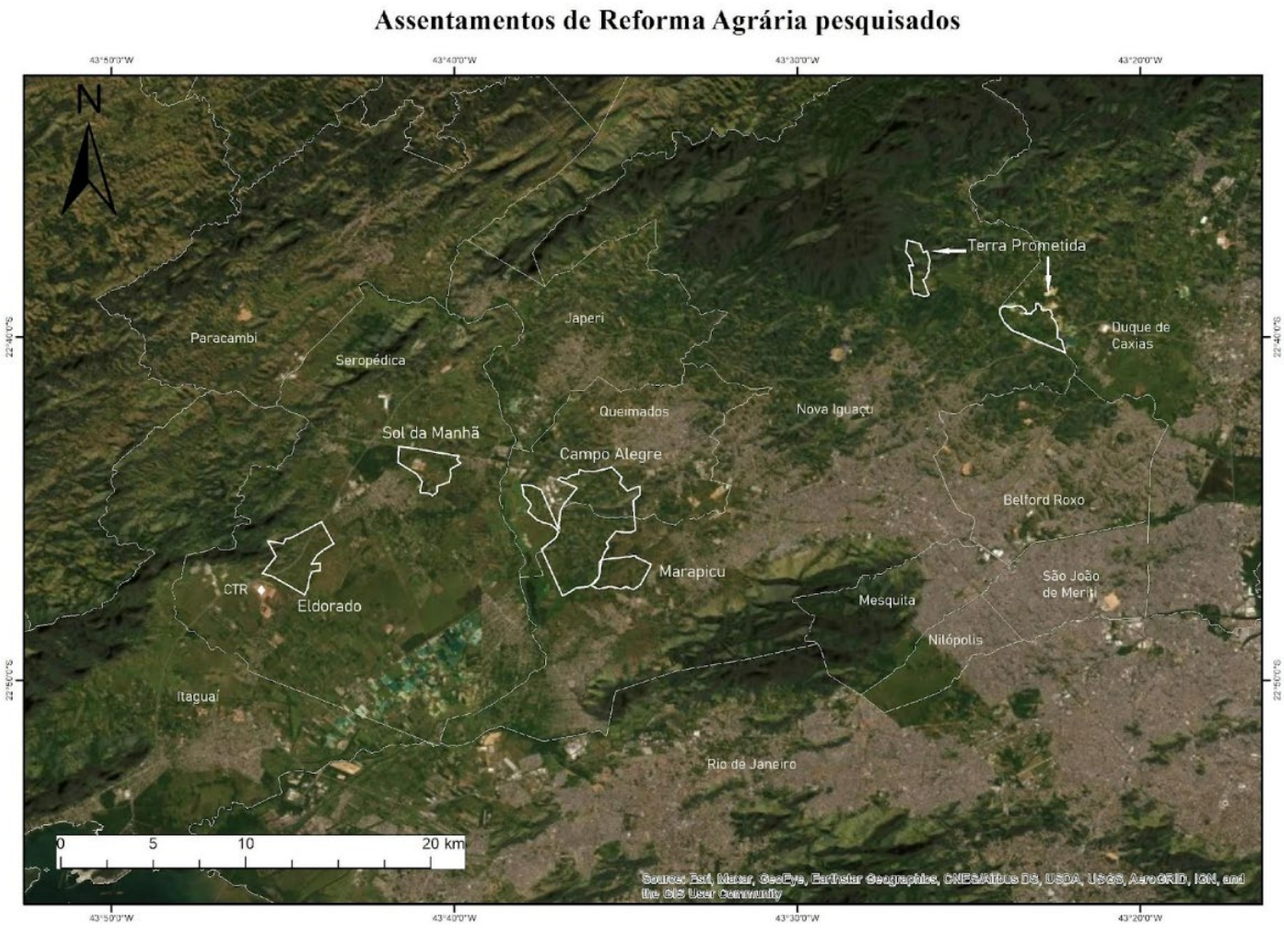


Figura 02. Mapa com imagem de satélite localizando os Assentamentos pesquisados: Eldorado e Sol da Manhã, no município de Seropédica; Campo Alegre, nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados; Marapicu, em Nova Iguaçu; e Terra Prometida, nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Neste mapa estão identificados também municípios da Baixada Fluminense e o Centro de Tratamento de Resíduos (CTR). (Autores: Lucas Gentil e Igor Carvalho)

## 2.1. Assentamentos de Seropédica

Seropédica é um município da Baixada Fluminense emancipado de Itaguaí em 1995. A área que hoje pertence ao município fazia parte da histórica Fazenda Santa Cruz que, entre os séculos XVII e XIX, abarcava um imenso território, que ia desde a Zona Oeste da capital até o atual município de Vassouras-RJ. Vianna (2020) nos conta que, em 1836, foi instalado no local um "estabelecimento seropédico", ou seja, uma indústria de produção de seda, cuja mão-de-obra era escrava. O empreendimento chegou a ter cento e vinte mil pés de amoreira, além de laboratórios e galpões, dando origem à localidade que passou a ser conhecida por "Seropédica". Nas duas décadas seguintes, a sericultura teve importância significativa na economia do império, mas acabou sendo liquidada em 1862, por fatores políticos e por motivação abolicionista (FRÓES, 2004 *apud* VIANNA, 2020). Instalações da antiga fábrica de seda foram posteriormente incorporadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, instalada, a partir de 1948, no distrito de Seropédica (que pertencia ao município de Itaguaí).

Já na primeira metade do século XX, a vocação agrícola de Seropédica podia ser constatada na expressiva produção de quiabo, milho, laranja, goiaba e banana. Entre as décadas de 1930 e 1950 foram criados três núcleos coloniais em Seropédica, em benefício de 409 famílias: Piranema, Santa Alice (conhecido também por "Coletivo") e o atualmente denominado "Bairro Incra" (GOLINSKI, 2008; VIANNA, 2020). Segundo Golinski (2008), tais núcleos

foram consolidados pelo Incra, embora na página desta autarquia na internet conste somente a existência do Projeto Integrado de Colonização (PIC) Santa Alice, criado em 1955, com 8.641,12 hectares e capacidade para 71 famílias (INCRA, 2021).

Estes núcleos tinham como referência a experiência pioneira do Núcleo Colonial de Santa Cruz, na Zona Oeste do Rio, e faziam parte do objetivo do governo de estabelecer um "cinturão verde" ao redor da crescente metrópole (CASTRO, 2005). A criação de tais núcleos, entretanto, não foi acompanhada de um programa efetivo de reforma agrária – ou seja, com assistência técnica de qualidade, apoio ao escoamento da produção etc. – dificultando a permanência de grande parte das famílias (VIANNA, 2020) e frustrando, assim, o projeto do "cinturão verde".

A partir da década de 1980, foram criados, em Seropédica, os Assentamentos Sol da Manhã e Eldorado, vinculados ao Incra, e Filhos do Sol e Sá Freire, vinculados ao Iterj (GOLINSKI, 2008; VIANNA, 2020; INCRA, 2021). Golinski (2008) informa ainda a existência de dois assentamentos (São Miguel e Canto do Rio) que não são reconhecidos nem pelo Incra e nem pelo Iterj. Coletivo, Piranema, Incra, Sá Freire, São Miguel e Canto do Rio são, atualmente, considerados bairros da cidade (GOLINSKI, 2008); enquanto o PA Casas Altas (conhecido localmente como 'Mutirão do Eldorado') e o PA Moura Costa (conhecido como 'Mutirão Sol da Manhã') resistem enquanto áreas predominantemente rurais, apesar das dificuldades enfrentadas para seu desenvolvimento e continuidade, conforme veremos a seguir.

### 2.1.1. O Mutirão Eldorado

Elisa Guaraná de Castro (2005) relatou com detalhes o processo que levou à criação do PA Casas Altas, conhecido localmente como "Mutirão Eldorado". A Fazenda Casas Altas, e outras duas fazendas contíguas (Espigão e Noruega), eram, até os anos 1960, de domínio de Francisco Goulart, à época, um dos maiores criadores de gado e exportadores de carne do estado do Rio de Janeiro.

Já na década de 1950, famílias de trabalhadores rurais ocuparam o local conhecido como "Morro das Pedrinhas". Tal ocupação seria uma das expansões do Núcleo Colonial de Santa Cruz, e fazia fronteira com a Fazenda Casas Altas. Essas famílias tinham origem em áreas rurais do estado do Rio de Janeiro e também do Espírito Santo, Minas Gerais e outros estados. Traziam consigo as experiências da vida na roça e as marcas da dificuldade de acesso à terra. Muitas delas eram unidas por relações familiares e de compadrio. Passaram, então, a sobreviver não só da produção para subsistência, mas também como meeiros ou prestando serviços para os fazendeiros da região (CASTRO, 2005).

Em 1967, o fazendeiro de Casas Altas faleceu, e a fazenda passou ao domínio de seus filhos. Na década de 1980, iniciou-se uma disputa entre os herdeiros e um grileiro que ocupava parte da fazenda. Enquanto travava-se tal disputa, tem início, em 1988, um Processo de Desapropriação para fins de reforma agrária, impetrado pela Delegacia Regional do MIRAD/RJ (Ministério da Reforma Agrária e Desenvolvimento). Não há um consenso sobre de quem partiu a iniciativa de solicitar a abertura do processo – se foi do MST, da FETAG ou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaí. A justificativa, no entanto, foi uma só: o fato de haver grilagem na área da fazenda. A Vistoria Técnica, realizada em 1988, classificou a fazenda como "Latifúndio por Exploração" e recomendou sua desapropriação (CASTRO, 2005).

Em fevereiro de 1990 ocorreu a conclusão do processo de desapropriação de Casas Altas e, em 1991, o processo registra, pela primeira vez, a presença de um acampamento no local, porém o grileiro permanecia com seu gado na área e o Incra não procedia à divisão dos lotes. Segundo relatos dos que participaram da formação do Mutirão Eldorado, a motivação da ocupação foi a permanência do grileiro no local, mesmo após a desapropriação da fazenda. Em novembro de 1992 ocorre a imissão de posse do Assentamento, mas os problemas com o grileiro permaneciam (CASTRO, 2005).

Segundo Elisa Guaraná de Castro (2005), a organização do grupo que gerou o acampamento em Casas Altas ocorreu em três ocupações sucessivas. Na primeira, ocorre a instalação do acampamento em 18 de dezembro de 1990, sendo que o grupo ocupante havia se organizado ao longo desse mesmo ano. A ocupação foi batizada de Mutirão Eldorado e contou, neste momento, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaguaí (pois Seropédica ainda não havia se emancipado) e da CPT. A segunda ocupação contou também com o apoio do MST, e a terceira teve apoio ainda mais amplo, abarcando organizações como o Sindicato dos Metalúrgicos do RJ. Muitos destes acampados tinham origem nas famílias da antiga ocupação do Morro das Pedrinhas (CASTRO, 2005).

Com a oficialização do assentamento, a partir de 1992, parte dos assentados efetivamente passaram a morar em seus lotes. Algumas famílias, entretanto, não se mudaram para o assentamento (apesar das cobranças do Incra de que morassem no lote), pois já tinham suas residências no bairro de Chaperó. Segundo Castro:

> conhecer esse núcleo urbano foi central para a compreensão dessa relação (moradia-trabalho). (...) ouvir as comparações recorrentes, entre Chaperó, como área urbana, e Eldorado, Morro das Pedrinhas e Santa Rosa, como áreas rurais, foi fundamental para analisar o processo de circulação e de formação de identidades sociais". (CASTRO, 2005:58)
>
> Chaperó aparece em diversos mapas da região desde o século XIX como uma localidade próxima ao centro de Itaguaí. Já o núcleo urbano que se formou nesta área começou a se consolidar a partir do loteamento de uma área denominada de Parque Primavera, na década de 50. Trinta anos depois, na década de 1980, formou-se o Conjunto Habitacional – Agrovila Chaperó, mas hoje a área toda é denominada apenas de Chaperó. (CASTRO, 2005:55)

A partir da emancipação de Seropédica, o Mutirão Eldorado se viu nos limites do novo município com Itaguaí, sendo inclusive alvo de uma disputa política por fronteiras entre os dois, e sendo ainda vítima da dificuldade de acesso às políticas públicas municipais (CASTRO, 2005).

Nos anos 1990, o Mutirão Eldorado se destacou na produção agropecuária, principalmente de aipim, coco, quiabo, maxixe, milho e feijão, chegando até mesmo a receber o "prêmio de safra recorde de quiabo", no ano de 1994/95, da União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30, filiada às Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro SA (CEASA). Contudo, problemas como a falta de água e de assistência técnica afetaram a produtividade dos cultivos nos anos seguintes (CASTRO, 2005; VIANNA, 2017). Neste período, eram realizadas muitas atividades da UFRRJ no Assentamento, articuladas em especial pelo Grupo de Agricultura Ecológica (GAE), desencadeando em sucessivos projetos de extensão universitária (GOLLO et al, 2013).

O PA Casas Altas conta com 71 lotes distribuídos em 586,92 hectares (INCRA, 2021) dos quais, no início dos anos 2000, 69 estavam ocupados por famílias assentadas e dois eram destinados à área comunitária (CASTRO, 2005). Em 2005, todas as famílias possuíam casas

de alvenaria e luz elétrica em seus lotes, mas ainda havia grande precariedade na infra-estrutura sanitária (água, esgoto, saneamento). Além disso, o intenso desmate para formação de pastos, na época da Fazenda Casas Altas, contribuiu para a diminuição da produtividade do assentamento. Segundo determinação do Incra, os assentamentos são obrigados a ter 10% de sua área total destinada à preservação da vegetação nativa – entretanto, no início dos anos 2000, a área preservada do Mutirão Eldorado correspondia a somente 1,23% da área total. Neste período, um dos lotes comunitários foi destinado ao reflorestamento, como forma de tentar recompor ao menos parte da vegetação nativa, e contribuir para a recuperação de nascentes e para o estabelecimento de práticas agrícolas mais sustentáveis (CASTRO, 2005).

A partir de 2011, os moradores do Mutirão Eldorado passam a sofrer os impactos da instalação do Centro de Tratamento de Resíduos Rio (CTR Rio), onde são depositados, diariamente, cerca de dez mil toneladas de lixo (domiciliar, público e industrial) oriundos da cidade do Rio de Janeiro e de parte da região metropolitana (Seropédica, Magé, Itaguaí e Mangaratiba) (PEREIRA, 2020). Dentre os impactos negativos, destaca-se o intenso mal cheiro e enorme proliferação de moscas e urubus, os quais são facilmente verificados ao se visitar lotes do assentamento, como nas saídas de campo que realizamos com a Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ em 2016 e 2017 (figuras 03 e 04).

O agrônomo extensionista Alexandre Gollo realizou uma pesquisa, em 2013, junto a um casal de agricultores (Oswaldo e Ivanilda Aguiar) que já haviam, nesta época, saído do Mutirão Eldorado devido aos impactos do CTR. Em incursão a campo, entrevistaram um outro agricultor, que ainda residia no Assentamento e apontava outras dificuldades pelas quais passava para permanecer produzindo em seu lote: o CTR que, além do mau cheiro e das moscas, promoveu obras de drenagem que rebaixaram o lençol freático; a pedreira vizinha que gera lama quando chove e poeira quando faz sol; a obra do Arco Metropolitano; e o abandono do Assentamento pelo poder público, que ocorreu principalmente após Seropédica emancipar-se do município de Itaguaí, em 1996. Por conta dessa falta de apoio e estrutura, o agricultor entrevistado parou de cultivar lavouras e passou a trabalhar com a pecuária de leite, atividade da qual ainda se sustentava no assentamento em 2013 (GOLLO *et al*., 2013). Ainda segundo o assentado entrevistado:

> (...) Nós aqui não tínhamos muita assistência. Os Projetos vinham, mas não chegavam para todos. Fazíamos as lavouras, mas aí "acabou" os atravessadores. Depois que emancipou o município (1996) começou a guerra dos prefeitos. O pessoal que comprava carga parou de vir buscar. A gente procurava os "feiristas", quem tivesse um caminhão ou trator para os serviços; nada! Criava galinhas, porcos. Fazia uma lavoura de aipim, se tirava cem caixas, perdia as cem por não ter como vender. Foi aí que passei a trabalhar com os animais de leite; são cinco vaquinhas que tenho hoje. Forneço leite direto para a Santa Luzia – a pedreira. De segunda a sábado, são 35 litros por dia; e forneço também uma base de 20 litros todos os dias pro Helinho, que é produtor no Morro das pedrinhas.
>
> (...) A obra da estrada veio em 2009 – veio, tomou a faixa de terra e indenizou a R$ 1,79 (hum real e setenta e nove centavos) por metro quadrado. Fui em várias reuniões e não conseguimos melhorar essa situação. Para a maioria não teve acordo nenhum de melhoria nesse valor. (...) A estrada era um projeto de um jeito. O que foi feito foi outro projeto. Haveria ruas laterais, onde ia passar ônibus para facilitar nossa vida. Não teve e pelo visto não vai ter nada.
>
> (...) Foi em 2010 ou 2011 que começou o projeto do aterro. No início deste ano (2013) empesteou de mosca. Fomos à administração reclamar e trocou de gerente na empresa. Agora diminuiu. Essa mosca ela gruda no animal e não solta. O mal cheiro é direto. Influenciou também na água. Antes era poço manual, hoje uso água do poço artesiano que a empreiteira fez, na obra da estrada. Eu que forneci o lugar. A água não é boa, mas é a que eu uso pra lavar roupa, fazer a comida e tomar banho. O primeiro poço ficou

> desativado. Com as obras do aterro, eles abriram umas valas e baixou a água. Hoje não tem mais força de vazão pra encher o poço. Ele funciona hoje de cisterna, que abasteço com a água do poço artesiano aberto pela empresa que tá fazendo a estrada. A pedreira já deve ter de treze a quatorze anos que está sendo explorada. (onde era o lote do Silvano e do Edmilson). Foi ai que começou a tirar a vida da terra. Mas foi a estrada que desanimou mais, porque tirou o sossego da gente. (...) Do aterro sanitário se solta um gás que queima constantemente. O gás do chorume queimado chega a arder a garganta e os olhos.
> (...) Em 1993 e 1994 a produção dos assentados foi classificada como o primeiro lugar no município de Itaguaí. Depois que emancipou Seropédica, o apoio acabou. Não conseguíamos mais máquinas nem pra plantio nem para melhoria nas estradas.

Das 72 famílias inicialmente assentadas, apenas 27 permaneciam no Mutirão Eldorado em 2005 (GOLINSKI, 2008); em 2013, eram somente 12 famílias (GOLLO *et al*., 2013). Como estratégia de resistência e permanência, algumas dessas famílias passaram a se articular em torno da produção, certificação e comercialização de produtos orgânicos. A partir de 2009, estas famílias, junto a produtores do assentamento Sol da Manhã e das áreas rurais de Santa Alice e Coletivo, passaram a compor o grupo SerOrgânico, que logo se tornou um grupo de Sistema Participativo de Garantia (SPG) vinculado à Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO)[20]. Alguns anos depois, produtores do SerOrgânico decidiram fundar um novo grupo SPG-ABIO, o Raiz Forte. A maior parte da produção era escoada no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e via Rede Ecológica[21]. A partir de 2016, um novo espaço para a comercialização foi criado: a Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ, *campus* Seropédica. Alguns desses produtores também chegaram a acessar mercados institucionais via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (VIANNA, 2017). Ou seja, mesmo com tantas dificuldades, algumas famílias agricultoras resistiram por anos no Mutirão Eldorado, produzindo alimentos de qualidade para a população. Em 2023, em visita de campo da Licenciatura em Educação do Campo, pudemos constatar que somente uma família permanece produzindo alimentos orgânicos certificados pelo SPG-ABIO no Assentamento. Neste ano (2023), o carro chefe de sua produção foi a lichia (*Litchi chinensis*), que é comercializada na cidade do Rio de Janeiro, através da Rede Ecológica e nas feiras da Glória, Jardim Botânico e Junta Local (informação pessoal fornecida pela agricultora).

20 A ABIO - Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro foi fundada em 1985 e tem, como missão, "contribuir para o fortalecimento da agricultura orgânica de base agroecológica, mediante a prestação de serviços aos agricultores, produtores e extrativistas". A ABIO é a instituição que emite os certificados de produtor orgânico para grupos vinculados ao Sistema Participativo de Garantia (SPG) no estado do Rio de Janeiro. (www.abiorj.org, acesso em 22 de janeiro de 2024).

21 Segundo informa em seu site (http://redeecologicario.org/, acesso em março/2021), a Rede Ecológica "é um movimento social que visa a fomentar o consumo ético, solidário e ecológico. É constituída de grupos de consumidores que realizam compras coletivas diretamente de pequenos produtores agroecológicos e/ou orgânicos". Nasceu em 2001, no bairro da Urca, e também possui núcleos em outros bairros da cidade do Rio de Janeiro e em cidades vizinhas (REDE ECOLÓGICA, 2021).

Figura 03. Produção de feijão, aipim e bananas orgânicas, e área de reserva ao fundo, em lote do Mutirão Eldorado. Foto tirada pelo próprio autor em saída de campo da Licenciatura em Educação do Campo em 22/07/2017.

Figura 04. Sítio de produção orgânica do Mutirão Eldorado. Foto tirada pelo próprio autor em saída de campo da Licenciatura em Educação do Campo em 06/10/2016.

### 4.1.2. O Mutirão Sol da Manhã

O Projeto de Assentamento (PA) Moura Costa, conhecido como "Mutirão Sol da Manhã", foi criado em 1988 em uma área de 271 hectares (CAPPELLIN; CASTRO, 1997; INCRA, 2021). Segundo Cappellin e Castro (1997), foram dois anos de ocupação e luta pela conquista do assentamento, incluindo diversas manifestações na sede do INCRA e uma ação de despejo por parte dos que se diziam donos da área. Inicialmente, foram assentadas 40 famílias; de 1996 a meados dos anos 2000, residiam 72 famílias na área (CAPPELLIN; CASTRO, 1997; RUELLA *et al*., 2009).

Os principais cultivos já realizados no Mutirão Sol da Manhã são: aipim, milho, feijão, maxixe, quiabo, feijão-guandu, feijão-de-corda, cana-de-açúcar, inhame, abóbora, taioba, vagem, batata-doce, laranja, abacaxi, banana, tomate, coco, acerola, maracujá, limão e jaca, além de plantas medicinais, ovos caipiras e pecuária bovina (CAPPELLIN; CASTRO, 1997; RUELLA *et al*., 2009; FERNANDES *et al*, 2013). A partir de 2007 a Rede Ecológica se aproximou de agricultores do assentamento Sol da Manhã e de outras localidades de Seropédica, como Santa Alice, Coletivo e Mutirão Eldorado. O grupo de aproximadamente 15 famílias passou a se organizar em torno da produção agroecológica, fundando, em 2009, o SerOrgânico, e iniciando o SPG em 2010, com o apoio da ABIO. Neste período, o grupo recebeu apoio também de órgãos como a Embrapa, a Pesagro, a UFRRJ, e de políticas públicas como o Pronaf (REDE ECOLÓGICA, 2021). Vianna (2017) relata que a chegada destes apoios e o envolvimento com o movimento agroecológico deu um novo ânimo às famílias agricultoras da região, melhorando: a participação em associações e organizações representativas, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e os Comitês Gestores das Microbacias de Seropédica (COGEMs); o acesso à assistência técnica; e o acesso a canais de comercialização.

Os canais de escoamento da produção eram diversos: grupos de consumidores da Rede Ecológica; Circuito Carioca de Feiras Orgânicas; feira do Centro de Pesquisa da Petrobrás; quiosque[22] da SerOrgânico no centro de Seropédica; e, mais recentemente, na Feira da Agricultura Familiar da UFRRJ (RUELLA *et al*., 2009; VIANNA, 2017; REDE ECOLÓGICA, 2021). Em 2010, o SerOrgânico foi indicado pela Rede Ecológica para o Terra Madre no Brasil, organizado pelo movimento *Slow Food*, passando a ser reconhecido como a primeira "Comunidade do Alimento"[23] do Rio de Janeiro. O grupo Raiz Forte, mesmo tendo sido criado, em 2015, a partir de uma dissidência do SerOrgânico, manteve o vínculo com a Rede Ecológica e seus canais de comercialização (REDE ECOLÓGICA, 2021)

Apesar de tantas conquistas, os assentados do mutirão Sol da Manhã sempre enfrentaram uma série de problemas. O desmatamento e erosão dos solos afetavam a fertilidade necessária à produção, chegando a suscitar uma iniciativa para a recuperação da vegetação da área coletiva da associação local; durante muitos anos, o lixão de Seropédica ficava situado dentro do assentamento (RUELLA *et al*, 2009); a falta de estrutura e de assistência técnica, além do endividamento dos agricultores, também são apontados pelos produtores locais (VIANNA, 2017). Mais recentemente, a especulação imobiliária e a violência tornaram-se problemas graves,

22 Criado com apoio da UFRRJ, da ONG Francesa Atores no Mundo Agrícola e Rural (AMAR) e da ONG brasileira Idaco, tal quiosque foi fechado pouco tempo após inaugurado, devido a falta de recursos para manter uma pessoa atendendo no local (RUELLA *et al*., 2009; REDE ECOLÓGICA, 2021).

23 Uma Comunidade do Alimento é considerada a estrutura básica na organização do movimento *Slow Food*, e pode ser criada a partir da reunião de um grupo de pelo menos 10 pessoas no intuito de "promover os valores e filosofia do movimento *Slow Food* em seu território e em suas ações" (https://slowfoodbrasil.org.br/nossa-rede/membros-e-comunidades/#comunidades-menu, acesso em 22 de janeiro de 2024).

inviabilizando a permanência de muitas das famílias no assentamento. Empresas imobiliárias vêm comprando sítios na área para revender para indústrias e galpões logísticos. A proximidade do assentamento com a Rodovia Presidente Dutra (BR-116) e com o Arco Metropolitano (BR 493) é bastante atraente a estes grandes empreendimentos, cuja entrada na área foi até mesmo incentivada pelo poder público municipal, quando da aprovação do Plano Diretor de 2006, que ignorou a forte presença da agricultura familiar de base agroecológica na região e a tornou voltada para o zoneamento industrial. Outro grave problema é a violência que assola a região, com assaltos e o recente domínio por grupos milicianos (VIANNA, 2017; TINOCO, 2019; ALVES, 2020; PEREIRA, 2020; REDE ECOLÓGICA, 2021).

Todos estes problemas vêm contribuindo para a evasão de famílias do assentamento, e para a desarticulação das que permanecem. Retomar os incentivos à agricultura de base ecológica, principalmente por meio de políticas públicas, faz-se urgente, no sentido de aproveitar o potencial da área e das famílias remanescentes em contribuir com o abastecimento de alimentos saudáveis e outros bens para o município de Seropédica e para a região metropolitana do Rio, em consonância com a preservação ambiental e com a melhoria da qualidade de vida da população local. Alguns moradores do Mutirão Sol da Manhã resistem na agricultura, sendo que alguns são hoje estudantes da UFRRJ, especialmente do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Ao realizarmos saídas de campo para o assentamento, verificamos este enorme potencial que ainda pode e deve ser aproveitado. Uma das atividades presentes no assentamento é a produção de mudas de plantas ornamentais para comercialização na região (figura 05).

Figura 05. Produção comercial de mudas de plantas ornamentais em lote do Mutirão Sol da Manhã. Foto tirada pelo próprio autor em saída de campo da Licenciatura em Educação do Campo em 05/10/2016.

## 4.2. Campo Alegre

Campo Alegre é considerada uma das maiores ocupações de terra já realizadas no estado do Rio de Janeiro, e a maior da Baixada Fluminense. A ocupação ocorreu em janeiro de 1984, com cerca de 700 pessoas, conforme relembra Bráulio Rodrigues da Silva, uma das principais lideranças da ocupação (SILVA, 2008).

Muitos dos ocupantes já haviam vivenciado experiências de luta pela terra em outros municípios da Baixada Fluminense e muitos sobreviviam de serviços temporários na metrópole carioca, com pouca ou nenhuma experiência na agricultura. A ocupação foi resultado de um processo organizativo prévio, estabelecido entre as lideranças e trabalhadores de origem rural e também urbana, resultando numa ação mais rápida do que outros processos de ocupação que ocorreram anteriormente na Baixada. A ação em Campo Alegre motivou outras ocupações na época, e também despertou a reação violenta de grileiros, latifundiários e de agentes do próprio Estado, como foi o caso da invasão da sede da CPT de Nova Iguaçu pela Polícia Federal no mesmo ano da ocupação (AMARO JR., 2020).

A luta pela regularização de Campo Alegre se arrasta por décadas, sendo realizada e acompanhada por centenas de famílias que abarcam uma grande diversidade de identidades, vivências e experiências. Dentre os diversos episódios dessa luta, vale destacar o levantamento de dados dos assentados realizado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) que, segundo um dos responsáveis por questões fundiárias do órgão, teve sua documentação "perdida" em 1997 (AMARO JR., 2020). Vale destacar ainda os apoios e relações estabelecidas com organizações e movimentos sociais, como: a CPT, que é, até hoje, a principal organização que apoia os assentados; e o MST, que estabeleceu uma relação próxima com Campo Alegre, ainda nos anos 1980, mas não se manteve tão próximo nas décadas seguintes. Até hoje, entretanto, Campo Alegre não é oficialmente reconhecido como Projeto de Assentamento pelo poder público (AMARO JR., 2020). Mesmo assim, centenas de famílias ocupam os lotes projetados e lutam pela sobrevivência, através da produção agrícola, da venda de sua força de trabalho, embora a maior parte das famílias ocupantes atuais não sejam as mesmas que participaram da ocupação nos anos 1980, conforme já atestava Bráulio Silva em 2008 (SILVA, 2008).

Ainda em 1984, os ocupantes de Campo Alegre construíram a Escola Comunitária Limberg, localizada na Regional Acampamento. Em 1987, a escola passou para a responsabilidade do município de Nova Iguaçu, que mudou seu nome para "Escola Municipalizada Campo Alegre", contribuindo para o apagamento da memória de Limberg, liderança assassinada em Campo Alegre (FERREIRA, 2020).

Devido à grande extensão territorial de Campo Alegre, e ao grande número de famílias acampadas, a ocupação foi dividida em sete regionais: Marapicu, Mato Grosso, Acampamento, Capoeirão (hoje pertencentes a Nova Iguaçu) e Chapadão, Terra Nova e Fazendinha (hoje pertencentes a Queimados, e vizinhas ao Distrito Industrial deste município). Nestas regionais, havia uma diversidade de situações fundiárias. Por exemplo:

> A antiga Fazenda Mato Grosso localizada no (antigo) Distrito de Queimados, Município de Nova Iguaçu, foi transformada em loteamento urbano no início dos anos 50 e, devido à falência do empreendimento o imóvel, praticamente abandonado. No decorrer dos anos foi sendo parcialmente grilado por criadores de gado que se diziam proprietários, até que a área foi descoberta pelo movimento de ocupação de terras, em sua trajetória. (NOVICKI, 1992:103 *apud* AMARO JR., 2020)

A orientação geral, na época da ocupação, era para que fossem formadas associações separadas, no sentido de facilitar a organização interna e o encaminhamento de questões relacionadas à produção, uso do solo, comercialização, educação e saúde; e também para controlar o movimento de ocupação dos lotes, evitando a compra e venda de terrenos e a ocupação por pessoas com objetivos distintos aos objetivos coletivos do assentamento. Contudo, conforme avalia a agente da CPT, Sônia Martins, isso acabou levando a um certo isolamento entre os grupos (AMARO JR., 2020).

Concomitantemente à formação das associações das regionais de Campo Alegre, operaram-se iniciativas de formação de uma associação geral do assentamento: a primeira delas, ainda nos anos 1980, resultou na fundação da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre (Uamca), que foi desativada posteriormente; e a segunda, em 2014, resultou na criação da Associação Geral dos Agricultores de Campo Alegre, que segue em atividade. Até hoje, contudo, permanecem divergências sobre a melhor forma organizativa do Mutirão Campo Alegre – se centralizada ou descentralizada (AMARO JR., 2020).

Como dito anteriormente, nos anos 1980 era comum os grupos camponeses que ocupavam terras autointitularem-se "mutirão", e até hoje é comum referir-se a Campo Alegre como "Mutirão Campo Alegre". Apesar de nunca ter sido inteiramente oficializado como assentamento de reforma agrária, também é comum chamá-lo de "Assentamento Campo Alegre", bem como "acampamento Campo Alegre" e, ainda, de forma talvez provocativa, se fale "acampassento", significando um assentamento que nunca se concretizou, ou um acampamento que se tornou permanente.

Mesmo com o impasse em seu processo de regularização fundiária, as famílias agricultoras de Campo Alegre se organizaram, desde o princípio, em torno da produção e comercialização. Nos primeiros anos da ocupação, na década de 1980, o governo Leonel Brizola provia técnicos e maquinários para apoiar a produção, e ainda um caminhão que transportava a produção dos assentados e encaminhava-a até o centro de distribuição (AMARO JR., 2020). No início da década de 1990, foi fundada a Cooperativa Agrícola Mista da União das Associações do Mutirão de Campo Alegre (Couamca), a partir de uma articulação com a Diocese de Nova Iguaçu e com financiamento de uma instituição italiana. Neste período, "os produtos de todas as regionais de Campo Alegre eram reunidos na Couamca para serem comercializados no Centro Estadual de Abastecimento (Ceasa/RJ) e em feiras livres e/ou centros urbanos mais próximos". Após a retirada do apoio financeiro e do apoio técnico e logístico do poder público, a Couamca faliu, e cada regional passou a comercializar seus produtos de maneira isolada (FERREIRA, 2020:96).

Vale mencionar o depoimento[24] de um agricultor de Campo Alegre, em 05 de junho de 2017, quando diz que "há 20 anos atrás tinham pedra no Ceasa", ou seja, em finais dos anos 1990, ocupavam um espaço de comercialização ("pedra") no Centro Estadual de Abastecimento do Rio de Janeiro, localizado na Zona Norte da cidade, mas que há anos já não tinham mais esse espaço.

Nos anos 2000, os agricultores e agricultoras de Campo Alegre, Tinguá e Jaceruba se articulam e começam a reivindicar um local para comercialização de seus produtos em Nova Iguaçu. A mobilização dá resultado, e em 2004 a prefeitura cria o Mercado do Produtor Rural, porém num galpão distante do centro da cidade e com pouca movimentação de pessoas. Em 2006 a prefeitura fecha o Mercado sob justificativa de necessidade de reformas; com a demora das obras, e a partir da mobilização das famílias agricultoras, a prefeitura autoriza a instalação da Feira da Roça de Nova Iguaçu, na Praça Rui Barbosa, no centro da cidade (FERREIRA, 2020).

Os feirantes, oriundos de Campo Alegre, Tinguá, Jaceruba e outras comunidades rurais do município, fundam então a Associação Feira da Roça de Nova Iguaçu (Aferni). A Feira da Roça acontece às quartas e sextas, e os feirantes realizam reuniões mensais no Centro de Formação de Líderes da Mitra Diocesana de Nova Iguaçu (Cenfor), onde se localiza também uma sala para a Associação. A Aferni dispõe de um caminhão que recolhe os produtos nas áreas dos agricultores que comercializam na feira; tal caminhão, e também as barracas e as balanças da feira, foram adquiridos através de um projeto pleiteado pela Emater de Nova Iguaçu junto ao Ministério do Trabalho (FERREIRA, 2020).

24 Depoimento gravado em atividade do Projeto de Extensão "Formação Política e Técnica dos Assentados da Reforma Agrária da Regional Chapadão/Mutirão Campo Alegre/Queimados-RJ",

Jurandir Amaro Jr. (2020), em sua pesquisa de mestrado, atesta, a partir de relatos dos assentados, que, dentre as sete regionais de Campo Alegre, poucas mantêm os espaços de discussão, reuniões e representatividade. O autor cita os casos de Marapicu e da regional Mato Grosso como exceções de regionais que mantêm esta organização interna.

### 2.2.1. Projeto de Assentamento Municipal (PAM) de Marapicu

De todas as regionais de Campo Alegre, apenas uma acabou por se oficializar enquanto assentamento: o Projeto de Assentamento Municipal (PAM) de Marapicu. Regularizado pela prefeitura de Nova Iguaçu em 2008, trata-se de um dos cinco[25] assentamentos municipais de todo o Brasil, e o único em todo o Sudeste. O histórico do PAM Marapicu está descrito com detalhes na dissertação de Jurandir Amaro Jr. (2020):

> O Mutirão de Marapicu é produto da ocupação das fazendas Boa Vista e da Adutora, que faziam parte da área delimitada pelo decreto do governo Brizola de desapropriação junto à Região de Campo Alegre no ano de 1984. A ocupação se deu no dia 31 de março de 1985, por um conjunto de 110 famílias, que eram um excedente de Campo Alegre. Tais ações se deram de maneira pacífica nas fazendas e não sofreram perseguições. (TINOCO, 2013 *apud* AMARO JR., 2020:83)
>
> Marapicu era uma área que pertencia ao antigo BNH (Banco Nacional de Habitação). Quando o banco entrou em falência, a Caixa Econômica Federal assumiu o espólio. (...) Desde os primeiros dias de negociação pelo título de posse da terra, as relações políticas desta regional com o Estado ocorreram de uma forma separada do que ocorria em Campo Alegre (...). Sendo uma área federal, o INCRA assumiu a atribuição de regularização das terras. (AMARO JR., 2020:81-82)

Na década de 1990, houve uma transição de negociações sobre Marapicu, entre o Incra e o Iterj. Em 1998, foi aprovado o Plano Diretor de Nova Iguaçu, que determinava que o município era considerado 100% urbano, excluindo então o reconhecimento da existência de áreas rurais dentro do município. Com a mudança da gestão municipal em 2004, passou-se a dar uma maior atenção à agricultura e ao atendimento dos interesses dos pequenos produtores de Nova Iguaçu, resultando, por exemplo, na criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), e na aprovação de um novo Plano Diretor, em 2008, no qual as áreas rurais do município voltavam a ter seu reconhecimento pelo poder público municipal. A prefeitura de Nova Iguaçu assumiu então a responsabilidade de regularizar o assentamento, negociando diretamente com a Caixa Econômica Federal e logrando, em 2008, a criação do PAM Marapicu. Os desafios enfrentados pelos assentados para permanecer na terra, contudo, ainda se fazem presentes, conforme os relatos obtidos por Jurandir Amaro Jr. (2020) e Taís Côgo Ferreira (2020) em suas pesquisas.

Nos primeiros anos da Feira da Roça de Nova Iguaçu, os agricultores de Marapicu compunham a maior parte das barracas. No entanto, com o passar dos anos esse quadro foi alterado. Nas entrevistas foram identificadas diversas razões que explicam a saída dos agricultores de Marapicu da Feira (FERREIRA, 2020).

25 Os outros quatro Projetos de Assentamento Municipal do Brasil são: PAM São Cristovão II (São Luiz-MA); PAM Ipixuna (Ipixuna-AM); PAM 21 de Julho e PAM Seis de Março (Bagé-RS) (INCRA, 2021).

## 2.3. O Assentamento Terra Prometida

O Assentamento Terra Prometida foi criado oficialmente[26] em 18 de agosto de 2010, a partir de uma portaria conjunta entre o Incra e o Iterj. É composto por duas áreas: uma localizada no município de Duque de Caixas, e outra a cerca de 9km de distância, já no município de Nova Iguaçu. Ambas as áreas totalizam 540,13 hectares, incluindo 108,3 ha de Reserva Legal e 15,91 ha de Área de Preservação Permanente, e estão no entorno da Reserva Biológica (Rebio) do Tinguá[27].

Laila Pessôa Coelho (2009) e Marcelo Durão D'Oliveira (2016) nos contam a história do Assentamento Terra Prometida, desde o começo da luta, em novembro de 1999, quando 153 famílias organizadas pelo MST ocuparam a fazenda Santana, no município de Miguel Pereira-RJ. As famílias acampadas tinham origens diversas: das regiões Nordeste, Sudeste e algumas do Sul do Brasil; umas tinham experiência com a lida na roça, tendo sido empregadas em fazendas, meeiras ou arrendatárias; outras não tinham experiência de trabalho rural, e vinham das periferias urbanas (COELHO, 2009).

O nome "Terra Prometida" surgiu neste acampamento. Já neste início, a luta foi marcada por embates políticos e jurídicos, que levaram as famílias a mudarem o local do acampamento por duas vezes dentro da própria fazenda. No ano 2000, o governo de Fernando Henrique Cardoso editou a medida provisória (MP) 2.027-38 (substituída pela MP 2.183-56/2001), adotando a política de punir trabalhadoras e trabalhadores que lutassem por reforma agrária através da ocupação de fazendas improdutivas. Esta MP forçava o Incra a não negociar a desapropriação de terras ocupadas por acampamentos e plantios de trabalhadores sem-terra em luta. Assim:

> Em outubro de 2000 as famílias foram obrigadas novamente a desmontar o acampamento, por imposição do INCRA que se recusava a fazer vistoria da fazenda ocupada enquanto as trabalhadoras e os trabalhadores estivessem no interior da fazenda (...). O INCRA só negociaria depois que as famílias desocupassem as terras (D'OLIVEIRA, 2016:79).

As famílias então decidiram montar um novo acampamento às margens da rodovia RJ-125, entre Miguel Pereira e Japeri, na esperança de que, dessa forma, a fazenda Santana seria finalmente desapropriada. Porém, era forte a pressão dos fazendeiros da região em minar a luta dos sem-terra. Tanto que forjaram uma situação para inviabilizar desapropriação: trouxeram gado de outras fazendas para dentro da fazenda Santana, "convencendo" os funcionários do Incra de que a mesma era produtiva (D'OLIVEIRA, 2016).

Diante dessa frustração, as famílias sem-terra se reuniram com o Incra e com dirigentes estaduais do MST para avaliar outras possibilidades de desapropriação para fins de reforma agrária na região, decidindo pela ocupação de uma área no bairro de Santa Cruz, zona oeste do município do Rio de Janeiro (COELHO, 2009). Tal ocupação foi realizada em novembro de 2000, nas terras onde, até a década de 1980, funcionava a Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda, mas que no momento da ocupação pertenciam à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A localidade era privilegiada: um terreno plano, com solo fértil, dentro de um dos municípios mais ricos do Brasil, à beira do mar e da foz do rio Guandu, e muito próxima do porto de Itaguaí (D'OLIVEIRA, 2016). Um assentado do Terra Prometida, oriundo da

26 A imissão de posse do assentamento se deu bem antes, no dia 05 de dezembro de 2006 (D'OLIVEIRA, 2016).

27 A Rebio do Tinguá é uma Unidade de Conservação Federal criada pelo Decreto 97.780/1989; possui 26.260 ha distribuídos entre Nova Iguaçu (55,14%), Duque de Caxias (37,44%), Petrópolis (4,26%) e Miguel Pereira (3,16%) (MMA/IBAMA, 2006).

Zona Norte do Rio de Janeiro, chegou nesta época no acampamento em Santa Cruz, e faz seu relato de trabalhador urbano recém-incorporado à luta pela terra:

> *Chegando lá (no acampamento em Santa Cruz) eu vi uma fileira de barracos de lona preta (...), só via mato (...). Eu fiquei muito chateado, aí voltei pra Rocha Miranda, reclamando, mas meu tio me obrigou a voltar (pro acampamento) porque eu precisava ajudar minha mãe (...) Eu não gostei, porque eu tinha uma vida totalmente diferente, de cidade (...). Foi daí que eu cheguei, daí que eu começo minha trajetória. Aí que eu passo a estudar pelo movimento, porque eu parei na 3a série, não consegui estudar porque eu tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe... Então eu tive que ficar no acampamento, começo a participar das atividades internas de organicidade do assentamento. A minha mãe já tinha até um barraco pronto... aí eu ficava lá no barraco, aí eu fui me acostumando. Comecei a participar das ocupações que tinha no INCRA, que (tinha) desde os sem-terra da Baixada, de Campos, era muita gente. Então a gente ocupava o INCRA, e eu ficava até meio receoso, porque não entendia muito, mas fui participando, comecei a estudar, uma coisa que eu nunca achei que ia fazer. Então passei a estudar, consegui ir pra outros estados, (...) fui pra São Paulo, num curso jovem do MST, um curso muito bom, (...) 10 dias de formação crítica, e vale muito a pena, eu gostei muito. Aí em seguida eu vou pra Espírito Santo estudar também, fico dois meses lá, estudando em um centro de formação em São Mateus (...) que foi importante pra minha trajetória ali, de eu aprender ler, escrever, falar mais, porque eu tinha muita vergonha... Aí eu fui pra Goiás também, fui estudando, fui seguindo no movimento, fui acostumando, fui olhando o mundo de uma forma mais crítica, a sociedade que a gente vive de forma mais crítica, então pra mim isso foi bem importante. (D., assentado do Terra Prometida)*[28]

As negociações para a transferência das terras da CNEN para o Incra avançavam. Em 2003, com Lula na presidência e um clima político favorável, as famílias decidiram começar, na terra ocupada, o cultivo de aipim, milho, hortaliças, etc. Todavia, enquanto ocorria a negociação entre CNEN e Incra, uma outra negociação sobre a mesma área estava em curso: do Iterj com o Ministério da Ciência e Tecnologia (ao qual a CNEN está subordinada). Tal acordo previa a transferência das terras:

> para um grupo transnacional de investidores, do qual fazia parte a empresa alemã Thyssenkrupp Steel e a Companhia Vale do Rio Doce, para a instalação de um polo industrial siderúrgico-portuário, denominado Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), com capacidade para produzir 5,5 milhões de toneladas de placas de aço por ano. (...) Um montante de 40% da produção seria destinado à Alemanha e o restante, 60%, aos Estados Unidos da América. (D'OLIVEIRA, 2016:82)

Uma vez mais, as famílias do Acampamento Terra Prometida passam a sofrer pressões e ameaças de despejo, de funcionários do governo estadual, empresários locais, policiais militares e milicianos.

Importante mencionar os altíssimos níveis de poluição e degradação ambiental trazidos pela instalação da TKCSA a partir do momento em que esta entrou em operação. Tais impactos foram descritos detalhadamente no relatório "Avaliação dos Impactos Socioambientais e de Saúde em Santa Cruz decorrentes da Instalação e Operação da Empresa TKCSA" (FIOCRUZ, 2011 *apud* D'OLIVEIRA, 2016) e também nos estudos de Fabrina Furtado (2012 e 2015 *apud* D'OLIVEIRA, 2016):

28 Depoimento realizado no evento on-line "Dia do Trabalhador(a) Rural" (28/07/2020), disponível na página da Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima (https://www.facebook.com/feiradareformabxd/videos/590944394899320).

> (...) a empresa estava emitindo na atmosfera em forma de pó substâncias tóxicas, como o manganês durante a sua operação de despejo de ferro gusa, além disso, um aumento de 1.000% na concentração de ferro na qualidade do ar após o início da operação da TKCSA. Os moradores relataram problemas dermatológicos, respiratórios e oftalmológicos relacionados à "chuva de prata" emitida pela empresa. O resultado da análise técnica comprovou a relação direta entre a prática da TKCSA e a violação do padrão de qualidade do ar nas comunidades vizinhas à empresa. (D'OLIVEIRA, 2016:83)

Em suma, a área onde poderiam estar assentadas dezenas de famílias, produzindo alimentos saudáveis, com condições de vida digna, foi destinada a um empreendimento altamente poluidor e concentrador de recursos.

Em maio de 2005, o Iterj e a TKCSA firmam um acordo se comprometendo a encontrar uma nova área para instalar o Assentamento "Terra Prometida" e toda infraestrutura necessária. Após muitas reuniões e negociações, finalmente é acordada a compra, pela TKCSA, de duas fazendas vizinhas (JR e Paraíso), localizadas em Nova Iguaçu. Após a compra, tais fazendas foram repassadas ao Iterj, que destinou a área para o assentamento das famílias. Em fevereiro de 2006, as 74 famílias que ainda se mantinham resistentes na luta deixaram a ocupação em Santa Cruz rumo a esta nova área. As duas fazendas, contudo, se mostravam insuficientes para assentar todas as famílias, tanto pelas restrições impostas pela proximidade de uma unidade de conservação ambiental, quanto pela presença de terrenos acidentados e solos pedregosos ou degradados. As famílias seguiram na luta, agora pela ampliação da área do assentamento, chegando a ocupar a sede do Iterj, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, em março de 2007. Após essa pressão, foi definida a aquisição adicional da fazenda Sempre Verde, no município de Duque de Caxias, a 9km da primeira área adquirida – neste caso, a compra foi feita pelo próprio Iterj, mas também com recursos repassados pela TKCSA (D'OLIVEIRA, 2016 – informações complementadas por uma liderança do assentamento).

### 2.3.1. O Assentamento Terra Prometida hoje

Segundo o portal Sala da Cidadania, do INCRA (2021), o Assentamento Terra Prometida contemplava inicialmente 53 famílias beneficiárias, sendo que, destas, nove são desistentes, e em duas o titular faleceu, o que indicaria a presença atual de 41 famílias no Assentamento. Segundo informações recolhidas junto às famílias assentadas, há um déficit muito grande em relação à atualização das informações sobre as famílias que vivem nos lotes do Assentamento, devido principalmente ao poder público considerar somente as famílias que estão com o SIPRA[29] regular.

Uma das assentadas revela a conexão entre o Assentamento Terra Prometida e a luta histórica pela terra na Baixada Fluminense:

> *Eu sou fruto da luta pela terra. Em 1984 eu estava com 3 anos de idade, e a retomada da luta pela terra na Baixada Fluminense, na fazenda Campo Alegre, a minha família, que veio do interior de Minas Gerais, teve a oportunidade de ter acesso à terra, através da ocupação, através da luta pela terra".*
> *"No interior de MG minha família trabalhava na terra que não era deles, trabalhava*

29 "O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) é o sistema informatizado que tem como objetivo tratar, sistematizar e recuperar dados sobre os Projetos de Reforma Agrária bem como dos seus beneficiários" (Fonte: https://www.gov.br/conecta/catalogo/apis/sipra-reforma-agraria).

*na fazenda. O meu pai, ao longo da vida, desenvolveu esse processo de entender o que é a concentração da terra, entender o latifúndio, e o acesso à terra, o que ele possibilita. Eu carrego, na minha trajetória de vida, essa herança."*
*"Meu pai já não está mais aqui, mas ele teve muito orgulho de ser lavrador, de ser produtor, de ser agricultor familiar. E ele trabalhou muito tempo no processo da construção civil, e ele sempre colocou pra gente esse princípio de ter o vínculo com a terra, e poder cuidar da família através da luta pela terra, através da produção da terra".*
*"E eu, através da minha militância, a partir de 2002, eu contribui com a organização do MST. Militei durante a minha juventude, contribuindo com esse processo de formação, de educação, e de organização nos acampamentos. Mas aí, durante essa trajetória de vida, conheci meu companheiro, e a gente resolveu ser assentado também, e aí a gente retorna pro lugar da minha origem, onde eu nasci, que é aqui na Baixada Fluminense. (A.B., assentada do Terra Prometida)*[30]

Outra assentada, cuja filha é também beneficiária de lote do Terra Prometida, faz também seu relato, reforçando a origem rural e a passagem por trabalhos urbanos:

*'Eu vim de uma família pobre, com meu pai e 10 irmãos. A gente sempre trabalhou na roça, apanhando café, mas sempre pra fazendeiro. Com o tempo, viemos pro Rio, nessa mesma localidade onde hoje estou. Meu pai tomou conta de um sítio, esse sítio passou a ser dele depois. Quando eu tinha 11 anos minha mãe faleceu de parto. (...) Com 15 anos eu engravidei e fui pra fora, pra morar fora do sítio, (porque) meu pai ficou com um monte de criança pequena, e acabou desfazendo (do sítio)'.*

*'Eu trabalhei de doméstica, tomava conta de idosos... tenho 4 filhos, não podia sair muito de casa, catava material reciclado. Trabalhei no lixão por 2 anos... Mas eu sempre tive aquele sonho de voltar (pra roça)... mas voltar como? Se o que a gente consegue mal dá pra gente comer? Eu e meu irmão, a gente andava às vezes 2h a pé pra jogar na loteria, por causa do sonho de comprar um terreno'.*

*'Mas quando eu ouvi falar da reforma agrária, eu vi que meu sonho poderia virar realidade, conheci uma pessoa (no lixão) que me falou da reforma agrária, que tinha participado e conseguido. Aí foi onde eu comecei, há (mais ou menos) 10 anos atrás, cheguei lá no Marli (acampamento Marli Pereira, em Paracambi-RJ), me acampei, fiquei embaixo do barraco de lona... não tinha água nem luz, ficamos na beira da estrada mais ou menos 7 anos. Com o tempo apareceu a possibilidade de terra em Valença. Eu peguei, juntei tudo e fui. Fiquei em Valença um tempo, a terra não saiu, era muito longe, eu fiquei sozinha, com outros companheiros. Aí eu decidi voltar pro Marli. Fiquei mais um tempo. Aí surgiu a possibilidade de uma terra no PDS Osvaldo de Oliveira em Macaé (RJ). Aí eu fui pra lá, (...) eu e minha filha, e minhas outras filhas ficaram aqui. Aí nesse tempo minha filha mais nova teve depressão... aí falaram que estavam reocupando os lotes do Terra Prometida, aí eu peguei mais do que depressa e reocupei um lote. Foi um pouco estressante (porque houve resistência dos envolvidos no arrendamento ilegal do lote). Felizmente consegui entrar no lote, consegui o P.O., documento provisório da terra, to plantando, to vendendo, to muito feliz, voltei pra onde eu passei minha infância, porque a terra do meu pai era aqui perto'. (L., assentada do Terra Prometida)*[31]

Percebe-se, nestes dois relatos, a ligação histórica de famílias assentadas com o mesmo território onde o Terra Prometida foi implantado. Podemos afirmar, assim, que estas famílias passaram por um processo de desterritorialização e posterior reterritorialização camponesa.

30 Depoimento concedido em 05/08/2021 ao programa "Resistência na Agricultura - Produção Agroecológica", disponível no canal TV Resistência Contemporânea no Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=dRYJS9Leb5w).
31 Depoimento realizado no evento *on-line* "Dia do Trabalhador(a) Rural" (28/07/2020), disponível na página da Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima (https://www.facebook.com/feiradareformabxd/videos/590944394899320).

Em dezembro de 2021 foi lançado o documentário "Nas margens do Rio Iguaçu, uma Terra Prometida", produzido pelo Museu Vivo do São Bento e pelo CEDAC, disponível no *YouTube*[32] (figura 06).

Figura 06. Cartaz de divulgação do lançamento do documentário "Nas margens do Rio Iguaçu, uma Terra Prometida".

Desde a implantação do Assentamento, iniciativas de produção agroecológica vêm sendo construídas junto às famílias assentadas. Podemos citar, por exemplo, os experimentos em adubação verde, realizados em 2015 pela agrônoma Andreia Matheus, em sua pesquisa de mestrado, junto a famílias da Cooperativa de Produtores Agroecológicos Terra Fértil (Coopaterra -- cooperativa sobre a qual falaremos mais adiante). Utilizando "ferramentas metodológicas construídas através de princípios da pesquisa-ação", foi possível "fomentar a utilização de práticas agrícolas que contribuem para a diversificação e a melhoria das condições dos sistemas produtivos", incluindo a prática da adubação verde, que serviu como "instrumento para sensibilização das famílias assentadas acerca da necessidade de estabelecer ou aprimorar práticas sustentáveis, com vistas à obtenção de agroecossistemas produtivos e biodiversos", incluindo "a recuperação das condições de fertilidade do solo, (...) o controle de plantas espontâneas (...) (e) a melhoria das condições fitossanitárias" sem a utilização de agrotóxicos (MATHEUS, 2016:47).

Mas os problemas enfrentados pelas famílias do Terra Prometida são muitos. Os principais deles dizem respeito à infraestrutura muito precária e ao atraso na liberação dos créditos aos quais as famílias têm direito. E, para agravar, a maior parte dos lotes ficam em área sujeita a alagamentos anuais. Alguns depoimentos recolhidos na Audiência Pública "A atuação do INCRA/RJ em Assentamentos"[33], em 10/05/2021, dão uma ideia do que passam os assentados e assentadas:

> *Nós temos aqui no Terra Prometida uma situação complexa (...): áreas alagadas, estrada que não tem, luz que não tem... conclusão: infraestrutura zero! (C.A., assentado do Terra Prometida)*

32 https://www.youtube.com/watch?v=mwGqozGkc68

33 Audiência Pública "A atuação da Superintendência do INCRA no Rio de Janeiro em assentamentos: crédito-habitação, destinação de recursos e infraestrutura" (10/05/2021), referente ao Procedimento Administrativo n.º 1.30.001.002327/2018-59. Disponível no Canal MPF do Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=Jl9tfnoTloA)

> *Muitos ainda hoje residem em barracos de lona, alguns melhoraram pra um barraco de madeira, tentando melhorar as condições de vida mínima, pra seguir produzindo nesse assentamento. (C.H., assentado do Terra Prometida)*
>
> *não é fácil viver onde a gente mora, só querendo muito, e sendo até meio maluco (...). Eu moro na minha casa com minha família, é uma casa em estilo palafita, nós passamos por dois alagamentos muito complicados, mas nossa casa está lá, em perfeita condição. (M.F., assentada do Terra Prometida)*

Ainda nesta Audiência Pública, assentados e assentadas expõem a morosidade para a regularização da situação das famílias assentadas (obtenção do SIPRA), a dificuldade de diálogo com o INCRA e com o ITERJ e, por consequência, a dificuldade ou impossibilidade de acessar os direitos mais básicos dos beneficiários da Reforma Agrária como, por exemplo, o Crédito-Habitação, que viabiliza a construção das casas das famílias assentadas.

A situação das estradas de acesso aos lotes do Assentamento também é crítica. O coletivo Movimenta Caxias[34] registrou, em 07/05/2021, vídeos[35] mostrando a grande quantidade de lama, um ônibus atolado e a impossibilidade de passar com 890 cestas de produtos agroecológicos a serem entregues a famílias beneficiárias das ações de solidariedade.

O Terra Prometida sofre também os impactos negativos do Arco Metropolitano, que corta parte de suas terras na gleba que corresponde à antiga fazenda Sempre Verde. Inaugurado em julho de 2015, tal rodovia forçou a remoção de algumas famílias de agricultores familiares de seu trajeto (D'OLIVEIRA, 2016).

Atualmente, dois coletivos estão organizados no assentamento em torno de atividades de produção e comercialização: o Coletivo Hydra e o Coletivo Terra. Sobre o Coletivo Terra obtive informações mais detalhadas, devido aos depoimentos fornecidos a mim via áudio de aplicativo para telefone celular, durante a pesquisa, e também através de vídeos e *lives* disponibilizadas na internet durante a pandemia.

### 2.3.2. O Coletivo Terra

O Coletivo Terra tem origem na (Coopaterra), que foi formada em 2011 com o objetivo de contribuir para a organização da produção, do beneficiamento e da comercialização e facilitar o acesso a programas e políticas públicas por parte das famílias assentadas. Além de famílias do Terra Prometida, faziam parte da Coopaterra famílias dos Assentamentos Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados) e Roseli Nunes, no município de Piraí (D'OLIVEIRA, 2016). A partir de 2017, a Coopaterra ficou inativa, e iniciativas recentes vêm buscando retomar sua pessoa jurídica para dar continuidade aos trabalhos ora interrompidos. Neste meio-tempo, para que tais atividades pudessem ser mantidas – organização coletiva da produção, beneficiamento e comercialização – um grupo de famílias do Assentamento Terra Prometida, que fazia parte da Coopaterra, decidiu formar o Coletivo Terra. Segundo membros do Coletivo, cerca de 20 famílias participam mais ativamente do cotidiano do grupo, sendo que, em alguns momentos, as ações chegam a envolver aproximadamente 40 famílias, inclusive algumas que vivem no entorno do Assentamento, nas localidades de Xerém e Tinguá (que também fazem parte de Duque de

34 O Coletivo Movimenta Caxias foi fundado em 2017 e atua na defesa dos direitos humanos na Baixada Fluminense. Na pandemia da COVID-19, vem realizando ações de solidariedade como a distribuição de cestas básicas. (extraído de https://www.frontlinedefenders.org/pt/organization/movimenta-caxias-collective).

35 https://www.facebook.com/MovimentaCaxias/videos/246999763878071

Caxias e Nova Iguaçu). Em depoimento à TV Resistência Contemporânea[36], a liderança A.B. define o Coletivo Terra como um coletivo:

> *que tem o princípio da produção agroecológica, aonde produtoras e produtores agroecológicos se desafiam a produzir, (mas) a gente não é só um grupo de produção, mas é um grupo que pensa esse processo da sociedade aonde a gente está inserido. (...) A gente é um coletivo que comercializa, que produz vida, mas também que discute qual é o modelo de sociedade que a gente acredita.*

Na descrição de um vídeo[37] do perfil "Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima", no *Facebook*, o Coletivo Terra é definido como:

> um grupo de agricultoras e agricultores agroecológicos que semeia e comercializa diversos produtos como aipim, abóbora, banana, batata doce, laranja, limão, tangerina, chaya e muitos outros, além de produtos fitoterápicos como gel medicinal, pomada multiervas e sabonetes medicinais.

Uma das assentadas do Terra Prometida, e membro do Coletivo Terra, fala um pouco sobre a inserção do Coletivo no campo da saúde:

> *Lá no PDS Osvaldo de Oliveira eu aprendi no coletivo de saúde e aqui (no Terra Prometida) a gente aprimorou isso, botou pra frente, veio a Luiza(?) aqui e ensinou mais coisa pra gente, falou mais de planta que eu pensei até que era veneno e hoje em dia eu sei que é planta aliada pra ajudar a gente. A gente tá no coletivo de saúde, estamos produzindo também, bastante sabonete, e eu to muito feliz mesmo. (L.)* [38]

Dentre as práticas de produção agroecológica, mencionadas em áudio enviado a mim pela liderança A.B., estão: implantação de sistemas agroflorestais com espécies nativas e frutíferas exóticas; rotação de culturas anuais; aproveitamento das áreas abaixo das linhas de transmissão para plantar culturas anuais rotacionadas; e revolver o mínimo de solo possível – segundo a entrevistada, *"a gente não fica desnudando a terra se a gente não vai colocar nada (pois) o mato protege a terra e os microorganismos, refresca a terra".*

Cada lote das famílias do Coletivo Terra tem ao menos uma área de sistema agroflorestal implantada. A liderança entrevistada apontou que estão tendo dificuldades na implantação dos mesmos, por conta da baixa taxa de sobrevivência de mudas, especialmente das nativas – mas que continuarão "na insistência", com replantios a cada ano. Segundo ela, algumas linhas do SAFs já estão se formando, outras não.

D'Oliveira (2016) relata que, em 2010, foram realizados plantios de uma grande diversidade de mudas nativas em quase 2 km de extensão em quatro lotes do Assentamento Terra Prometida, com o objetivo de recomposição da mata ciliar do Rio Iguaçu que margeia o

---

36 A TV Resistência Contemporânea "é um canal de comunicação popular, alternativo, independente, coletivo, progressista e plural. Com o objetivo de levar aos seus seguidores reflexões sobre temas importantes e necessários da Política e da Ciência Política, História do Brasil e Mundial além de temas como Cidadania, Políticas Públicas, Direitos Humanos e Democracia.". (https://www.youtube.com/channel/UCebc-KBHO1FHPLC9HvTVZ3w, acesso em 22 de janeiro de 2024).

37 Vídeo de apresentação do Coletivo Terra (26/12/2020), disponível no perfil "Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima" no *Facebook* (https://www.facebook.com/286659975307933/videos/395775418354938).

38 "Dia do Trabalhador(a) Rural" (28/07/2020), disponível no perfil "Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima" (https://www.facebook.com/feiradareformabxd/videos/590944394899320).

Assentamento. Tais mudas foram fornecidas pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Duque de Caixas, que também forneceu, na época, arame e moirões (para o cercamento da área de plantio) e o pagamento pela mão de obra realizada pelas famílias do Assentamento.

Outra prática agroecológica presente no Terra Prometida diz respeito às sementes. No caso da liderança A.B., tal prática vem de sua ancestralidade camponesa, como relata em entrevista à TV Resistência Contemporânea:

> *A gente, agricultores, de forma milenar, a gente sempre protegeu as sementes, e sempre reproduziu as sementes, e sempre compartilhou. A gente nunca ficou à mercê de patentes ou de empresas que produzem sementes. E aí inventaram a (...) transgenia como forma de amarrar os agricultores, os produtores, a ter que comprar as sementes. E aí a gente vem numa tentativa de dizer não a esse processo de compra de sementes, uma forma da gente preservar, porque a semente é o patrimônio do povo, é o patrimônio da humanidade.*
> *Nesse sentido, a gente defende, dentro da agroecologia, a reprodução das sementes, mas das sementes crioulas, as sementes que a gente pode até pensar processos de bancos (de sementes), de guardar sementes pra compartilhar ou até pra comercializar a preço justo, mas de forma a gente ter sempre o direito ao acesso a elas. E que eu possa produzir e que eu possa guardar pras próximas safras...*
> *Que é um pouco da experiência que eu aprendi com meu pai (...). Ele teve acesso a uma semente de milho crioulo e ele começou a produzir no nosso lote lá em Campo Alegre desde 1986. Ele começou a fazer a experiência da produção do milho... porque tem essa cultura, por vários cantos do país, de plantar no dia de São José e colher no dia de São João... e aí ele sempre muito religioso, com essa mística, de estar reproduzindo essa semente. Então tinha a colheita do milho, a gente consumia o milho na nossa família, comercializava uma parte e reservava pra próxima safra. E ele foi fazendo isso de geração em geração, e depois do falecimento dele, as correrias da vida e da família, a gente quase perdeu essa semente... e eu, como uma das filhas, se preocupou em preservar essa memória, e a trazer pra cá pro Terra Prometida, que é onde eu sou assentada, com a minha família (...) a gente reproduzir.*
> *Então eu já compartilhei essa semente com alguns companheiros daqui e também levei agora no dia 28 de julho (de 2021), a gente fez um ato pelo dia do agricultor e da agricultora, nós estávamos lá enquanto Coletivo Terra, a gente levou a semente pra poder partilhar com outros agricultores familiares, e pra reafirmar a importância da preservação de mudas e sementes, e também pra preservação da memória e da história de todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutaram pela terra. (...)*
> *Preservar semente é partilhar memória, história e resistência.*

Mas o processo agroecológico não termina na produção ou no compartilhamento de sementes. A comercialização é fundamental para garantir a geração de renda às famílias agricultoras e multiplicar os benefícios da produção agroecológica para toda a sociedade. O escoamento da produção do Coletivo Terra se dá de diferentes maneiras, conforme relata a liderança A.B. à TV Resistência Contemporânea (2021):

> *a gente aqui no Coletivo Terra desenvolve várias frentes de comercialização. Há mais de 10 anos a gente entrega os nossos produtos pra escoar a produção pra Rede Ecológica (...), a gente também comercializa pro Raízes do Brasil (do MPA) e a gente também faz a nossa cesta online que é o 'faz-a-feira/coletivo terra' e a gente publiciza na página nossa que é a Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima (...). Por conta da pandemia, nossa feira se transformou nessa feira online, pra poder chegar a todo mundo. E ainda tem a possibilidade das pessoas acessarem a gente através da compra direta, que é o que a gente incentiva bastante, essa organização nos territórios urbanos, pra poderem comprar nossos produtos.*

Durante a pandemia da COVID 19, o Coletivo Terra se engajou em ações de solidariedade, junto àa organizações como o Movimenta Caxias[39] e o Centro de Integração da Serra da Misericórdia (CEM)[40]. À TV Resistência Contemporânea, A.B. conta como se deu essa articulação e como foram as ações desenvolvidas em 2020:

> *A pandemia nos trouxe esse desafio de se organizar pra atender a quem precisa (...), a quem ficou sem emprego, não conseguiu acessar auxílio emergencial... Porque a política pública, independente da pandemia, já não chega nesses territórios... é uma luta muito grande pra gente existir. (...) E ano passado, a gente junto ao Movimenta Caxias, que é esse movimento (...) que articula esses territórios periféricos, começaram a pensar assim: (...) como é que a gente vai contribuir com esses territórios. Aí a gente começou a dialogar (...): eles fazendo captação de recursos pra chegar cesta básica e material de higiene, máscara, álcool em gel... e aí a gente falou assim: a gente precisa potencializar a alimentação com essa base nutritiva (...), vamos pensar esse processo junto com a cesta, (...) que é uma cesta que articula legumes, frutas e alguns (produtos) beneficiados, que eles começaram a chamar de kit orgânico, mas pra gente é a cesta, é a colheita da semana, que é o que a gente tem mais disponível.*
>
> *E aí a gente começou a fazer essa parceria, no início a gente começou com 400 cestas – porque a gente falou assim: a gente é pequeno, vamos começar devagar... mas a demanda era muito grande, e eles (o Movimenta Caxias) começaram a falar: olha, a gente vai precisar de mais.*
>
> *A gente já tava atendendo um pedido do Complexo da Penha, da Serra da Misericórdia, lá com a Ana Santos (do CEM), também dentro de uma comunidade do Complexo da Penha chamada Terra Prometida também, (...) eles começaram a desenvolver agroecologia nos quintais mas precisavam de um maior número, maior quantidade de alimentos... foram os primeiros que a gente atendeu (...). conversamos entre nós do Coletivo de agricultores, e a gente fez um preço, esse valor mais de roça (...) pra gente atender a periferia, porque eles também conseguiram arrecadar fundos. A gente potencializa os agricultores, pra poder conseguir escoar a nossa produção, e vocês (comunidades urbanas periféricas) pra terem acesso a uma produção com bastante nutrição que nesse momento é fundamental.*
>
> *Então a gente começou com a Serra (da Misericórdia), foi pro Movimenta Caxias, começou com 400 cestas, depois foram pedindo mais. Aí a gente conversou com o Beto (Palmeira, do MPA) e falamos assim: vamos pensar juntos, com o Movimento dos Pequenos Agricultores, porque tem uma abrangência de Rio de Janeiro, outros territórios pra gente se articular e se fortalecer, enquanto território, pra gente pensar o território da Baixada Fluminense, mais outros territórios, se a gente consegue deslocar alimentos que a gente não consiga atender. A gente colocava (na cesta): limão, alguns citrus, algum beneficiado, banana e algumas verduras, (mas) em determinado tempo a gente não conseguia.*
>
> *Então a gente se ajudou, contribuiu com os territórios, porque fortaleceu a produção dos produtores familiares, e a gente conseguiu atender duas mil cestas, mais duas mil, e fomos aumentando e chegamos a atender, ao total, 10.400 cestas entregues, de produção saudável! E aí chegava muito carinho do pessoal na favela, mandando mensagem pro Movimenta Caxias, que reproduzia pra gente: 'olha, eu tô conhecendo aqui um monte de verdura, que a gente já não acessava mais nem no sacolão, tô comendo bem, tem muito carinho, tem muito cheiro...'. E a gente ainda colocava um carinho em cada sacola, a gente colocava um sabonete produzido aqui pelo coletivo de saúde, (...) sabonete de ervas medicinais, e sempre um pãozinho artesanal ou um pedaço bolo de aipim. Porque a gente falou assim: a gente tem que fazer porque é pro nosso povo, então tem que ter carinho, tem que ter afeto, tem que ter comida de verdade, e a gente vai sair dessa juntos.*
>
> *Então a gente conseguiu fazer isso, a gente conseguiu envolver pessoas na montagem das cestas, a gente conseguiu pagar os produtos a um preço justo, cada produção de cada agricultor, e conseguiu chegar lá na outra ponta comida de verdade, muitas histórias e muito afeto.*

39 "O Movimenta Caxias é uma articulação comunitária, fundada em 2017, com objetivo de analisar a sociedade e buscar melhorias para cidade, com atuação espalhadas em diversos bairros e favelas da cidade de Duque de Caxias." (https://wikifavelas.com.br/index.php/Movimenta_Caxias, acesso em 22 de janeiro de 2024).

40 O Centro de Integração da Serra da Misericórdia é "uma associação sem fins lucrativos, em movimento, que desde 2011 atua no Complexo da Penha", na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. (https://www.facebook.com/CEMIntegracaoNaSerra/, acesso em 22 de janeiro de 2024).

Em 2021, a articulação se fortaleceu com a entrada de outras campanhas e movimentos, como a campanha nacional "Tem Gente com Fome" e a Coalizão Negra por Direitos:

> *Continuamos fazendo esse ano (2021), junto com o Movimento dos Pequenos dos Agricultores, essa parceria (...), e a gente já ultrapassou esse número aí, de maio a julho, e vamos continuar aí agosto e setembro, talvez pegando um pedacinho de outubro também, através da campanha nacional Tem Gente com Fome, através da Coalizão Negra por Direitos, e junto com o Movimenta Caxias, a gente ampliou, foi pra além da Baixada. E dentro da proposta da campanha Tem Gente com Fome, é mais do que o kit de orgânicos (...) que é entregue. Mas é muito interessante a importância que tem, nesse momento, a gente estar praticando na real a articulação campo e cidade, e a importância de ter territórios da agricultura familiar, do campesinato, produzindo! E produzindo pra quê? Pra cumprir a função da nossa existência. E isso, sem política pública adequada, sem estrutura adequada, sem irrigação adequada... então assim: o que que a gente pode fazer (se tiverem políticas públicas e estruturas adequadas)? Se a gente já entregou, esse ano, mais de 10400 cestas, depois vamos contabilizar, é mais do que isso... mas pra gente é mais do que números, tem um significado importante."*

Como reconhecimento à sua atuação durante a pandemia, no dia 07 de dezembro de 2021, o Coletivo Terra foi homenageado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) (figura 07).

A LUTA CONTRA A FOME E A POBREZA NO RIO DE JANEIRO
HOMENAGEM
Coletivo Terra do Assentamento Terra Prometida
Terça
7/12
9:30h
COMISSÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO À MISÉRIA E À EXTREMA POBREZA
ALERJ, Auditório 21º andar
R. da Ajuda, 5 - Centro, Rio de Janeiro RJ

Figura 07. Cartaz de divulgação da homenagem ao Coletivo Terra por sua contribuição na luta contra a fome e a pobreza no Rio de Janeiro (dez/2021), feita pela Comissão Especial de Enfrentamento à Miséria e à Extrema Pobreza da ALERJ.

Uma especificidade das áreas produtivas do Assentamento Terra Prometida é que grande parte delas está sujeita a alagamentos. Segundo A.B.:

> *a gente aqui é da cultura do aipim, aipim tem pra tudo quanto é lugar. A gente (precisa) diversificar, colocar que tem outras possibilidades de gerar renda em tempos menores (mais*

> *curtos), porque o aipim você faz um ciclo no ano, você começa a tirar com 8 ou 9 meses, e às vezes aqui a gente tem que tirar antes, por causa do alagamento das áreas, então na primeira semana de novembro a gente tem q tá com tudo vendido.* (A.B., em áudio enviado a mim).

Isso influenciou a decisão do Coletivo Terra de ter como foco produtivo a cultura do feijão e outras culturas de ciclo mais curto:

> *Então a gente está entre o sonho de avançar no território de feijão preto... a gente ano passado plantou e colheu (...), mas a gente fez batendo na vara (a debulha do feijão), e é muito duro, muito difícil, e a gente gostaria de avançar, com a tecnologia no campo, com uma trilhadeira pra poder ter condição de ficar um produto mais acessível pra todos.* (A.B., em vídeo do *Facebook*)[41]

Isso remete a um debate importante que está sendo travado pelo Coletivo Terra, sobre a incorporação de tecnologias nos processos de produção e beneficiamento, com a utilização de máquinas agrícolas para ampliar a escala de produção e comercialização. Segundo A.B., *"a tecnologia é algo fundamental e importante para todos nós. (...) a gente quer acessar essa tecnologia, mas alinhada à vida!"*[42]. O crescente volume de produtos comercializados pelo Coletivo Terra tem apontado para a necessidade de um maior grau de mecanização, especialmente para a produção de grãos, como o feijão.

Dentre os equipamentos que o Coletivo Terra dispõe atualmente, destaca-se o trator Solis 26 que, segundo A.B., não causa grandes impactos no solo, por ser de pequeno porte[43]. Neste trator vão acoplados implementos como a trilhadeira, a sulcadora e a pá rotativa. Tais implementos foram adquiridos pelo Coletivo Terra através de articulações com organizações parceiras e de campanhas para arrecadação de fundos e doações. O próximo implemento a ser adquirido pelo Coletivo é uma plantadeira de médio porte, que possa ser acoplada ao trator Solis 26 e realizar o plantio em várias carreiras de uma só vez – até o momento, o Coletivo só dispõe de uma plantadeira pequena, que faz uma carreira por vez.

A ideia do Coletivo Terra é estabelecer uma política de uso desses implementos, em que somente poderão usá-los os produtores agroecológicos, ou seja, que se comprometam a não usar agrotóxicos – mesmo aqueles que não fazem parte do Coletivo. Além dos implementos do Coletivo, algumas famílias dispõem de equipamentos próprios, como um tratorito (motocultivador manual adequado para cultivar áreas pequenas e puxar implementos leves) e roçadeiras, que foram adquiridos via políticas públicas como o Fomento Mulher[44] e o Rio Rural[45] e são utilizados, por exemplo, no manejo dos SAFs.

Dos implementos agrícolas do Coletivo Terra, vale destacar a trilhadeira, por ter sido adquirida através de uma campanha de solidariedade. A trilhadeira é um equipamento utilizado

41 Vídeo de apresentação do Coletivo Terra (26/12/2020), disponível no perfil "Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima" no Facebook (https://www.facebook.com/286659975307933/videos/395775418354938).

42 Depoimento concedido em 05/08/2021 ao programa "Resistência na Agricultura - Produção Agroecológica", disponível no canal TV Resistência Contemporânea no Youtube (https://www.youtube.com/watch?v=dRYJS9Leb5w).

43 O trator Solis 26, da marca Yanmar, tem 24 kW de potência e pesa uma tonelada. A título de comparação, um trator, da mesma marca, de 90 kW de potência, pesa 3,17 toneladas.

44 O Crédito Fomento Mulher (anteriormente denominado "Crédito Apoio Mulher") foi instituído em 2008 (Norma de Execução IN/79/08) em ampliado em 2014 (Decreto 8.256/14), e faz parte do bojo de créditos destinados aos Assentamentos de Reforma Agrária. Tal crédito, de até R$ 3 mil, é especificamente destinado a grupos produtivos compostos ou liderados por mulheres, e pode ser usado para a aquisição de equipamentos úteis à produção, beneficiamento e comercialização (D'ÁVILA, 2016).

45 Rio Rural é o Programa Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias do Estado do Rio de Janeiro, coordenado pela Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária.

para debulhar cereais – seu nome técnico é "Batedeira B-340" e, segundo a página da empresa que a vendeu ao Coletivo Terra, trata-se de um "equipamento ideal para bater e debulhar cereais de maior granulometria como soja, arroz, feijão e milho". Ela foi adquirida para facilitar e agilizar a debulha do feijão, que antes era feita de forma manual ("na vara"), em mutirão, o que dava muito mais trabalho e levava muito mais tempo. Para a aquisição do equipamento, foi realizada a campanha "Trilhando pela Trilhadeira":

> *Trilhando pela trilhadeira começou há um período atrás, na construção coletiva, com o plantio do feijão, feijão da teimosia e da resistência, pra gente mostrar que era possível produzir feijão nesse território. A gente colheu 500kg mas bateu na mão, e bater na mão é muito difícil. Então a gente foi se perguntando: como resolver esse problema? E a tecnologia foi dando resposta, e a solidariedade foi dando uma reposta muito maior.* (A.B., em live do dia 11/04/2021)[46]

Através desta campanha, foram arrecadados mais de vinte mil reais a partir da doação de cerca de 138 parceiros(as) do Coletivo Terra, dentre eles, organizações como o SEPE Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE), o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (SINPRO) e a Rede Ecológica. O valor arrecadado foi suficiente para adquirir a trilhadeira e ainda para investimentos em outras etapas do processo produtivo do feijão, como o preparo do solo e a compra de sementes. As sementes foram adquiridas de uma agricultora do Assentamento Roseli Nunes, de Piraí-RJ que estava com dificuldade de escoar sua produção – foram 350kg de feijão-preto.

O funcionamento da trilhadeira foi registrado em vídeo[47] postado no dia 11/04/2021, e o sucesso da campanha foi celebrado no evento realizado no dia 28/11/2021, no qual o Coletivo Terra ofereceu uma deliciosa feijoada para cerca de 100 parceiros, apoiadores e representantes de movimentos sociais, políticos e instituições religiosas (figuras 08, 09 e 10).

28/11 de 11h - 18h
Assentamento Terra Prometida
Duque de caxias, RJ
22 anos de
Terra Prometida
22 anos de luta e resistência
do Terra Prometida!
Programação :
8 h: recepção;
8:30 h: visita ao lote;
10:30 h: retorno ao espaço coletivo;
11 h: Celebração Ecumênica da Terra;
12 h: Feijoada do Coletivo Terra
( contribuição voluntária na caixinha);
14 h: homenagens à memória
coletiva dos 22 anos de lutas;
15 h: Feira Pe Geraldo Lima. Coletivo Terra;
16h: Parabéns Terra Prometida;
17 h: Atividade Cultural.
Venha fazer parte!

Figuras 08 e 09. Cartazes de divulgação do evento promovido pelo Coletivo Terra para celebrar os 22 anos do Assentamento Terra Prometida.

46 *Live* "Trilhando pela Trilhadeira: Solidariedade entre o Campo e a Cidade: Construindo Caminhos Alternativos" (11/04/2021), página "Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima" (https://www.facebook.com/feiradareformabxd/videos/676049866457105)

47 Coletivo Terra - Comemoração da Campanha "Trilhando pela Trilhadeira"!, 1'49", disponível no canal de Mariana Diniz em https://www.youtube.com/watch?v=o1I5dREkRjY .

Figura 10. Celebração dos 22 anos do Assentamento Terra Prometida em 28/11/2021.

A plantadeira de grãos e a roçada com trator são destinadas às áreas abertas, principalmente para o plantio de feijão. No momento, a prioridade nestas áreas é produzir feijão, mas outras culturas podem ser fortalecidas, como a do milho e até mesmo da soja agroecológica, pra "*quem quiser se aventurar*" neste cultivo, conforme explicou a liderança entrevistada. Já nas áreas mais fechadas, onde estão sendo estabelecidas as linhas de SAFs, estão sendo utilizados equipamentos mais leves, como roçadeira costal e tratorito.

No vídeo de apresentação do Coletivo Terra, postado em 26/12/2020 no perfil "Feira Regional da Reforma Agrária Padre Geraldo Lima" no *Facebook*, a liderança A.B. traz mais elementos relacionados à missão do Coletivo:

> *Pra região da Baixada Fluminense, a gente necessita de avançar em territórios agroecológicos, porque a gente quer oferecer produtos de qualidade, produtos saudáveis, pra toda população, e debater com a sociedade que a alimentação saudável é direito de todos e de todas, então, nesse sentido, a gente tem o desafio de popularizar os alimentos sem agrotóxicos. Tem território agrícola, tem território fértil – só falta política pública. E nesse sentido a gente avança cada vez mais, vem se desafiando a aumentar a produção, pra que todos e todas tenham acesso à alimentação saudável (...) e a gente precisa de cada um e cada uma que está na cidade pra poder contribuir com esse projeto. Nosso projeto é de vida, nosso projeto é de cuidado com a natureza, com o planeta e com as pessoas; nosso cuidado é com a gente que tá aqui e produz, e cuidado com quem consome. É essa a conexão do campo e da cidade.*

A mesma liderança enfatiza, no vídeo da TV Resistência Contemporânea, a importância da "solidariedade de classe" entre trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade:

> *A gente sabe o quanto que é desafiador ser agricultor, mas a gente ser agricultor familiar sozinho, sem essa relação campo e cidade, e sem compreender o que essa sociedade capitalista faz pra que a gente não exista... então só resistindo e se organizando pra gente enfrentar esse modelo que está instaurado.*
> *A gente faz essa ligação muito grande com a cidade, de aproximar a cidade, pra poder entender os limites e desafios que a gente tem, pra pensar, através da solidariedade de classe, as ações que pontuam e que articulam e que nos fortalecem. A gente fortalece a cidade e a cidade fortalece a gente, através das iniciativas que a gente desenvolve, de produção, de sistemas de agrofloresta, de plantios coletivos, de colheitas coletivas, de mutirões, e de debates coletivos. (A.B., em entrevista à TV Resistência Contemporânea)*

Outra agricultora do Coletivo Terra complementa:

> *Sonho sem luta não adianta! (...) A terra da Reforma Agrária não é pra arrendar, tem que produzir nela! (...) Eu já me sinto realizada no sonho. A gente só não se sente realizada completamente porque vê tudo o que estamos passando, nossos companheiros. (L.)*

A experiência do Coletivo Terra mostra que a agroecologia é muito mais do que produzir sem veneno; ela passa pela Reforma Agrária, pela solidariedade de classe, pela articulação entre campo e cidade, e por processos coletivos onde a equidade de gênero, raça e geração são fundamentais.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos em um mundo em crise. A crise se apresenta multidimensional: ambiental, climática, social, econômica, ética, alimentar... Como bem apontam Molina *et al*. (2023):

> Mais de dois bilhões de indivíduos em todo mundo não alcançam um consumo mínimo de calorias e nutrientes, fazendo com que a fome e a desnutrição permaneçam como fenômenos estruturais. Ao mesmo tempo, uma quantidade equivalente da população mundial é alimentada de forma inadequada, pressionando os sistemas públicos de saúde (MOLINA *et al*, 2023:17)

Os autores prosseguem:

> Estes são sintomas de uma crise que tem sua origem nas relações de poder que moldam o regime agroalimentar dominante. A continuidade dessas relações conduzirá irremediavelmente à aceleração da deterioração social e ambiental, levando ao colapso das sociedades contemporâneas. Escapar desse destino requer a construção de sistemas agroalimentares estruturalmente diferentes, baseados em padrões justos e sustentáveis de produção, processamento, distribuição e consumo. (MOLINA *et al*, 2023:17)

A diversidade de experiências agroecológicas existentes, no passado e no presente, em todo o mundo, podem ser consideradas o prenúncio de um regime agroalimentar com tais características. No entanto, é fundamental que tais experiências não fiquem restritas a iniciativas de pequena escala e de pequena abrangência social e geográfica. Para ampliar a escala dessas experiências, é imprescindível transformar os marcos institucionais que seguem sustentando o regime agroalimentar hegemônico – uma transformação, necessariamente, política (MOLINA *et al*, 2023).

A Baixada Fluminense tem sido reconhecida, nas décadas recentes, como um território de abandono, de pobreza, de violência e de crime organizado. Não naturalizar essa "identidade" é fundamental para termos, no horizonte, uma situação diferente. Ao longo da história do Brasil, a Baixada já foi um território com uma significativa atividade agrícola e economia dinâmica. Desde o período colonial, produz diversos bens para abastecer a cidade do Rio de Janeiro e adjacências, dentre eles cana, mandioca e seus derivados, café, frutas, bovinos e outros animais. Na primeira metade do século XX, foi uma das maiores exportadoras de laranja do mundo, quando Nova Iguaçu se tornou conhecida como "a cidade perfumada". Neste período, havia um plano de tornar a Baixada um grande "cinturão verde" agrícola em torno da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, para que tal plano funcionasse, seria necessário uma regulamentação fundiária que garantisse acesso das famílias agricultoras as terras, além de assistência técnica de qualidade e equipamentos públicos necessários à vida digna destas famílias – escolas, hospitais etc. Tais políticas nunca foram de fato implementadas, e com a previsível valorização das terras na região metropolitana do Rio, o que se seguiu foi o domínio do capital no controle destas áreas, a expulsão de famílias agricultoras pobres das melhores terras, a expansão urbana desordenada, a eclosão de conflitos fundiários e o aumento da violência na região.

A injusta distribuição de terras está na raiz da pobreza e da violência na Baixada, conforme apontam, por exemplo, os trabalhos de Leonilde Sérvolo Medeiros (2018) e Aline Borghoff Maia (2018). Tais injustiças começaram ainda no período colonial, e foram se arrastando e se agravando ao longo dos séculos. A Lei de Terras de 1850 promoveu a transformação da terra em mercadoria, favorecendo companhias imobiliárias e grileiros em detrimento de camponeses

e posseiros. Mesmo as áreas de farta produção agrícola, como nos tempos dos laranjais, concentravam seus benefícios a investidores estrangeiros e especuladores, que tinham o próprio poder público como fiador.

A partir de meados do século XX, somando-se à já injusta distribuição fundiária agrícola, entra em cena, na Baixada, a expansão urbana e industrial, atraindo um contingente ainda maior de trabalhadores rurais e urbanos, vindos de diversos lugares, e valorizando ainda mais o preço da "mercadoria" terra. Neste período, ganhava vigor o debate sobre os malefícios do sistema de grandes propriedades na sociedade, na economia e na política brasileira, e começavam a se articular as lutas por reforma agrária. Associações de lavradores começavam a se formar, em nível local, regional e nacional. Ao mesmo tempo, articulavam-se os interesses dos latifundiários e do grande capital, reprimindo as lutas camponesas. A implantação de núcleos coloniais agrícolas na Baixada prometia dar vida digna a milhares de famílias agricultoras, e prover alimentos fartos e baratos à crescente metrópole, mas a incompletude das políticas de apoio a estes núcleos minou seu êxito no longo prazo.

Em princípios da década de 1960, uma grande esperança tomava o Brasil. Sob o lema "reforma agrária na lei ou na marra", milhões de camponeses conquistavam o apoio da sociedade e de setores do poder público. A Baixada Fluminense se apresentava como palco privilegiado das lutas por terra, com potencial de abrigar um grande contingente de famílias agricultoras culturalmente diversas e provedoras de segurança alimentar para milhões de famílias urbanas. Mas o que se viu foi o golpe de 1964, que solapou toda e qualquer tentativa de socialização dos meios de produção no Brasil. Durante o regime militar, camponeses, sindicalistas, clérigos progressistas e toda ordem de lideranças de esquerda foram perseguidos e duramente reprimidos, e mais uma vez a tão sonhada reforma agrária (e urbana) fluminense era adiada.

Com a redemocratização, nos anos 1980, a luta por terra – um dos motores do processo de retomada da democracia – se fortalece em todo o Brasil. Com o apoio da CPT e do Núcleo Agrícola Fluminense, Campo Alegre se tornou talvez a mais emblemática ocupação da Baixada, iniciando sua história com cerca de 700 pessoas em janeiro de 1984. Na pesquisa ora apresentada, resgatei a história de Campo Alegre, que, até hoje, não foi oficializado como assentamento da reforma agrária, e vem sofrendo pressões que visam desarticular sua capacidade produtiva e organizativa. Destaquei também uma das regionais de Campo Alegre, que afortunadamente se tornou assentamento oficialmente – o Projeto de Assentamento Municipal de Marapicu. Regularizado pelo município de Nova Iguaçu em um processo pioneiro de reconhecimento do poder público local, Marapicu entretanto também sofre dos mesmos problemas de desarticulação, falta de infraestrutura e falta de apoio do poder público. Fazem-se necessárias pesquisas e ações que fortaleçam este assentamento, que ainda abriga centenas de famílias em cerca de dois mil hectares de terras produtivas, guardando o potencial de ampliação da produção agroecológica em benefício de milhares de famílias da região metropolitana do Rio de Janeiro.

O mesmo podemos dizer dos assentamentos de Seropédica, abordados também nesta pesquisa: Casas Altas e Moura Costa, conhecidos localmente como Mutirão do Eldorado e Mutirão do Sol da Manhã, respectivamente. Frutos de muita luta de famílias agricultoras, tais assentamentos sofrem com a falta de apoio e infraestrutura e impactos da expansão urbano-industrial e especulação imobiliária, como, por exemplo, a implantação do Centro de Tratamento de Resíduos (CET) e a construção do Arco Metropolitano. Observa-se um grande êxodo de famílias agricultoras, solapando a perspectiva de uma maior soberania alimentar para famílias da Baixada Fluminense. Tendo como base os trabalhos de Elisa Guaraná de Castro (2005) e Márcio Vianna (2017), por exemplo, é de grande valor o aprofundamento de pesquisas e ações que promovam tais assentamentos à importância que merecem, fazendo-os cumprir sua função

social de democratização dos meios de produção na agricultura e socialização de produtos agroecológicos.

Dos assentamentos abordados nesta pesquisa, o que logramos aprofundar mais foi o Terra Prometida, localizado em Duque de Caxias/Nova Iguaçu. Para trazer o histórico de luta que culminou na conquista do Assentamento, contamos com a dissertação de Marcelo Durães d'Oliveira (2016) e Laila Pessôa Coelho. Mas tivemos o diferencial de um contato mais estreito com lideranças do Terra Prometida, em especial aquelas ligadas ao Coletivo Terra. Através de áudios particulares e eventos *online*, de 2020 e 2021, pudemos extrair relatos, depoimentos, contextualizações e esclarecimentos sobre o Assentamento e o Coletivo que, atualmente, representa uma das principais iniciativas agroecológicas da Baixada Fluminense. A experiência do Coletivo Terra mostra que é possível produzir alimentos em quantidade e qualidade para a população da região metropolitana, em especial a mais vulnerável, com base na agroecologia e na auto-organização de famílias agricultoras. Algumas políticas públicas e apoios de organizações parceiras vêm contribuindo para o êxito do Coletivo Terra – entretanto, muito ainda necessita ser feito no campo da melhoria da infraestrutura disponível ao Coletivo e ao Assentamento como um todo.

Fortalecer e replicar experiências como a do Coletivo Terra; estruturar os Assentamentos Terra Prometida, Campo Alegre, Marapicu, Sol da Manhã e Eldorado; destinar investimentos em políticas públicas voltadas às famílias assentadas, facilitando seu acesso a crédito, assistência técnica e recursos técnicos e tecnológicos ligados à agroecologia; tudo isso mostra-se essencial ao pleno desenvolvimento da agroecologia em assentamentos da Baixada Fluminense, no sentido de cumprirmos a missão da região em ser um "cinturão verde" e agroecológico entorno da metrópole carioca.

# REFERÊNCIAS


ALCORN, J.B. Indigenous Peoples and Conservation. **Conservation Biology**, v.7, n.2, pp.424-426, 1993.

ALENTEJANO, Paulo RR. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 32-38, maio 2020

ALENTEJANO, Paulo RR; EGGER, Daniela S. Agronegócio (verbete) *In*: DIAS, Alexandre P; STAUFFER, Anakeila B; MOURA, Luiz HG; VARGAS, Mara C. (orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, pp.97-104.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Agroecology and the reconstruction of a post-COVID-19 agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, v.47, n.5, pp.881-898, 2020.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia**: teoría y práctica para una agricultura sustentable. México, DF: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 1ª ed., ~250p, 2000.

ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **Journal of Peasant Studies**, v.38, n.3, pp.587-612.

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020, 244p.

AMADOR, Denise B. Restauração de ecossistemas com sistemas agroflorestais. *In*: KAGEYAMA, P. Y. *et al*. **Restauração ecológica de ecossistemas naturais**. Botucatu: FEPAF, 2003, p.333-340.

AMARO JUNIOR, Jurandir. **As dificuldades e desafios dos trabalhadores rurais no assentamento Marapicu na Baixada Fluminense (Nova Iguaçu – RJ)**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020, 115f.

BARRIOS, E.; B. GEMMILL-HERREN; A. BICKSLER; E. SILIPRANDI; R. BRATHWAITE; S. MOLLER; C. BATELLO; P. TITTONELL. The 10 Elements of Agroecology: enabling transitions towards sustainable agriculture and food systems through visual narratives. **Ecosystems and People**, 16:1, 230-247, 2020.

BERKES, F.; Colding, J.; Folke, C. Rediscovery of Traditional Ecological Knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v.10, n.5, p.1251-62, 2000.

BORGES, Tomás P.A.; MEDEIROS, Leonilde S. **Estatuto da Terra** (verbete). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-da-terra, acesso em 29/04/2021.

BORRAS JR, Saturnino M; EDELMAN, Marc; KAY, Cristóbal. Transnational Agrarian Movements. **Journal of Agrarian Change**, v.8, nºs.2 e 3, abril/julho 2008, pp.169–204.

CAMPOS, Gustavo H.L. **Arco Metropolitano do Rio de Janeiro**: especificidades do capitalismo dependente na constituição de Grandes Projetos Urbanos. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Infraestrutura Urbana, Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP, 2018, 127p.

CAPORAL, Francisco R.; COSTABEBER; José A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 24p., 2004.

CAPPELLIN, Paola; CASTRO, Elisa Guaraná. Fazer, Pensar e Decidir: Os Papeis das Mulheres nos Assentamentos Rurais. Algumas Reflexões a Partir de Três Estudos de Casos. **Raízes**, Ano XVI, Nº 15, dez./1997.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, 432p.

COELHO, Laila F.T.P. **Construindo a Terra Prometida**: da terra de (agro) negócio à terra de trabalho: a nova face da questão agrária e a luta pela reforma agrária em um acampamento no estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade,Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009, 160p.

CPDOC/FGV. **Congresso dos Lavradores e Camponeses Sem Terra, I** (verbete). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2009a. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/congresso-dos-lavradores-e-camponeses-sem-terra-i, acesso em 29/04/2021.

CPDOC/FGV. **Ligas Camponesas** (verbete). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2009b. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ligas-camponesas, acesso em 29/04/2021.

D'ÁVILA, Leilianne D.G. **Crédito Fomento Mulher**: redefinindo a participação da mulher no processo produtivo familiar: um estudo de caso nos projetos de assentamento Mata Verde e Timbó. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016, 107f.

D'OLIVEIRA, Marcelo D.F. **Capitalismo "Verde"**: "Novas" fronteiras de acumulação do capital e a ameaça possível ao Assentamento Terra Prometida. Dissertação (Mestrado), Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016, 207p.

DALGAARD, Tommy; HUTCHINGS, Nicholas J.; PORTER, John R. Agroecology, scaling and interdisciplinarity. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, v.100, pp.39–51, 2003.

DE SCHUTTER, Olivier. **Informe del Relator Especial sobre el derecho a la alimentación**. Asamblea General de las Naciones Unidas, Consejo de Derechos Humanos, 16º período de sesiones, Tema 3 de la agenda, 20 de diciembre de 2010, 24p.

DIAS, Alexandre P.; STAUFFER, Anakeila B.; MOURA, Luiz H.G.; VARGAS, Maria C.; BAHNIUK, Caroline; GUHUR, Dominique; FERNANDES, Gabriel B. Introdução. *In*: DIAS, Alexandre P; STAUFFER, Anakeila B; MOURA, Luiz HG; VARGAS, Mara C. (orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021, pp.13-21.

ELEVITCH, Craig R.; MAZAROLI, D. Niki; RAGONE, Diane. Agroforestry standards for regenerative agriculture. **Sustainability**, 2018, 10, 3337.

FERNANDES, Diogo Linhares; PINTO, Diogo de Souza; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira. Mudanças sociais e ambientais no Assentamento Rural Sol da Manhã – Seropédica-RJ, por meio do despertar agroecológico. **VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Porto Alegre/RS, nov/2013.

FERREIRA, Taís Côgo. "**Invisíveis perante o poder público**": o Assentamento Municipal Rural do Marapicu e as reivindicações de políticas públicas para o território rural. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020, 215p.

FOSTER, John Bellamy (1999). "Marx's theory of metabolic rift: classical foundations for environmental sociology." American Journal of Sociology 105(2): 366-405

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecología**: procesos ecológicos en agricultura sostenible. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 2002, 359 p.

GLIESSMAN, S.R.; F.J. Rosado-May; C. Guadarrama-Zugasti; J. Jedlicka; A. Cohn; V.E. Mendez; R. Cohen; L. Trujillo; C. Bacon; R. Jaffe. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Ecosistemas**, v.16, n.1, pp.13-23, janeiro/2007.

GLIESSMAN, Stephen R. Defining Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v.42, n.6, pp.599-600, 2018.

GOLINSKI, J. **Análise do desenvolvimento econômico e tecnológico dos assentamentos rurais do município de Seropédica-RJ, sob uma concepção de territorialidade**. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes, RJ, 2008 (Dissertação de Mestrado).

GOLLO, Alexandre M.L.; AGUIAR, Ivanilda S.; AGUIAR, Oswaldo A. **Projeto de Assentamento Mutirão Eldorado-RJ**: as transformações e trajetórias de famílias de agricultores, no espaço agrário em busca da cidadania. Simpósio Internacional de Geografia Agrária – SINGA 2013, 20p.

GUDYNAS, Eduardo. El nuevo extractivismo progresista: tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. **Boletín de Seguimiento a Políticas de Recursos Naturales**, ano IV, n.8, janeiro de 2010.

GUIMARÃES, Lorena A.O.P; MENDONÇA, Guilherme C. Conceitos e princípios práticos da agrofloresta sucessional biodiversa (agricultura sintrópica). *In*: SILVA, Carlos A.P. *et al* (orgs.). Semana agronômica do CCAE-UFES: plantando hoje as riquezas do futuro. 2ªed. Alegre, ES: CAUFES, 2018, pp.108-123.

GUZMÁN, E. S. **Bases Sociológicas de la Agroecología**. *In*: Encontro Internacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu. FCA/UNESP (CD ROM), 2001.

HECHT, Susanna B. La evolución del pensamiento agroecológico (Capítulo 1). *In*: Altieri, Miguel. **Agroecología**: bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Nordan–Comunidad, 1999, pp.15-30.

HIRONAKA, Giselda MFN. O extrativismo como atividade agrária. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 4, n. 42, jun/2000.

ICRAF. **History of World Agroforestry**. International Centre for Research in Agroforestry. Extraído de https://worldagroforestry.org/about/history, acesso em 30/07/2021.

INCRA. Consulta: beneficiários da Reforma Agrária. Disponível em https://saladacidadania.incra.gov.br/Beneficiario/ConsultaPublica?AspxAutoDetectCookieSupport=1, acesso em 14 de maio de 2021.

INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria.pdf, acesso em março de 2021.

LA VIA CAMPESINA. **The International Peasants' Voice**. Disponível em https://viacampesina.org/en/international-peasants-voice/, acesso em 04/08/2021.

LEITE, Sergio P; MEDEIROS, Leonilde S. Agronegócio (verbete) *In*: CALDART, Roseli S; PEREIRA, Isabel B; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, pp. 81-87.

MACHADO, Rubens da M. O Morgado em perspectiva: a política administrativa do Morgado de Marapicú (1772-1940). Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 393p., 2019.

MAIA, Aline Borghoff. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias. *In*: MEDEIROS, Leonilde S.(org). **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência, 2018, p.93-130.

MARQUES, Alexandre S. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas, **Revista Pilares da História**, ano 4, n.6, abril/2006, p.7-16

MARRERO, Carmelo R. **Alimentos corporgánicos**. Centro de Medios Idenpendientes de Puerto Rico, 2003.

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2009, 379p.

MARTÍNEZ-TORRES, M.A.; ROSSET, Peter M. La Vía Campesina: the birth and evolution of a transnational social movement. **The Journal of Peasant Studies**, v.37, n.1, January 2010, pp. 149–175

MATHEUS, Andréia Cristina. **A importância da adubação verde na diversificação da produção agrícola**: uma abordagem participativa em assentamento rural na Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016, 58p.

MATTOS *et al*. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006, 70p.

MEDEIROS, Leonilde S. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no estado do Rio de janeiro (1946-1988). *In*: MEDEIROS, Leonilde S. (Org.) **Ditadura, conflito e repressão no campo**: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro. Rio de janeiro: Editora Consequência, 2018, p.49-92.

MENANDRO, Heloísa. **Reformas de Base** (verbete). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2009. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base, acesso em 29/04/2021.

MMA/IBAMA. Reserva Biológica do Tinguá-RJ – Plano de Manejo, vol.1. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 2006.

MOLINA, Manuel G.; PETERSEN, Paulo F.; PEÑA, Francisco G.; CAPORAL, Francisco R. Introdução à agroecologia política. São Paulo: Expressão Popular, 2023, 333p.

MOREIRA, Rodrigo M. M.; CARMO, Maristela S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004

NAIR, PK Ramachandran. **An Introduction to Agroforestry**. Dordrecht/Boston/London: Kluwer Academic Publishers (in cooperation with International Centre for Research in Agroforestry), 1993, 499p.

NONATO, Ligia Maria de O. A luta pela terra na Baixada Fluminense na década de 1980: um estudo de caso sobre o Mutirão Campo Alegre. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Patrícia M.; SILVA, Robson D. Baixada Fluminense: notas sobre os impactos iniciais do Arco Metropolitano. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 6, n.11, 2017.

PENEIREIRO, Fabiana M. **Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural**: um estudo de caso. Dissertação em Ciências Florestais, ESALQ-Universidade de São Paulo, 1999, 138p.

PEREIRA, Tatiana Cotta G. O processo de produção de uma injustiça ambiental e seus impactos: o caso do CTR Rio em Seropédica. **Espaço e Economia**: Revista brasileira de geografia econômica, Ano IX, número 19, 2020, 18p.

PICOLOTTO, Everton L; PICCIN, Marcos B. Movimentos camponeses e questões ambientais: positivação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGExR-CCR-UFSM, Ano XV, n.16, Jul-Dez/2008.

PRUDENTE, Letícia T. **Interface rural-urbana**: contribuições para o planejamento territorial no Brasil - caso do Assentamento Rural Marapicu na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, 322p.

REDE ECOLÓGICA. SerOrgânico. Disponível em http://redeecologicario.org/areas-de-atuacao/interacao-entre-produtores-e-consumidores/produtores/serorganico/, acesso em 21/10/2021.

RUELLA, Priscilla R.; SANTOS, Juliana L.R.; SILVA, Amanda A.; SANTOS, Sebastião A.; BENEVENUTO, Monica A.D.R.; FREITAS, Patrícia O.; OLIVEIRA, Lenice F. A Produção coletiva do Assentamento Mutirão Sol da Manhã-RJ na perspectiva agroecológica. **XX Congresso Brasileiro de Economia Doméstica/ VIII Encontro Latino-Americano de Economia Doméstica/ I Encontro Intercontinental de Economia Doméstica**, Fortaleza-CE, set/2009.

SCHMITT, Claudia Job. A Transformação das "Ideias Agroecológicas" em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. Política & Sociedade, Florianópolis, v.15 (Edição Especial), 2016, pp.16-48.

SILVA, Bráulio R. Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense (organização, apresentação e notas por MEDEIROS, Leonilde S.). Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008, 101p.

SILVA, Rafael F. **O Rio antes do Rio**. Relicário Edições, 2015, 472p.

SOUZA, Marlucia S. Impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**, ano 4, n.6, abril/2006, p.17-25

TINOCO, Vitor. Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: transformações e representações. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 8, n.14, 2019, pp. 94-117.

TOLEDO, Victor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 272p., 2015

VIANNA, Márcio A. **A agricultura familiar em Seropédica-RJ**: gestão social, participação e articulação dos atores do polo de conhecimento local em agropecuária. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017, 226p.

VIANNA, Márcio A. As transformações no espaço rural no município de Seropédica-RJ nas últimas décadas. **Espaço e Economia**: Revista brasileira de geografia econômica, Ano IX, n.19, 2020, pp.1-20.

VIOLA, Eduardo J. O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 3, vol. 1, fev/1987, São Paulo, Cortez/ANPOCS

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, INRA, EDP Sciences, 2009, p.1-13.

Este livro é uma publicação da Edur/UFRRJ
Publicado em 2025

Fonte: Garamond Premier Pro, 15 pt - Regular